

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO” (UNESP)

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

OSVALDO LÉO UJIKAWA

**MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E
DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA NA ÁFRICA
SUBSAARIANA**

Araraquara -SP

2022

OSVALDO LÉO UJIKAWA

**MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DIVERSIFICAÇÃO
PRODUTIVA NA ÁFRICA SUBSAARIANA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), como requisito para obtenção de título de Mestre em Ciências Econômicas.

Linha de pesquisa: desenvolvimento socioeconômico

Orientador: Prof. Livre-docente Eduardo Strachman.

Araraquara

2022

U33m

Ujikawa, Osvaldo Léo

Maldição dos recursos naturais e diversificação produtiva na África subsaariana / Osvaldo Ujikawa. -- Araraquara, 2022 120 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientador: Eduardo Strachman

1. Economia. 2. Maldição dos recursos naturais. 3. Diversificação
produtiva. 4. Complexidade econômica. 5. África subsaariana. I. Título.

OSVALDO LÉO UJIKAWA

**MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA NA
ÁFRICA SUBSAARIANA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), como requisito para obtenção de título de Mestre em Ciências Econômicas.

Linha de pesquisa: desenvolvimento socioeconômico

Orientador: Prof. Livre-docente Eduardo Strachman.

COMISSÃO JULGADORA:

Membro titular (orientador): Prof. Livre-docente Eduardo Strachman
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Membro titular: Profa. Dra. Carmem Aparecida do Valle Costa Feijó
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Membro titular: Prof. Livre-docente Mário Augusto Bertella
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Araraquara, 15 de dezembro de 2022.

Dedico este trabalho aos meus pais, pelo amor,
apoio e incentivo aos estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu professor orientador, Eduardo Strachman, pela compreensão e valiosas sugestões e norteamientos que tornaram possível este trabalho.

Sou grato, ainda, aos professores Carmem Aparecida do Valle Costa Feijó, Mário Bertella e Rogério Gomes, em razão das pertinentes observações e auxílios feitos durante o exame de qualificação e defesa da dissertação.

Por fim, agradeço à Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da UNESP e aos professores do Departamento de Economia, pela formação propiciada a mim e pelo apoio aos estudos.

RESUMO

Este trabalho investiga o fenômeno pelo qual economias ricas em recursos naturais podem apresentar pior desempenho econômico do que as desprovidas deles, conhecido por maldição dos recursos naturais ou paradoxo da abundância. Com base em revisão da literatura, aponta-se os canais políticos e econômicos pelos quais tal fenômeno ocorre e os possíveis caminhos para mitigá-lo, em especial a diversificação e sofisticação produtiva (complexidade econômica) nos três setores econômicos dos países da África subsaariana (agricultura, indústria e serviços).

Palavras-chave: maldição dos recursos naturais; diversificação produtiva; complexidade econômica; África subsaariana.

ABSTRACT

This work investigates the phenomenon by which economies rich in natural resources can present worse economic performance than those devoid of them, known as resource curse or paradox of plenty. Based on a literature review, the political and economic channels through which this phenomenon occurs and the possible ways to mitigate are pointed out, in particular diversification and productive sophistication (economic complexity) in the three economic sectors of Sub-Saharan African countries (agriculture, industry and services).

Key words: resource curse; productive diversification; economic complexity; Sub-Saharan Africa.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Efeitos dos Recursos Naturais.....	54
Tabela 2	Participação no Emprego por Setor na África Subsaariana.....	71
Tabela 3	Valor Adicionado por Setor (% do PIB) na África Subsaariana.....	71

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	12
2.1. Teoria das vantagens comparativas.....	12
2.2. O papel da indústria no desenvolvimento.....	13
2.2.1. Teorias da dependência.....	13
2.2.2. Estruturalismo, indústria e desenvolvimento.....	14
2.2.3. Commodities, inovações e vantagens comparativas.....	19
2.3. Maldição de recursos naturais e diversificação produtiva: uma introdução.....	21
3. MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS.....	23
3.1. Introdução.....	23
3.2. Definição e tipos de recursos naturais.....	24
3.3. Abundância e dependência de recursos naturais.....	26
3.4. Canais de transmissão.....	27
3.5. Canais econômicos.....	28
3.5.1. Deterioração dos termos de troca.....	28
3.5.2. Doença holandesa.....	31
3.5.3. Capital humano.....	33
3.5.4. Enclave.....	34
3.5.5. Volatilidade de receitas.....	34
3.6. Canais políticos.....	37
3.6.1. Rent-seeking e corrupção.....	38
3.6.2. Mau gerenciamento de receitas.....	39
3.6.3. Democracia.....	40
3.6.4. Conflitos civis.....	42
3.6.5. Canal institucional.....	44
3.7. O papel da história.....	44
3.7.1. Formação das instituições.....	45

3.7.2. Teoria da dependência.....	49
3.7.3. Outros fatores históricos.....	50
3.8. Instituições e maldição.....	51
3.9. Correlação, causalidade e contexto.....	53
3.10. Evidências empíricas.....	55
3.11. Propostas para mitigar a maldição.....	58
4. DIVERSIFICAÇÃO E COMPLEXIDADE.....	61
4.1. Diversificação produtiva.....	61
4.2. Complexidade econômica.....	66
5. CONDIÇÕES PARA TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA NA ÁFRICA SUBSAARIANA.....	70
5.1. Produto e emprego na África subsaariana.....	70
5.2. Constrangimentos externos e internos às políticas de desenvolvimento.....	71
5.3. Recursos naturais, ligações e transformação produtiva.....	74
5.4. Agricultura, indústria e serviços.....	79
5.5. Agricultura.....	79
5.5.1. Revolução verde.....	80
5.5.2. Segurança alimentar, exportações e autossuficiência.....	82
5.5.3. Potencialidades e gargalos do setor agrícola.....	86
5.6. Indústria.....	90
5.7. Serviços.....	96
6. CONCLUSÃO.....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	105
ANEXOS.....	118

Anexo A: síntese da literatura sobre a maldição dos recursos naturais, citada pelas fontes.....118

Anexo B: trabalhos empíricos sobre maldição dos recursos naturais na África subsaariana.....121

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação analisa o desenvolvimento dos países da África subsaariana à luz da diversidade e sofisticação produtiva (complexidade econômica) nos setores agrícola, indústria e serviços. A base argumentativa geral é que, quanto mais diversificadas e sofisticadas a produção e a pauta exportadora, mais rico é o país (seção 4).

Assim, em contraste com a diversificação e sofisticação produtiva, a dependência de um país de poucos bens primários (agrícolas, minerais ou energéticos) levaria, nos países abundantes de recursos naturais, a um crescimento econômico menor do que nos países pobres em recursos. Essa relação negativa entre abundância (ou dependência) de recursos naturais e crescimento econômico é denominada pela literatura “maldição de recursos naturais” (ou “paradoxo da abundância”), e é verificada por meio de canais econômicos (deterioração dos termos de troca, doença holandesa, volatilidade de receitas, baixo investimento em capital humano, natureza de enclave) e políticos (instituições fracas, autoritarismo, *rent-seeking*, corrupção, conflitos armados, mau gerenciamento de recursos) (seção 3).

De acordo com as teorias estruturalistas, a indústria teria papel decisivo no desenvolvimento econômico, pois apresenta maiores produtividade e desenvolvimento tecnológico, está mais associada com diversificação produtiva, ostenta maiores encadeamentos e externalidades positivas, aprendizado e inovação, e elevados ganhos de produtividade que se difundem para o resto da economia. Esses efeitos estariam inexistentes (ou menos presentes) no caso de produtos primários ou pouco elaborados. Essa posição se contrasta com a teoria das vantagens comparativas, pelas quais a indústria seria um ramo como outro qualquer, de sorte que os países podem se desenvolver exportando *commodities*, caso eles detenham vantagens comparativas na produção delas (seção 2).

Assim, este trabalho inicia-se expondo as teorias que discutem o papel da indústria no desenvolvimento (seção 2), cotejando o poder explicativo da teoria das vantagens comparativas com o do estruturalismo econômico e das teorias da dependência. Nesse sentido, investiga-se a validade empírica da asserção de que a diversificação e sofisticação produtivas levam a maior crescimento econômico. Na seção 3 seguinte, é apresentado um panorama geral dos canais econômicos e políticos da maldição dos recursos naturais. Discute-se a relação entre tipos de *commodities* (e modos de produzi-las) e a probabilidade de manifestação da maldição. Analisa-se ainda como as características das nações produtoras de *commodities*, especialmente suas

instituições (moldadas pela história), induzem, ou não, baixo crescimento econômico. Faz-se também um breve levantamento bibliográfico das pesquisas empíricas acerca do fenômeno em estudo e, por fim, são apresentadas sugestões de medidas políticas e econômicas que evitam ou atenuam a maldição. Na seção 4, discute-se o papel da diversificação e complexidade produtivas como motor do desenvolvimento e as propostas destinadas a promovê-las no continente em estudo. Na seção 5, são expostos os desafios (constrangimentos internos e externos, tais como baixo capital humano e produtividade do trabalho, infraestrutura deficiente, imposição de políticas neoliberais, concorrência internacional etc) e oportunidades (bônus demográfico, integração regional, ligações do setor de *commodities* com a indústria e o setor de serviços locais, entre outras) de desenvolvimento dos setores agrícola, industrial e de serviços na África subsaariana, que levaria à diversificação e complexidade produtivas, e, assim, ao desenvolvimento econômico. Finalmente, são apresentadas as conclusões, com base nas discussões feitas ao longo deste trabalho (seção 6).

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1. Teoria das vantagens comparativas

A teoria das vantagens comparativas, elaborada por David Ricardo, estatui que a especialização na produção e exportação dos bens produzidos com menor custo relativo (determinado pela maior produtividade relativa do trabalho) gera benefícios para todos os países envolvidos no comércio internacional. Isso se daria mesmo se um país detiver vantagens absolutas em todos os bens, ou seja, se todos os produtos puderem ser produzidos dentro dele a um menor custo do que no exterior. Para Ricardo, o que importa é a vantagem comparativa (relativa), de forma que o país deve se especializar na produção de bens que apresentem o menor custo de oportunidade, o que faz com que todos os países (mesmo aqueles que não gozam de vantagens absolutas na produção de nenhum bem) se beneficiam da especialização e do livre comércio internacional. Ao se especializar, haveria uma melhor alocação de capital, e o país gozaria de uma maior quantidade de valor de uso (FACCARELLO, 2015), de tal forma que os partidários neoclássicos da teoria das vantagens comparativas advogam o livre comércio, sem intervenção estatal (SILVA, 2017). O comércio seria benéfico aos consumidores, porque se os países se especializarem conforme suas vantagens comparativas, a produção total cresce em relação ao estado de autarquia e mais bens estão disponíveis em razão do comércio, aumentando o consumo nacional (SCHUMACHER, 2013).

Dessa forma, a teoria das vantagens comparativa afirma que os países ricos em recursos naturais deveriam se especializar na produção de bens primários, uma vez que tais nações são dotadas de maior eficiência na produção de bens agrícolas e minerais, diante da abundância de terra, ativos naturais e trabalho não qualificado (UNCTAD, 2018).

Há diversas explicações para a existência de vantagens comparativas, além da proposta por Ricardo (produtividade do trabalho). Para a teoria neoclássica do comércio internacional (teoria de Heckscher-Ohlin-Samuelson), as vantagens comparativas são estabelecidas pelas distinções de dotações de fatores de produção entre as nações, uma vez que as diferenças de escassez relativa deles impactam os custos relativos e, consequentemente, os padrões de comércio (GONÇALVES, 1997). Dessa forma, um país tende a exportar bens que utilizam quantidades elevadas dos fatores de produção mais abundantes neste país (GONÇALVES, 1997). Já para as teorias neofatoriais, os recursos naturais e o capital humano determinam a

vantagem comparativa e, conseqüentemente, o comércio internacional. Assim, o capital humano (fator relativamente mais abundante nos países industrializados) explica os padrões de comércio nestes (GONÇALVES, 1997). Por sua vez, segundo as teorias neotecnológicas, a inovação tecnológica gera vantagens comparativas via redução de custos (GONÇALVES, 1997). Por fim, as vantagens comparativas podem surgir do tamanho absoluto do mercado doméstico, se a produção exibir retornos crescentes de escala (as nações maiores têm vantagens comparativas nos setores que apresentarem economias de escala consideráveis) (GONÇALVES, 1997). Ademais, as economias de escala dinâmicas do tipo curva de aprendizagem também geram vantagem comparativa.

2.2. O papel da indústria no desenvolvimento

Há uma controvérsia na literatura entre os adeptos da teoria das vantagens comparativas segundo a qual um país deve se especializar na produção de bens na qual ele é mais eficiente (como o Brasil ou a África na produção de commodities, tendo em vista a riqueza de seus recursos naturais), deixando que o livre comércio leve ao desenvolvimento, e os estruturalistas cepalinos, para os quais o crescimento econômico está relacionado à produção industrial.

2.2.1. Teorias da dependência

Segundo as teorias da dependência, no capitalismo mundial vigora uma divisão internacional do trabalho desigual, resultante do colonialismo, em que o centro (países desenvolvidos) exporta produtos industrializados e a periferia (nações subdesenvolvidas) fornece alimentos, matérias-primas e recursos energéticos. Por meio desse sistema, os países centrais adquirem o excedente produzido na periferia e se enriquecem ao passo que a periferia se empobrece, mormente porque, em geral, a exploração de recursos naturais é feita por empresas estrangeiras, as quais repatriam os lucros produzidos na periferia para as nações desenvolvidas (MLAMBO, 2022).

Nessa divisão internacional do trabalho, há uma desigualdade na difusão de tecnologias e de ganhos (PREBISCH apud SILVA, 2017). O crescimento econômico dos países centrais é

fruto do progresso técnico, enquanto o crescimento da periferia é gerado pela demanda externa por seus bens primários. Os países desenvolvidos desenvolvem nova tecnologia, incorporando-a no setor de bens de capital, e a difundem nos demais setores da economia, ao passo que os países subdesenvolvidos dependem de tecnologia importada, a qual é aplicada somente no setor de exportação de *commodities*. Por isso, subsiste, na periferia, um setor pré-capitalista de baixa produtividade, com excedente de mão de obra e baixos salários (FURTADO, 1961, apud GALA; ROCHA; MAGACHO, 2018).

Desse modo, a periferia é inserida no mercado mundial, de forma especializada, na produção primário-exportadora, subordinada econômica e tecnologicamente ao centro, o que se reflete na concentração de renda e na heterogeneidade tecnológica do sistema produtivo nos países subdesenvolvidos (KOLING, 2010, apud SILVA, 2017), impedindo a adoção de políticas econômicas autônomas.

Os recursos naturais são objeto de cobiça dos países desenvolvidos e de suas empresas multinacionais, de forma que aqueles são complacentes com a corrupção e atividades econômicas danosas por parte dos governos dos países periféricos, desde que estes permaneçam fiéis às nações dominantes e permitam o saque das riquezas naturais pelas empresas dos países ricos (BELLAMY et al. 2004, apud ROSSER, 2006; AMIN 2001, apud ROSSER, 2006). Assim, os teóricos da dependência afirmam que fatores externos mediam a relação entre abundância de recursos naturais e desenvolvimento, uma vez que tais recursos tornam os países ricos em recursos alvo para incorporação forçada no sistema capitalista global (ROSSER, 2006).

2.2.2. Estruturalismo, indústria e desenvolvimento

Para os estruturalistas, a estrutura produtiva e a produtividade têm papel fundamental no processo de desenvolvimento (GALA; ROCHA; MAGACHO, 2018), e o crescimento econômico ocorre quando houver uma transformação estrutural, ou seja, uma migração dos recursos dos setores de menor produtividade (em geral, agricultura) para setores de maior produtividade (geralmente, indústria). No mesmo sentido, Amsden (2009, apud PAMPLONA; FENERICH, 2016) afirma que o desenvolvimento econômico ocorre quando se migra de um conjunto de ativos baseados em produtos primários e mão de obra não especializada para ativos

fundados em conhecimento e mão de obra especializada (indústria), mediante atração de capital físico e humano para as manufaturas.

Uma baixa produtividade gera um círculo vicioso da pobreza pelos lados da oferta e da demanda. Pelo lado da oferta, uma baixa produtividade gera renda baixa, a qual ensejaria pouca poupança e, conseqüentemente, reduzidos investimentos, que, por sua vez, levariam à baixa produtividade. Pelo lado da demanda, a baixa renda geraria reduzida demanda por bens e levaria à atrofia do mercado doméstico, o que desencorajaria o investimento em capital físico, levando à baixa produtividade (GALA; ROCHA; MAGACHO, 2018).

Furtado (1961, apud GALA; ROCHA; MAGACHO, 2018) afirma que o desenvolvimento econômico é impulsionado pelo progresso técnico (que ocorreria somente na indústria), o qual aumenta a produção e a produtividade e reduz a vulnerabilidade externa e a desigualdade entre países do centro e da periferia (PAMPLONA; FENERICH, 2016). Nesse sentido, a razão valor adicionado-emprego da indústria é superior à dos bens primários, de forma que, se os recursos forem transferidos para a produção de bens primários, isso diminui a produtividade da economia em geral (OREIRO; MARCONI, 2012, apud PAMPLONA; FENERICH, 2016).

Para Kaldor (apud MARCONI; REIS; ARAÚJO, 2014), o crescimento econômico é explicado pela demanda agregada e composição setorial, diferentemente da teoria de Solow, segundo a qual o crescimento está atrelado à oferta (MARCONI; REIS; ARAÚJO, 2014). Além disso, Kaldor afirma que na indústria há retornos crescentes de escala, ao contrário das teorias neoclássicas, para as quais nela há retornos constantes de escala, além da homogeneização da produtividade marginal do trabalho entre todos os setores da economia (MARCONI; REIS; ARAÚJO, 2014).

Do lado da demanda, Kaldor (apud MARCONI; REIS; ARAÚJO, 2014) identifica três fontes de crescimento: o consumo, o investimento e as exportações líquidas. A expansão da indústria de transformação eleva a renda, o que aumenta o consumo de bens manufaturados. Por sua vez, o investimento no setor de bens de capital, impulsionado pelo crescimento da procura por bens de consumo, gera demanda por bens de capital, acelerando o crescimento do produto. Por fim, as exportações de manufaturados (primeiro, bens de consumo e, depois, bens de capital) levam ao crescimento econômico, que depende da demanda externa para que a

produção industrial ultrapasse a demanda interna, permitindo a mudança estrutural da economia¹ (KALDOR, apud MARCONI; REIS; ARAÚJO, 2014).

A primeira lei de Kaldor estabelece uma relação causal e positiva entre crescimento da produção industrial (variável explicativa) e do PIB (variável explicada) (THIRLWALL, 2002, apud PAMPLONA; FENERICH, 2016), derivada do fato de que a indústria é o setor da economia mais dinâmico e difusor de inovações, apresenta retornos crescentes de escala e incorpora o progresso técnico de forma mais fácil, de tal sorte que a relação do setor industrial com os demais setores aumenta a produtividade nestes, elevando o PIB nacional (LAMONICA; FEIJÓ, 2011, apud PAMPLONA; FENERICH, 2016; PONS-NOVELL; VILADECANS-MARSAL, 1999, apud MARCONI; REIS; ARAÚJO, 2014). Ademais, a atividade industrial gera demanda por produtos e serviços de outros setores da economia (ALEXIOU; TSALIKI, 2010) e ostenta maior produtividade (KEHO, 2018). Em suma, para os estruturalistas, a indústria é central no desenvolvimento econômico, pois apresenta maiores produtividade e desenvolvimento tecnológico, está mais relacionado com diversificação produtiva, ostenta maiores encadeamentos e externalidades positivas, aprendizado e inovação, e os ganhos de produtividade se difundem para o resto da economia (PAMPLONA; FENERICH, 2016).

A segunda lei, conhecida também como Lei de Kaldor-Verdoorn, estabelece que há uma relação causal positiva entre crescimento da produção de manufaturados (variável explicativa) e da produtividade na manufatura (variável explicada), tendo em vista que a produção industrial gera aprendizado através da experiência (*learning by doing*) e consequentes inovação e progresso técnico, o que aumenta a produtividade do setor industrial (MARCONI; REIS; ARAÚJO, 2014). Além disso, a produção industrial apresenta retornos crescentes de escala, de tal forma que, conforme ela aumenta, sua produtividade sobe, seus custos e preços caem e sua competitividade aumenta (ENER; ARICA, 2011).

¹ Há quatro estágios de desenvolvimento industrial e exportações: 1) industrialização leve (importação de bens de capital e exportações de produtos primários e bens industriais de reduzido valor agregado); 2) industrialização por substituição de importações, que leva o país a se tornar exportador líquido de produtos manufaturados de crescente sofisticação; 3) formação da indústria de bens de capital doméstica por substituição de importações; 4) exportação de bens de capital (MARCONI; REIS; ARAÚJO, 2014).

Por sua vez, do lado da oferta, o crescimento econômico pode ser restringido por limitações na oferta de bens intermediários e de capital (limitações que podem ser remediadas por importações, as quais, porém, tendem a levar a restrições no balanço de pagamentos) e na oferta de trabalho (pelo esgotamento do exército de reserva de mão de obra originado do setor agrícola pouco produtivo) (MARCONI; REIS; ARAÚJO, 2014)

Por fim, a terceira lei de Kaldor informa que há uma relação causal positiva entre a taxa de ampliação da produção do setor manufatureiro e o crescimento da produtividade fora deste (THIRLWALL, 2002, apud PAMPLONA; FENERICH, 2016).

Empiricamente, em relação à primeira lei de Kaldor, constatou-se uma relação positiva e significativa entre crescimento da produção manufatureira (variável explicativa) e crescimento econômico (variável explicada) (MARCONI; REIS; ARAÚJO, 2014; MERCAN, KIZILKAYA; OKDE, 2015; ENER; ARICA, 2011; KEHO, 2018). A expansão industrial aumenta a produtividade e competitividade das exportações, incrementando a quantidade exportada, o que eleva a renda, via multiplicador, e gera equilíbrio no balanço de pagamentos (PAMPLONA; FENERICH, 2016, p. 70). Os investimentos têm importância primordial para o crescimento, uma vez que também geram efeito multiplicador e estimulam a demanda por insumos e a demanda interindustrial (MARCONI; REIS; ARAÚJO, 2014). Na mesma esteira, um estudo com 11 países latino-americanos confirma a primeira lei de Kaldor (LIBÂNIO; MORO, 2009, apud PAMPLONA; FENERICH, 2016). Piper (1998, apud PAMPLONA; FENERICH, 2016), fundado em dados de países em desenvolvimento (1975 a 1993), também corrobora a validade da primeira lei de Kaldor. Em sentido semelhante, para Long e Summers (1991, apud PAMPLONA; FENERICH, 2016), há relação entre investimento em bens de capital industriais e crescimento econômico. A segunda lei de Kaldor também foi confirmada (MARCONI; REIS; ARAÚJO, 2014).

Assim, o setor industrial eleva a produtividade na economia, gera efeitos de transbordamento sobre outros setores (*spillovers effects*) e apresenta retornos crescentes, economias de escala e externalidades tecnológicas. Além disso, conforme Hirschman (1958, apud GALA; ROCHA; MAGACHO, 2018), a indústria forma elevados vínculos a montante (o que o setor industrial demanda de outros setores, notadamente bens intermediários e de capital) e a jusante (o quanto o setor é demandado por outros) com o resto da economia. Aquelas características (retornos crescentes, economias de escala e externalidades tecnológicas) se espalham para o resto da economia, gerando crescimento econômico (GALA; ROCHA; MAGACHO, 2018)².

² O setor industrial apresenta curvas de aprendizado, progresso tecnológico rápido, altos gastos em P&D, economias de escala e escopo, elevada concentração industrial, barreiras à entrada e diferenciação de produto (concorrência imperfeita) (GALA; ROCHA; MAGACHO, 2018). Por outro lado, os bens de baixo valor agregado, produzidos pelos países em desenvolvimento, ostentam baixo conteúdo de pesquisa e desenvolvimento, pouca inovação tecnológica, informação perfeita e ausência de curvas de aprendizado (concorrência perfeita) (GALA; ROCHA; MAGACHO, 2018).

Por outro lado, a indústria gera vantagens, tais como o desenvolvimento de habilidades e *know-how*, oportunidades de comunicação de ideias e experiências, e a oportunidade de crescente diferenciação de processo e especialização nas atividades (PAMPLONA; FENERICH, 2016). Assim, a visão estruturalista destaca a demanda e a mudança da estrutura produtiva como causadoras do crescimento, em especial o papel da indústria de transformação (MARCONI; REIS; ARAÚJO, 2014). Essa mudança estrutural decorreria de modificações tecnológicas, institucionais e políticas, tais como reforma agrária, políticas comerciais e industriais, e o regime macroeconômico (REIS, 2012, apud MARCONI; REIS; ARAÚJO, 2014).

Para Celso Furtado (apud PAMPLONA; FENERICH, 2016), a industrialização gera empregos e crescimento econômico, controla a inflação (ao equilibrar oferta e demanda dos bens manufaturados) e diminui a importância do setor externo para o desenvolvimento econômico. Contudo, o mercado interno não se expandiria muito, em razão do baixo crescimento dos salários reais, o qual gera elevados lucros e concentração de renda (TAVARES; SERRA, 2000, apud PAMPLONA; FENERICH, 2016).

Por sua vez, segundo Chenery (1980, apud MARCONI; REIS; ARAÚJO, 2014), as exportações de manufaturados fomentam o aprendizado no trabalho, a produtividade, o desenvolvimento de vantagens comparativas e a produção de bens com maior conteúdo tecnológico. Além disso, as exportações de manufaturados, de maior valor agregado do que as *commodities*, reduzem as restrições ao crescimento decorrentes do balanço de pagamentos.

Dessa forma, para Simonsen (apud PAMPLONA; FENERICH, 2016), a indústria seria uma atividade superior à agrária e mineradora na função de superar o subdesenvolvimento, porque a produtividade e o progresso técnico são maiores na indústria. Para a periferia se industrializar, seria necessário o protecionismo, uma vez que as livres forças do mercado não levariam ao desenvolvimento industrial. Por fim, há deterioração dos termos de troca dos produtos primários em relação aos manufaturados, tornando necessárias exportações cada vez maiores de produtos primários para a aquisição dos bens manufaturados (PREBISCH, 2000, apud PAMPLONA; FENERICH, 2016).

A deterioração dos termos de troca se dá em razão da maior organização das classes trabalhadoras dos países industrializados, que têm poder de barganha para evitar a redução dos salários durante período de contração econômica, e a redução de custo provocada pelo progresso técnico é absorvida pelo aumento dos salários e lucros. Prebisch (2000, apud

MARCONI; REIS; ARAÚJO, 2014) afirma ainda que a elasticidade-renda da demanda de *commodities* exportadas pelos países em desenvolvimento é menor do que a elasticidade-renda da demanda dos bens manufaturados importados por eles, o que gera desequilíbrio nos balanços de pagamentos dos países em desenvolvimento (o valor das importações supera o das exportações), com consequente restrições ao crescimento (por exemplo, limitando a importação de bens de capital). Ou seja, para que o crescimento econômico não gere desequilíbrios no saldo de transações correntes, é necessário mudar a pauta exportadora para produtos industrializados, dotados de maior elasticidade-renda da demanda, mudança essa favorecida por uma taxa de câmbio competitiva, denominada, por Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2012, apud MARCONI; REIS; ARAÚJO, 2014), de taxa de câmbio de nível de equilíbrio industrial, a qual permite que as empresas eficientes produtoras de manufaturados compitam no mercado internacional.

Além disso, para Prebisch (2000) e Hirschman (1958) (apud MARCONI; REIS; ARAÚJO, 2014), as *commodities* geram poucos *spillovers* (efeitos de transbordamento e estímulo às demais atividades econômicas) e não aumentam o dinamismo econômico, ao passo que a industrialização é a principal forma de adquirir os benefícios do progresso tecnológico e elevar o padrão de vida da população.

Assim, tendo em vista a centralidade da indústria para o crescimento econômico, deve-se aproveitar as receitas oriundas das exportações de *commodities* para fomentar o setor manufatureiro (LAMONICA; FEIJÓ, 2011, apud PAMPLONA; FENERICH, 2016; FURTADO, 2008, apud PAMPLONA; FENERICH, 2016).

2.2.3. Commodities, inovações e vantagens comparativas

Contudo, para alguns autores, a indústria é um setor como outro qualquer. Segundo Dadush (2015, apud PAMPLONA; FENERICH, 2016), as tecnologias de informação e comunicação e a globalização aumentaram a produtividade e dinamismo dos setores de serviços e intensivos em recursos naturais, de tal forma que a vantagem competitiva dos países desenvolvidos não reside na manufatura em si, mas sim, na tecnologia, marca e produtos diferenciados. Ou seja, os setores industriais não são os únicos a apresentar economias de escala, transbordamentos e inovações tecnológicas. O que é relevante é como se produz e não

o que, de tal sorte que se deve especializar na produção em que o país ostenta maiores vantagens comparativas. Além disso, outros setores podem apresentar encadeamentos equivalentes aos das indústrias (PAMPLONA; FENERICH, 2016)³. Por fim, as tecnologias de informação e comunicação e a globalização possibilitam que economias pequenas se especializem em setores destinados ao mercado internacional (que podem ser indústrias, serviços ou *commodities*).

Gudin (apud PAMPLONA; FENERICH, 2016) afirma, na linha da teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, que o desenvolvimento decorre da livre movimentação das forças do mercado, mediante aumento da produtividade no setor em que o país ostenta maiores vantagens comparativas. O excesso de mão de obra originado do progresso técnico na agricultura migraria para a indústria, que se desenvolveria de forma gradual. Por outro lado, a indústria, protegida da concorrência externa, gera produtos de preço elevado e baixa qualidade.

Com isso, não teria se verificado, no longo prazo, a deterioração dos termos de troca. Esse problema residiria no fato de se aplicar os recursos derivados do comércio em consumo, ao invés de investimento, e não no preço das *commodities* (ALMEIDA, 2013, apud PAMPLONA; FENERICH, 2016).

Dessa forma, o Brasil (assim como outros países abundantes em recursos naturais, como os africanos) deveria se especializar na produção de *commodities* (LAZZARINI, JANK; INOUE, 2013, apud PAMPLONA; FENERICH, 2016). Por outro lado, a competição nos mercados internacionais de *commodities* estimularia a inovação, pois, para produzir bens primários, requer-se muitos processos intermediários (LAZZARINI, JANK; INOUE, 2013, apud PAMPLONA; FENERICH, 2016). Além disso, a produção de *commodities* não derivaria apenas da disponibilidade de recursos naturais, mas também de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, para prospecção e exploração dos recursos naturais (ROCHA, 2015, apud PAMPLONA; FENERICH, 2016). Por outro lado, a indústria de montagem brasileira (e da maioria dos países africanos) seria incapaz de gerar inovações que ensejam alta competitividade

³ Os economistas ortodoxos também apontam que buscar a produção de bens sofisticados desafiando as vantagens comparativas onera em demasia a sociedade, por representar um desperdício de recursos e demandar pesados subsídios governamentais e excessiva proteção para empresas pouco competitivas (LOWITT, 2011). Assim, não se gera excedentes à sociedade, sem os quais não é possível financiar melhoramentos nos fatores de produção, o que impede a modernização da estrutura industrial (LOWITT, 2011). Além disso, o protecionismo distorce os sinais de mercado, inibindo a acumulação de capital físico e humano e estimulando as firmas a se retirar das atividades produtivas e a migrar para comportamento de rent-seeking, que reduz a acumulação de capital (LOWITT, 2011). Ademais, é contraproducente proteger indefinidamente uma indústria, eis que essa proteção impede a competição dentro do país (LOWITT, 2011).

internacional (ROCHA, 2015, apud PAMPLONA; FENERICH, 2016). Ou seja, o que seria relevante é como se produz (mediante inovação e ganho de produtividade) e não o que se produz. Nesse sentido, as cadeias produtivas de *commodities* vêm se apresentando dinâmicas e inovadoras (LAZZARINI, JANK; INOUE, 2013, apud PAMPLONA; FENERICH, 2016).

Assim, a política comercial deveria ser direcionada ao setor no qual um país apresenta maiores vantagens comparativas (independentemente de ser *commodity* ou bens manufaturados), de tal sorte que faria sentido que o Brasil e os países africanos, ricos em recursos naturais, se especializassem na produção de bens primários.

Contudo, a teoria das vantagens comparativas não logra explicar o motivo pelo qual, em geral, os países mais ricos são exportadores de manufaturados, e os países pobres, exportadores de bens primários (MARCONI; REIS; ARAÚJO, 2014).

Nesse sentido, Rodrik (2004, apud LOWITT, 2011) constatou empiricamente, com base em dados de diferentes países e períodos, que o crescimento econômico está associado à diversificação produtiva, à industrialização e à exportação de produtos sofisticados. Para se atingir tais objetivos, requer-se que as vantagens comparativas iniciais sejam desafiadas, saltando-se para a produção de bens que exijam mais capacidades do que o país já detém (LOWITT, 2011), uma vez que grande parte do conhecimento empregado na produção é tácita, ou seja, não é aprendida de forma formal (via internet ou livros, por exemplo). Assim, aguardar que o país adquira vantagens comparativas e os fatores de produção necessários à produção de bens mais sofisticados para, somente depois, ingressar nela, não trará os resultados esperados (LOWITT, 2011), uma vez que o conhecimento requerido para a produção é adquirido fazendo. Além disso, os fatores de produção que geraram as vantagens comparativas iniciais não são do mesmo tipo dos fatores exigidos para a produção de outros bens e serviços (por exemplo, as instalações e operários utilizados por uma siderúrgica não podem ser facilmente adaptados para uma fábrica de computadores), de forma que as vantagens comparativas, baseadas na dotação de determinados tipos de fatores, não aumentam necessariamente as chances de diversificação e sofisticação produtivas (LOWITT, 2011).

Em suma, do ponto de vista teórico e empírico, a especialização na produção e exportação de alguns poucos bens primários é prejudicial ao crescimento econômico.

2.3. Maldição de recursos naturais e diversificação produtiva: uma introdução

Além da centralidade da indústria para o desenvolvimento econômico, apontada pelos estruturalistas, desenvolveu-se vasta literatura a respeito das desvantagens trazidas pela abundância (ou dependência) de recursos naturais (“maldição dos recursos naturais”), conforme será visto na seção seguinte. Entre elas, destaca-se o caráter de enclave dos setores de recursos naturais, a doença holandesa, a volatilidade de preços e receitas de *commodities*, a deterioração dos termos de troca, o sub-investimento em capital humano, conflitos civis, *rent-seeking*, corrupção e autoritarismo, tudo levando a baixo (ou negativo) crescimento econômico.

Por outro lado, conforme seção 4 deste trabalho, alega-se que a diversificação produtiva leva ao desenvolvimento, e a especialização produtiva somente será benéfica se incidir sobre bens e serviços sofisticados (complexidade), mas será prejudicial se a especialização decorrente do livre comércio beneficiar setores de *commodities*, dotadas de menor conteúdo tecnológico.

3. MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

3.1. Introdução

Até o final da década de 1980, o pensamento convencional⁴ estabelecia que a abundância de recursos naturais conduziria ao desenvolvimento, pois a exportação de *commodities* geraria receitas que poderiam ser aplicadas na acumulação do capital físico (elevando o bem-estar no longo prazo) ou no consumo (gerando bem-estar atual), tornando atraente o país para investimentos estrangeiros e ampliando receitas tributárias que poderiam ser utilizadas para a provisão de bens públicos (ROSS, 1999), investimento em infraestrutura ou transferências à população local, gerando crescimento econômico (HAAS; POELHEKKE, 2019) e distribuição de renda.

No mesmo sentido, economistas como Rostow e Balassa acreditavam que a dotação de recursos naturais promovia o crescimento econômico. O primeiro (1961, apud HENRY, 2019) afirmava que a abundância de recursos naturais era uma das pré-condições para a decolagem rumo ao desenvolvimento, como lograram países ricos como Austrália e EUA. Para o segundo (1980, apud HENRY, 2019), os recursos naturais proviam receitas que poderiam ser aplicadas na acumulação de capital físico e constituíam demanda para os produtos industriais. As receitas dos recursos naturais poderiam promover o desenvolvimento de outros setores comercializáveis (indústria) (HENRY 2019); o acúmulo de inovações e o capital físico e humano nos setores primários teriam efeito sobre o resto da economia, gerando crescimento econômico (MATSUYAMA, 1992, apud HENRY, 2019; ROSS, 2005, apud HENRY, 2019); a especialização em produtos primários facilitaria, ainda, a obtenção de economias de escala estáticas e dinâmicas (HENRY, 2019). Além disso, os altos preços internacionais de *commodities* favoreceriam o balanço de pagamentos no curto prazo (DUTT, 2003, apud HENRY, 2019), embora no médio e longo prazo houvesse uma tendência à deterioração dos termos de troca das *commodities* em relação aos bens manufaturados (BIANCHI, 2004, apud HENRY, 2019).

⁴ Ginsburg; Viner (1952); Lewis (1955); Rostow (1961); Balassa (1980); Krueger (1980); Drake (1972), todos citados por Rosser (2006).

Assim, conforme a teoria das vantagens comparativas, a dotação de recursos naturais de um país deveria ter efeitos positivos sobre o crescimento econômico, por representar um ativo produzido e exportado (o qual gera renda).

Contudo, a partir do final dos anos 1980, constatou-se que alguns países mais ricos nesses recursos (em especial, petróleo, gás, carvão e minérios) tiveram um desempenho econômico inferior aos desprovidos de tais recursos, fenômeno denominado maldição dos recursos naturais ou paradoxo da abundância.

Nesse sentido, Sachs e Warner (1995) concluem que países com maior participação da exportação de recursos naturais no PIB apresentaram menor crescimento econômico do que os países carentes de recursos naturais. Essa constatação se manteve, mesmo controlando-se variáveis importantes para o crescimento, tais como renda per capita inicial, política comercial, competência do governo, taxas de investimento e outras variáveis.

A literatura aponta diversos canais de transmissão entre a abundância de recursos naturais e o mal desempenho econômico: grandes oscilações de preços das *commodities*, doença holandesa, *rent seeking*, corrupção, políticas econômicas e sociais equivocadas, deterioração das instituições, autoritarismo e má distribuição da renda (KUREČIĆ; SEBA, 2016). A descoberta de recursos naturais leva ao aumento súbito de receitas, ocasionando “preguiça”, de tal forma que não se busca boa governança econômica e tampouco a melhoria das instituições (PAPYRAKIS; GERLAGH, 2003, apud KUREČIĆ; SEBA, 2016).

Contudo, as experiências bem-sucedidas dos EUA, Canadá, Austrália e Noruega, ricos em recursos naturais, demonstram que a dotação de recursos naturais não implica necessariamente um mal desempenho econômico, o que leva ao questionamento sobre o que faz com que alguns países caiam na maldição e o que faz outros escaparem dela.

3.2. Definição e tipos de recursos naturais

Recursos são fatores de produção que podem gerar crescimento. Além dos recursos físicos, humanos, sociais e institucionais, que constituem riqueza das nações, há os recursos naturais, a exemplo de água, solos férteis e ativos do subsolo, os quais podem ser definidos

como “dávivas da natureza” (contudo, para se extrair um minério ou plantar produtos agrícolas, a ação do homem e suas técnicas são fundamentais) (BASEDAU, 2005).

Os recursos naturais podem ser classificados em recursos renováveis (grãos, madeira, peixe) e não renováveis (gás, metal, petróleo), sendo que os últimos não podem ser repostos após serem extraídos da natureza.

Outra classificação consiste em recursos de fonte pontual (“point source resources”), os quais estão concentrados em determinadas áreas e em poucas unidades produtivas (como minérios) e “recursos difusos” (“diffuse resources”), cuja produção e rendas estão dispersos dentro do território de um país e entre diversas unidades produtivas, a exemplo de agricultura e pesca (AUTY, 2001, apud LE BILLON, 2001). Também são considerados recursos de fonte pontual os produzidos por “plantations”, pois elas estão concentradas nas mãos de um pequeno número de proprietários; por outro lado, agricultura de subsistência gera um recurso difuso (LE BILLON, 2001). Além disso, classifica-se os recursos naturais em próximos (mais fáceis de controlar) ou distantes do governo central (LE BILLON, 2001, 2002, apud BASEDAU, 2005).

Recursos obstruíveis são aqueles cujo transporte pode ser facilmente bloqueado por poucos indivíduos com poucas armas (VAHABI, 2018). Recursos saqueáveis (“lootable”), por sua vez, são caracterizados pela facilidade de extração e transporte, pela elevada razão preço-peso, por não exigirem muito trabalho qualificado, técnica e tampouco elevado capital e, assim, pela facilidade com que um grupo rebelde obtém acesso (via saque) à renda do recurso natural (LE BILLON, 2009).

Alguns estudos constataram que não é a abundância de recursos naturais que leva à maldição, mas sim, especificamente, recursos de fonte pontual, notadamente petróleo e minerais, ao passo que recursos naturais difusos (arroz e trigo, por exemplo) não conduzem a mal desempenho econômico ou democrático ou a guerras civis (ISHAM et al, 2002; SALA-I-MARTIN; SUBRAMANIAN, 2003; LEITE; WEIDMANN, 1999; ROSS, 2003; DE SOYSA, 2000; FEARON; LAITIN, 2003; FEARON, 2005; ROSS, 2001, todos citados por ROSSER, 2006). Com efeito, tendo em vista que recursos de fonte pontual estão concentrados espacialmente e diante de sua elevada razão valor-volume, torna-se mais fácil e atraente apropriar-se das elevadas e concentradas receitas decorrentes desse tipo de recurso natural (PLOEG, 2010). Isso explica a razão pela qual os países ricos em recursos de fonte pontual sofreriam mais da maldição dos recursos (AUTY, 1997; apud BOSCHINI, PETTERSSON E

ROINE, 2007; ISHAM ET AL., 2003, apud BOSCHINI, PETTERSSON E ROINE, 2007; WOOLCOOK ET AL., 2001, apud BOSCHINI, PETTERSSON E ROINE, 2007).

Contudo, para Ross (2003, apud ROSSER, 2006), são os recursos saqueáveis, como diamantes e drogas, e não recursos de fonte pontual, que conduzem a guerras civis, tendo em vista a facilidade de serem extraídos, transportados e saqueados. Por outro lado, para Sachs e Warner (1995), todos produtos primários, incluídos os agrícolas, gerariam a maldição. Para outros (JONES, 2008), contudo, somente os recursos não-renováveis, não-reprodutíveis e imóveis (petróleo, gás, minérios) implicariam a maldição dos recursos naturais (JONES, 2008). Para Humphreys (2005, apud ROSSER, 2006), porém, o problema não reside na abundância de recursos de fonte pontual ou saqueáveis, mas sim, na dependência dos países da produção de bens primários, conforme subseção seguinte.

3.3. Abundância e dependência de recursos naturais

A partir da distribuição dos recursos naturais (terras e depósitos de minerais) geograficamente, entre os países, a abundância destes recursos é determinada pelas condições técnicas e econômicas de prospecção e exploração.

Por meio de análise econométrica, Brunnschweiler e Bulte (2006) constatarem que a *abundância*⁵ (medida pelo estoque ou pela renda de recursos naturais per capita⁶) de recursos naturais está relacionada positivamente com crescimento econômico e a qualidade das instituições, e não há relação significativa do ponto de vista estatístico entre *dependência* de recursos (medida pela participação das exportações de recursos naturais no PIB ou no total de exportações⁷) e desempenho econômico.

⁵ O modo como se mede abundância de recursos naturais influi na conclusão acerca da existência da maldição: quando a abundância é medida em termos de nível de produção e reservas de recursos, não há relação negativa entre abundância e crescimento econômico (STIJNS, 2001, apud ROSSER, 2006); se a abundância é medida em termos do percentual das rendas dos recursos no total das receitas do governo, não se constata relação negativa entre abundância e ocorrência de democracia (HERB, 2003, apud ROSSER, 2006); não há relação entre abundância de recursos e incidência de guerra civil, quando se mede abundância em termos do nível de estoque do recurso natural per capita (DE SOYSA, 2000, apud ROSSER, 2006).

⁶ Kropf (2010).

⁷ Kropf (2010).

Contudo, para Arezki e van der Ploeg (2007), tanto a abundância quanto a dependência de recursos naturais reduzem o crescimento econômico, mas esse efeito negativo pode ser atenuado com menos restrições comerciais.

Por sua vez, segundo outros pesquisadores⁸, a maldição se verifica quando há *dependência* de recursos naturais. Por fim, para Gylfason E Zoega (2006, apud BADEEBA; LEANA; CLARK, 2017) e Shahbaz et al (2019), a abundância de recursos gera efeitos favoráveis ao crescimento econômico e, contrariamente, a dependência retarda o crescimento.

3.4. Canais de transmissão

A literatura aponta os seguintes canais de transmissão, pelos quais a abundância de recursos naturais leva ao baixo desempenho econômico, a saber: desenvolvimento socioeconômico, instituições estatais, democracia e paz (BASEDAU, 2005). Basedau (2005) observa que esses mecanismos estão interrelacionados, exemplificando que

violent conflict triggered by natural resources affects the prospects of socio-economic development and democracy. At the same time, socio-economic development, lack of democracy and ill-performing state institutions are conducive to violent conflict (BASEDAU, 2005, p. 9).

Os aspectos que determinam a força dos canais de transmissão da maldição são: a) tecnologia necessária para produção do recurso natural; b) o potencial de ligação para frente e para trás e de integração nas cadeias globais de valor; c) a viabilidade da apropriação de renda por meio de instituições estatais; d) as tendências de longo prazo no preço de *commodities* e o grau de volatilidade do preço (LAY; MAHMOUD, 2004).

Os mesmos autores identificam dez variáveis usadas como *proxies* dos canais de transmissão: a) termos de troca e volatilidade do crescimento (vulnerabilidade macroeconômica); b) instituições, liberdade econômica, direito de propriedade; c) inflação, tarifas médias, índice de abertura, investimento público e educação secundária (política econômica).

⁸ Conforme Sachs e Warner, 1995; Wantchekon e Jensen, 2004, apud Lima; Karl, 2005, apud Badeeba, Leana e Clark, 2017; Gylfason e Zoega, 2006, apud Badeeba, Leana e Clark, 2017; Mehlum (2006), apud Badeeba, Leana e Clark, 2017; Arezki e Nabli (2012), apud Badeeba, Leana e Clark, 2017).

Realizando regressão da taxa de crescimento do PIB em relação à abundância de recursos naturais ou dependência deles, controlada pelas variáveis-*proxies* dos canais de transmissão elencadas no parágrafo precedente, Lay e Mahmoud (2004) constatarem que diferentes tipos de recursos naturais conduzem à maldição por meio de distintos canais de transmissão.

Em suma: a) o impacto dos recursos naturais sobre o crescimento depende do tipo deles; b) diferentes tipos de recursos determinam o desempenho econômico por meio de distintos canais de transmissão (qualidade das instituições, política econômica, volatilidade macroeconômica ou uma combinação delas); c) países com diferentes características têm distintos desempenhos econômicos, combinados com diferentes tipos de recurso. Assim, a interação entre o tipo de recurso e as características dos países determina se um país enriquecerá ou empobrecerá.

3.5. Canais econômicos

Os primeiros trabalhos sobre a maldição dos recursos naturais enfatizam o canal econômico. Para Singer (1950, apud ROSSER, 2006) e Prebisch (1950, apud ROSSER, 2006), os países abundantes de recursos naturais padecem de termos de troca declinantes, o que afeta seu desenvolvimento. Já Nurske (1958, apud ROSSER, 2006) e Levin (1960, apud ROSSER, 2006) afirmam que os mercados internacionais de *commodities* são instáveis, o que afeta as receitas do governo e o estoque de divisas, aumentando o risco para investidores privados. Ademais, segundo Hirschman (1958, apud ROSSER, 2006), as atividades de recursos naturais têm a natureza de enclave, ou seja, apresentam poucas ligações para a frente e para trás com o resto da economia, e as multinacionais nos setores de recursos naturais tendem a repatriar o lucro, ao invés de investir na economia local. Por fim, países abundantes em recursos naturais padecem de doença holandesa, ou seja, a perda da competitividade dos setores de não-recursos naturais comercializáveis (em especial, indústria), em razão da apreciação do câmbio decorrente do *boom* de commodities (BRUNO; SACHS, 1982, apud ROSSER, 2006; CORDEN; NEARY 1982, apud ROSSER, 2006).

3.5.1. Deterioração dos termos de troca

A industrialização da periferia é recomendada porque a divisão internacional do trabalho desigual é traduzida na deterioração dos termos de troca dos bens exportados pela periferia, ou seja, na tendência à queda do preço das *commodities* em relação ao dos manufaturados importados pelos países periféricos. Essa deterioração dos meios de intercâmbio, segundo Prebisch (1949, apud SILVA, 2017), decorre do fato de que os bens primários apresentam menor elasticidade-renda da demanda do que os bens industriais, uma vez que, conforme a pessoa enriquece, ela gasta menor proporção de sua renda em alimentos e outros produtos básicos, consoante lei de Engel (FRANKEL, 2012). Além disso, as matérias primas vêm sendo progressivamente substituídas por produtos sintéticos e são processadas de forma cada vez mais eficiente (OCAMPO; PARRA-LANCOURT, 2010), fatos que reduzem a demanda por elas. Por fim, à medida que os estoques de *commodities* são esgotados (para os casos de recursos não renováveis, a exemplo do petróleo) e, conseqüentemente, seus preços sobem, novas reservas são descobertas, já que os preços elevados tornam lucrativa a exploração de recursos em áreas mais difíceis (como no subsolo ou fundo do mar), mediante novas tecnologias. Assim, o aumento da oferta contrabalança o incremento da demanda (derivada do crescimento populacional ou da renda), impedindo a elevação do preço das *commodities* (FRANKEL, 2012).

Outro motivo para a deterioração dos meios de intercâmbio, conforme Prebisch (1949) reside no fato de que o aumento da produtividade na produção industrial do centro é acompanhado de um incremento nas rendas do empresário e dos salários, levando ao aumento do preço. Isso ocorre porque, na fase ascendente do ciclo econômico, os trabalhadores do setor industrial nos países desenvolvidos têm maior poder de barganha para obter aumento salarial e, na fase descendente, eles não aceitam a queda salarial. Por outro lado, o poder das empresas monopolistas (decorrente da diversidade de produtos) no centro impede a queda dos preços dos bens industriais, de forma que a redução de custos gera benefícios para os trabalhadores (na forma de melhores salários) e acionistas (maiores dividendos). Já na periferia, a desorganização da massa de trabalhadores e o excedente de mão de obra (decorrente do avanço técnico, que libera mão de obra) os impedem de manter o salário na fase descendente do ciclo econômico, reduzindo-se o preço das *commodities*. Além disso, o pequeno poder de mercado dos produtores de *commodities* (submetidos à concorrência perfeita, ante a homogeneidade dos produtos) leva à queda de seus preços. Por fim, o setor manufatureiro do centro exerceria influência sobre os mercados das *commodities*, forçando a redução de seus preços (DEATON; LAROQUE, 2003, apud BASEDAU, 2005; OCAMPO; PARRA-LANCOURT, 2010).

Assim, o preço dos bens industrializados tende a crescer mais do que o das *commodities* exportadas pela periferia (PREBISCH apud SILVA, 2017). Isso resulta em menos divisas, o que compromete a capacidade de importar bens de capital (e, assim, crescer).

Estudos recentes concluem que, no agregado (índice composto da todos bens primários), os termos de troca das *commodities* em relação aos bens industrializados caíram desde o começo do século XX, no montante de 0,1% a 1,3% ao ano (ROSS, 1999). Nesse sentido, Borensztein e Reinhart (apud ROSS, 1999) afirmam que, entre 1980 e 1993, os preços das *commodities* (excluindo petróleo) caíram 42%. Contudo, observando os termos de troca de cada uma das 26 *commodities* escolhidas, separadamente, chegam à conclusão de que, entre 1900 e 1983, os termos de troca de cinco *commodities* tenderam ao declínio, os de outras cinco *commodities* tenderam ao crescimento e dezesseis não apresentaram tendência alguma (CUDDINGTON, apud ROSS, 1999). Além disso, três das cinco *commodities* que apresentaram tendência de queda nos termos de troca eram exportadas quase exclusivamente pelos países industrializados (ROSS, 1999).

Já Ocampo e Parra-Lancourt (2010) constataam que, entre o fim do século XIX e o início do século XX, houve uma melhora nos termos de troca entre *commodities* (exceto combustíveis) e bens manufaturados, uma deterioração no resto do século XX e uma nova melhora no início do século XXI (embora ainda não seja possível concluir se essa tendência positiva se manterá no futuro). Segundo os autores, houve duas quebras estruturais, que se seguiram a desacelerações da economia mundial (após a Primeira Guerra Mundial e com a recessão iniciada na década de 1970), a qual reduziu a demanda por *commodities*. Os preços reais das *commodities* caíram à metade entre as primeiras duas décadas do século XX e o período compreendido entre 1998 e 2003, e depois aumentaram. Por sua vez, os bens agrícolas tropicais tiveram a maior queda nos preços relativos, os minerais apresentaram o melhor desempenho e os bens agrícolas não tropicais estão na situação intermediária. Das 24 *commodities* analisadas, apenas seis tiveram aumento do preço relativo, acumulado entre 1900-1904 e 1996-2000 (variando entre +5,9% e +399%) e as demais tiveram queda nos termos de troca (entre -1,3% e -93,4%) (OCAMPO; PARRA, 2003).

Contudo, para Davis e Tilton (2005), é questionável que haja tal deterioração: primeiro, a elevação dos preços dos produtos industrializados pode refletir a melhoria de sua qualidade ao longo do tempo; segundo, a redução do preço das *commodities* pode ser contrabalançado pela queda dos custos de sua exploração, de forma que, se a diminuição desses custos for

superior à redução dos preços, os países exportadores desse bem podem, então, estar em uma situação melhor.

3.5.2. Doença holandesa

A economia é composta por três setores: a) setor de bens de não-recursos naturais comercializáveis (indústria), que produz bens comercializáveis internacionalmente; b) setor de não-comercializáveis, que oferece serviços que não podem ser comercializados entre regiões e entre os países, uma vez que a oferta e o consumo do serviço devem ocorrer no mesmo local; c) setor de recursos naturais comercializáveis no mercado global (energia, minérios e agropecuária). Os preços dos bens industriais e *commodities* são estabelecidos no mercado mundial, ao passo que os preços dos serviços não-comercializáveis são fixados dentro do país e variam de região para região (HAAS; POELHEKKE, 2019).

A concentração geográfica de empresas pode gerar uma externalidade positiva (aglomeração), uma vez que elas se beneficiam do mercado de trabalho, serviços e bens intermediários concentrados espacialmente, além de se beneficiarem de transbordamento de conhecimentos. Contudo, essa concentração pode ser negativa se as firmas competem entre si por uma oferta limitada de infraestrutura, bens públicos ou insumos privados (congestionamento) (HAAS; POELHEKKE, 2019).

Nesse sentido, conforme o modelo da doença holandesa (CORDEN; NEARY, 1982, apud JACOBSEN; PARKER, 2014), um boom de recursos naturais eleva as receitas, a demanda agregada e os salários em geral, incluídos os pagos pelas indústrias, as quais competem por mão de obra e capital com os setores de recursos naturais e de não-comercializáveis (fenômeno conhecido como *crowding out*) e não podem repassar o aumento dos custos salariais aos consumidores, uma vez que são tomadoras de preço no mercado mundial (HAAS; POELHEKKE S, 2019, apud JACOBSEN E PARKER, 2014; CORDEN; NEARY, 1982, apud JACOBSEN E PARKER, 2014). O *crowding out* sofrido pelo setor manufatureiro é prejudicial à economia, porque a indústria apresenta maiores externalidades favoráveis ao crescimento econômico de longo prazo (FRANKEL, 2012).

Assim, o modelo da doença holandesa pressupõe que capital e trabalho estão plenamente utilizados antes do *boom* de *commodities*, de tal forma que o crescimento do setor de bens

primários retira capital e trabalho da manufatura. Contudo, os países em desenvolvimento geralmente têm excedentes de trabalho, que podem ser aplicados no setor de recursos naturais, sem prejuízo aos demais. Além disso, o *boom* de *commodities* atrairia capital e trabalho estrangeiros. Assim, a questão da ocorrência, ou não, de *crowding out*, em desfavor da manufatura, está em aberto. Por fim, a apreciação cambial torna a importação de bens de capital mais barata, de tal forma que a sobrevalorização cambial não prejudicaria a indústria (ROSS, 1999).

Contrariamente, os advogados da tese da doença holandesa partem do pressuposto de que o setor de comercializáveis de não recurso naturais, retraído em razão do boom de *commodities*, não retornará à sua posição inicial (os recursos – capital e trabalho – não voltarão ao setor de não-recursos), mesmo quando o *boom* cessar. Por outro lado, propõe-se que o aprendizado, que reduz custos e aumenta a produtividade, ocorre apenas na produção de manufaturados (e não de *commodities*). No entanto, para Davis e Tilton (2005), o processo de aprendizado também ocorreria na produção de minerais (descoberta, extração e processamento), visto que ela usa tecnologias sofisticadas, capital e trabalho para transformar rochas em metais.

A doença holandesa também se manifesta quando um aumento acentuado de receitas de exportação, decorrente da elevação do preço internacional ou da descoberta de novas fontes de *commodities*, aprecia fortemente a taxa de câmbio, tornando os bens manufaturados menos competitivos, tanto internamente quanto internacionalmente, ainda que os produtos industriais sejam produzidos com a tecnologia no estado de arte mundial (BRESSER-PEREIRA; MARCONI; OREIRO). Em outras palavras, a taxa de câmbio da economia é mais apreciada do que a taxa de equilíbrio industrial (necessária para que as empresas exportem e enfrentem a concorrência estrangeira) (BRESSER-PEREIRA; MARCONI; OREIRO).

Em suma, a doença holandesa, decorrente do *boom* de *commodities*, gera as seguintes consequências: a) elevada apreciação da taxa de câmbio e consequente redução da competitividade da indústria; b) aumento dos gastos governamentais (especialmente em investimentos e salários), propiciados pelas receitas extras de tributos ou de royalties, dada a pressão política para fazê-los; c) aumento no preço dos bens e serviços não-comercializáveis (não transacionados internacionalmente), relativamente ao preço dos bens comercializados de não-recursos naturais (manufaturas), o qual é fixado internacionalmente; d) retirada do trabalho, capital e terra do setor de bens de não-recursos comercializáveis, incentivada pelos retornos

maiores nos setores de *commodities* e de bens e serviços não comercializáveis; e) em alguns casos, déficit de conta corrente, tornando difícil honrar dívidas quando o *boom* de *commodities* se encerrar (FRANKEL, 2012).

Contudo, alguns estudos empíricos concluem que a doença holandesa, ainda que verificada, não é tão prevalente nos países em desenvolvimento quanto se supunha e pode ser combatida pelos governos por políticas adequadas (ROSS, 1999).

3.5.3. Capital humano

A educação eleva a produtividade dos trabalhadores e favorece a criação e absorção de tecnologias, além de qualificar futuros pesquisadores (BARRO, 2001, apud STIJNS, 2001; DOUGLAS, apud STIJNS, 2001; WALKER, 2015, apud STIJNS, 2001). Assim, os retornos marginais da educação sobre o crescimento são consideráveis (STIJNS, 2001). Por outro lado, a educação do povo tende a levar ao fortalecimento da democracia e à promoção da igualdade socioeconômica (STIJNS, 2001), as quais também têm efeitos positivos sobre o crescimento.

Segundo Gylfason (2001), o capital natural exclui (*crowding out*) o capital humano, pois países ricos em recursos naturais negligenciam a promoção de recursos humanos, confiando nas riquezas trazidas pelas *commodities*, realizando menos investimentos públicos em educação do que os não dotados de recursos, o que impede o crescimento econômico daqueles. Além disso, o setor de recursos naturais requer, em sua maior parte, mão de obra pouco qualificada, o que configura um desestímulo ao investimento em capital humano (frequência escolar), por parte dos potenciais estudantes (BASEDAU, 2005).

Contudo, Stijns (2001) chega à conclusão oposta: os indicadores de capital humano estariam positivamente associados com abundância de recursos naturais. Com efeito, mesmo que as rendas dos recursos naturais sejam apropriadas ilicitamente pelos governantes, ou mal-empregadas, ainda assim restariam receitas que podem ser direcionadas à educação, tendo ela efeito favorável permanente sobre a renda per capita. Nesse sentido, o aumento das atividades extrativistas geraria maior gasto com educação do que outras atividades, porque aquelas são facilmente tributáveis, e os governos podem reear pelo esgotamento dos recursos, o que reduz o consumo presente, remanesecendo receitas para investir na educação. Contudo, o governo de um país abundante em recursos naturais não necessariamente age dessa forma virtuosa.

3.5.4. Enclave

Aponta-se que as *commodities* (em especial, minérios e energia) têm o caráter de enclave, ou seja, a extração e produção delas cria poucos vínculos com o resto da economia doméstica. Com efeito, elas são intensivas em capital e empregam pouca mão de obra local (portanto, gera pouco consumo), a maior parte dos insumos utilizados são oriundos do exterior e as *commodities* são processadas em países estrangeiros. Além disso, as receitas de exportação são enviadas ao exterior, para remunerar o capital estrangeiro investido na produção. Assim, a ligação fiscal (tributos) domina a contribuição do setor de mineração para a economia nacional (AUTY, 1993).

Para alguns, no entanto, o fato de o setor minerador ser um enclave não é em si um problema, uma vez que as receitas dos impostos oriundos da produção de *commodities* podem ser aplicados para financiar educação, saúde, infraestrutura e outros investimentos que estimulam o crescimento. No entanto, o governo pode desperdiçar as receitas fiscais oriundas das *commodities* em investimentos pouco produtivos.

Por outro lado, os esforços do governo para empregar trabalhadores domésticos e promover ligações a montante e a jusante podem ser prejudiciais, se tais tentativas elevarem os custos da mineração, demandando subsídios para indústrias ineficientes (DAVIS; TILTON, 2005). Contudo, subsídios para indústrias ineficientes podem servir para o fomento da indústria nascente e ser condicionados, no médio prazo, a metas de desempenho.

3.5.5. Volatilidade de receitas

As tendências de longo prazo do preço de *commodities* são dadas por choques permanentes na demanda (mudança nos gostos e progresso tecnológico) e na oferta (novas tecnologias de extração). Já a volatilidade de preço no curto prazo é determinada pelo ciclo de negócios nos países importadores, o comportamento de especuladores e choques transitórios (choques climáticos ou eventos políticos) (LAY; MAHMOUD, 2004).

Os preços mundiais de *commodities* são voláteis, em razão das baixas elasticidade-preços da demanda desses bens primários (pois o estoque de capital é projetado para operar com uma quantidade fixa de energia e matérias primas) e da oferta (que leva tempo para ajustar a produção), de tal forma que, para que o mercado chegue novamente ao equilíbrio, são necessárias grandes modificações dos preços (FRANKEL, 2012; MORATOYA, 2014).

A dependência da economia sobre poucos recursos naturais (baixa diversificação produtiva) a torna vulnerável a expansões e retrações dos preços de *commodities* no mercado mundial, os quais são mais voláteis do que o preço dos bens industriais e serviços (LAY; MAHMOUD, 2004).

A volatilidade das receitas de *commodities* atrapalha o planejamento e aumenta a incerteza, eleva o déficit e a dívida pública (pois, em época de *boom* de receitas de *commodities*, o governo toma empréstimos e realiza gastos extraordinários e, no período de baixa, a dívida pública contraída no momento de alta das receitas⁹ já não pode mais ser honrada ante a redução de receitas, e os gastos tampouco podem ser mantidos) e reduz o crescimento econômico (em razão de juros mais altos decorrentes do risco de falências durante crises). Dessa forma, a instabilidade dos preços de *commodities* deprime as receitas governamentais e as divisas quando a economia está em contração, ou seja, justamente quando maiores investimentos são necessários para superar a recessão (DAVIS; TILTON, 2005). Assim, a volatilidade das receitas de *commodities* exacerba tanto *boom* como recessão, ao induzir políticas fiscais pró-cíclicas (DAVIS; TILTON, 2005). Por fim, a incapacidade de o Banco Central esterilizar o impacto do fluxo de divisas estrangeiras oriundo do *boom* de *commodities* na oferta monetária geraria alta inflação. Mas haveria a tendência contrária anti-inflacionária de uma sobreapreciação da moeda nacional associada a estas esterilizações imperfeitas.

Dessa forma, a volatilidade macroeconômica pode ser agravada por políticas equivocadas. Com efeito, choques positivos transitórios são percebidos como permanentes e, assim, levam a políticas inadequadas, tais como um aumento irresponsável dos gastos públicos¹⁰ e do endividamento estatal, que futuramente demandam um ajuste custoso (LAY; MAHMOUD, 2004), eis que, no período de baixa de preços das *commodities*, o governo já não é mais capaz de realizar tais despesas e tampouco tomar dinheiro emprestado

⁹ Na época de *boom* de *commodities*, os países produtores de recursos têm menor risco de inadimplemento, o que incentiva a concessão de crédito pelas instituições financeiras.

¹⁰ Exemplos de gastos improdutivos são os incorridos com a contratação de funcionários públicos para reduzir desemprego e a insatisfação popular e com a realização de projetos questionáveis, do ponto de vista econômico.

(BOURGUIGNON). Por sua vez, choques negativos permanentes nos preços de *commodities* são considerados transitórios, de tal forma que as medidas de ajuste estrutural necessárias não são adotadas, eis que elas podem deprimir o crescimento econômico e aumentar o desemprego e, assim, em razão de demagogia, não seriam adotadas (LAY; MAHMOUD, 2004) de imediato, ainda que, depois de algum tempo, essas medidas mostrem-se inevitáveis.

Além, disso, em época de *boom* de *commodities*, gera-se doença holandesa, em detrimento do setor industrial, o qual, em geral, não se recupera durante a época de baixa. Por sua vez, as mudanças na situação econômica derivada da volatilidade de preços criam incentivos para descumprimento ou renegociações de contratos, o que deteriora as instituições.

Contudo, a volatilidade dos preços de *commodities* pode ser mitigada, aplicando-se as receitas dos recursos naturais obtidas durante o *boom* de *commodities* em fundos de estabilização e sacando as receitas acumuladas nesse fundo para financiar gastos públicos durante a queda da demanda que, de outra forma, não poderiam ser realizados, ou financiar o processo de diversificação produtiva. No entanto, há países que foram bem-sucedidos no uso de tais fundos e outros que malograram, em razão da governança e qualidade institucional (DAVIS; TILTON, 2005). Para atenuar os efeitos da volatilidade dos preços, propõe-se, ainda, realizar seguros contra quedas de preços e evitar gastos e tomadas de empréstimos pró-cíclicos (SHAXSON, 2005).

As regressões efetuadas por Cavalcanti, Mohaddes e Raissi (2011) apontam que a volatilidade de receitas originadas dos recursos naturais (e não a abundância deles) têm efeito negativo sobre a acumulação de capital físico e humano e, conseqüentemente, sobre o crescimento econômico. Com efeito, os agentes econômicos tendem a poupar menos (e, portanto, segundo eles, investir menos) num país rico em recursos naturais, pois eles entendem que o fluxo de rendas de exportação de *commodities* se manterá no futuro. Sob outro ângulo, a incerteza acerca do ambiente macroeconômico, derivada da volatilidade de preços de *commodities*, inibe os investidores avessos ao risco de efetuar investimento em capital físico. Ademais, a volatilidade dos preços de *commodities* aumenta o risco de calote, reduzindo a capacidade do país rico em recursos de tomar dinheiro emprestado (CATÃO; KAPUR, 2006, apud CAVALCANTI; MOHADDES; RAISSI, 2011). Conforme Jacks, O'Rourke e Williamson (2009), as famílias se protegem do risco associado à volatilidade de receitas, aplicando menos seus recursos financeiros e em alternativas de menor risco e reduzem gastos (inclusive com educação, prejudicando a acumulação de capital humano) (CAVALCANTI;

MOHADDES; RAISSI, 2011). Por outro lado, face à redução dos preços de *commodities*, o Estado, dependente financeiramente das receitas tributárias dos bens primários, e com difícil acesso a crédito barato, não pode realizar mais investimentos em infraestrutura e educação, o que inibe o crescimento econômico. Ou seja, investimentos e crescimento econômico estão negativamente relacionados à maior volatilidade macroeconômica. Todos esses fatores reduzem o investimento em capital físico e humano (JACKS; O'ROURKE; WILLIAMSON, 2009).

Ademais, as mudanças cíclicas do emprego dos fatores de produção (trabalho, terra e capital), decorrentes da volatilidade macroeconômica, impõem custos: desemprego friccional, utilização incompleta do estoque de capital e ocupação incompleta da terra são prejudiciais, mesmo se temporários (FRANKEL, 2012).

Contudo, Ross (1999) cita alguns estudos¹¹ que concluem que a instabilidade de receitas de exportação favorece o crescimento, uma vez que incentiva os exportadores de *commodities* a se protegerem dos choques futuros dos preços desses bens, por meio de investimento privado em outros empreendimentos econômicos. No entanto, outras pesquisas mencionadas por Ross (1999)¹² apontam que a instabilidade das receitas de exportação prejudica o crescimento (GYIMAH-BREMPONG, apud ROSS, 1999) ou não tem qualquer influência sobre ele (FOSU, apud ROSS, 1999), dependendo, em grande parte, do modo como se mede a volatilidade das exportações.

3.6. Canais políticos

Além dos canais econômicos apontados nas subseções precedentes, a maldição dos recursos naturais pode ser explicada por fatores políticos. Os recursos naturais deterioram as instituições e a democracia, levando a *rent-seeking*, corrupção e mau gerenciamento das receitas dos recursos naturais. Além disso, incentivam a deflagração e duração dos conflitos civis.

¹¹ Knudsen e Parnes, 1975; MacBean, 1966; Fosu, 1996; Dawe, 1996; Ghosh e Ostry, 1994.

¹² Behrman, 1987; Tan, 1983; Moran, 1983; Singer e Edström e Dawe.

3.6.1. *Rent-seeking* e corrupção

Rendas (*rents*) podem ser definidas como a recompensa pelo controle dos recursos naturais ou como o lucro monopolista superior ao lucro que seria obtido num mercado competitivo (MCFERSON, 2010).

A busca de renda (*rent-seeking*) abrange abuso do cargo público para ganho privado (BANCO MUNDIAL, 1997, apud WONG; CHEN; YIEW, 2021) e atividades e gastos realizados por grupos de interesse perante agentes públicos (*lobbying* ou suborno), para obter tratamento privilegiado do Estado, por meio de regulações, tributação, subsídios, transferências, proteção, monopólios e licenças exclusivas para explorar e exportar recursos (KRUEGER, 1974, apud WONG; CHEN; YIEW, 2021; PLOEG, 2010). Estas medidas governamentais geram renda privada, superior à que seria obtida por meio de atividades alternativas (produtivas), o que incentiva a criação e manutenção dessa renda, por meio de *rent-seeking* (KHAN). O *rent-seeking* envolve, assim, práticas ilícitas (como corrupção) e lícitas (por exemplo, *lobbying*). A busca de renda implica distorções nos incentivos, gera desperdícios e má alocação de recursos e canaliza os talentos (trabalho) e investimentos (capital) para atividades não produtivas (busca de renda), em detrimento das produtivas (geradoras de riqueza), causando baixo crescimento econômico (WONG; CHEN; YIEW, 2021).

As elevadas receitas oriundas da exploração de *commodities* geram oportunidades para os agentes políticos e privados praticarem busca de renda, corrupção¹³ e clientelismo. Assim, o Estado e os empresários passam a se engajar na distribuição e busca de renda, em detrimento da realização de investimentos produtivos, o que reduz o produto da economia (LIMA, s.d.). Por outro lado, os agentes políticos usam as receitas dos recursos naturais para manter o status quo e se reeleger no próximo sufrágio, ao invés de promover o desenvolvimento (LIMA, s.d.). Esses efeitos nefastos ocorrem principalmente quando as instituições são fracas e não garantem transparência na alocação das receitas e quando essa alocação (por parte do agente político) for discricionária, o que favorece práticas clientelistas (LIMA, s.d.).

¹³ As operações extrativistas permitem a sonegação de receita, sob o beneplácito de funcionários públicos corruptos. Por outro lado, a produção mineradora é imóvel (os recursos estão no solo e é dispendioso mudar os equipamentos de local), de forma que a mineradora é menos propensa a mudar de localização, ao ser exigido o pagamento de propina (KNUTSEN et al, s.d.).

Discute-se se a corrupção tem efeito positivo ou negativo sobre a economia. Pela hipótese “Grease the Wheels”, um tanto cínica, práticas corruptas contornariam a ineficiência provocada por regulação excessiva, ao acelerar procedimentos burocráticos, tais como abertura de empresas. Ademais, o produto da corrupção poderia ser reinvestido na economia ou usado para consumo local, compensando os danos à economia (OLIVEIRA, s.d.).

Já a hipótese “Sand the Wheels” acredita que a corrupção distorce a alocação de recursos, gera incentivos para manutenção dos problemas institucionais e enseja imprevisibilidade dos custos dos empresários com propina. Além disso, sob corrupção, os empresários devem empregar mais tempo e recursos do que em um ambiente não corrupto, para obter o mesmo patamar de lucros (OLIVEIRA, s.d.). O estudo concluiu que predominam os efeitos negativos da corrupção (OLIVEIRA, s.d.).

Além disso, a corrupção inibe os investimentos, uma vez que os agentes corruptos aumentariam as exigências regulatórias, a fim de obter cada vez mais propinas. Ademais, a corrupção faria migrar os recursos humanos de atividades produtivas para não produtivas (SOBRAL; FERREIRA; BESARRIA, s.d.).

3.6.2. Mau gerenciamento de receitas

Para explicar a maldição dos recursos naturais, há três vertentes de teorias de falhas políticas: teorias cognitivas, sociais e estatísticas (ROSS, 1999). Conforme as teorias cognitivas, as riquezas de recursos naturais causam miopia entre os atores públicos e privados, na forma de preguiça (planejamento econômico frouxo e diversificação insuficiente) ou exuberância (otimismo irracional quanto às receitas futuras, que gera gastos e endividamentos excessivos, e o uso dessas receitas para realizar investimentos ineficazes - “elefantes brancos” - e proteger o *status quo*, ao invés de promover o desenvolvimento) (ROSS, 1999).

Já segundo as teorias sociais, os atores políticos utilizam as receitas dos recursos naturais para enriquecer a si e a grupos particulares, ou seja, às elites (o que aumenta a desigualdade), a fim de obter apoio político (ROSS, 1999). Esses grupos de influência se beneficiam de políticas (inibidoras de crescimento) que servem aos interesses desses grupos, e não dos pobres (BROAD 1995, apud ROSSER, 2006; URRUTIA 1988, apud ROSSER, 2006) e tampouco da economia em geral (BADEEB; LEANA; CLARK, 2017).

As teorias estatistas apontam a incapacidade de o Estado distribuir recursos, fazer valer direitos de propriedade e resistir às demandas dos “buscadores de renda” (*rent-seekers*). Em geral, países africanos e do Oriente Médio ricos em recursos naturais são Estados rentistas (*rentier states*), cujas receitas fiscais dependem excessivamente de receitas oriundas de recursos naturais (na forma de tributos ou *royalties*), auferidas sem contribuição do governo, e não de impostos sobre outros produtos (MCFERSON, 2010) ou sobre os cidadãos. Porque têm elevadas receitas, tais estados tendem a realizar generosos programas de bem-estar social, de forma que o governo enfrenta menor pressão por mudança política (SHAMBAYATI, apud ROSS, 1999). Assim, o Estado realiza políticas distributivas em detrimento da promoção do investimento privado, da produção e do crescimento econômico. Por fim, o agente estatal utiliza as receitas de recursos naturais para reprimir ou cooptar a oposição, ou adotar práticas clientelistas (ROSS, 2001, apud BASEDAU, 2005), com vistas à manutenção do poder.

Assim, a boa governança engloba transparência, alocação eficiente e justa de receitas e participação da comunidade na implementação de políticas públicas. Já o Estado rentista tem efeitos nefastos sobre as políticas econômicas, ao tender à superexploração dos recursos naturais e ao elevado consumo das rendas deles derivadas. Em um Estado rentista, os recursos não são distribuídos diretamente, mas sim por meio de subsídios, restrições comerciais e empregos públicos, de tal forma que o Estado tem grande participação na economia (com as distorções econômicas dela derivadas, no entender de Auty e Gelb, 2001 (apud LAY; MAHMOUD, 2004). Tendo em vista a centralidade dos recursos naturais na economia, a maior parte da população ocupa-se com o controle, distribuição e consumo das receitas dos recursos naturais, e somente uma pequena parcela se engaja em atividades produtivas (geradoras de riqueza), o que reduz o dinamismo da economia (MURPHY; SHLEIFER; VISHNY, 1993, apud BASEDAU, 2005; TORVIK, 2002, apud BASEDAU, 2005).

3.6.3. Democracia

Quanto mais próspera a nação, maior a chance de ser democrática (LIPSET, 1959, apud BASEDAU, 2005). Assim, o baixo crescimento e a pobreza são uma ameaça à democracia. Ao revés, a modernização oriunda da industrialização fomenta a democracia. Segundo Inglehart (1997, apud BASEDAU, 2005), níveis mais altos de educação e especialização ocupacional

levam os trabalhadores a se articular e se organizar politicamente, empoderando a sociedade civil, a qual, por sua vez, se contrapõe às tendências autoritárias dos governos, conduzindo à democracia e à promoção dos direitos humanos.

A relação entre abundância de recursos naturais e falta de democracia é explicada pelas seguintes formas: a) os governos, quando obtêm elevadas receitas de recursos naturais, tendem a não tributar (ou tributar pouco) os cidadãos, os quais, por esse motivo, deixam de exigir participação no processo de decisão política e a prestação de conta dos governos (BASEDAU, 2005); b) o agente governamental pode cooptar dissidência com as receitas dos recursos naturais, dando emprego público (geralmente improdutivo), distribuindo receitas, conferindo benefícios econômicos (tais como subsídios ineficientes) ou realizando outros gastos públicos, com o fim de obter apoio político (PLOEG, 2010); c) as rendas dos recursos naturais estão concentradas nas mãos das elites políticas, o que dá os meios para elas se manterem no poder e, ao mesmo tempo, configura um estímulo para a perpetuação do poder (LAM; WANTCHEKON, 2003, apud ROSSER, 2006; PLOEG, 2010); d) o governo pode usar as rendas dos recursos naturais para financiar um grande aparato repressor, que controle as agitações sociais. Essa opressão mina a democracia e os direitos humanos (BASEDAU, 2005); e e) os recursos naturais impedem as mudanças políticas e culturais favoráveis à democratização, tais como aumento do nível da educação (CLARK, 1997, apud ROSSER, 2006).

Por fim, algumas *commodities* (como petróleo e potássio), além de gerar lucros aos governos locais e às empresas multinacionais, são indispensáveis para a produção industrial dos países industrializados, os quais, assim, tendem a ser complacentes com regimes autoritários nos países exportadores de produtos primários (GARY; KARL, 2003, apud BASEDAU, 2005). Mais ainda, as potências estrangeiras podem ter incentivos para apoiar regimes autoritários nos países produtores de *commodities*, com vistas a eliminar instabilidade política nestas nações, que coloca em risco a oferta dos bens primários (ERWIN, 2020).

Para Acemoglu et al (2019), a democracia leva a maior crescimento do PIB: a) ao fomentar investimentos e reformas econômicas que levam ao crescimento econômico [mas que descontentam as elites políticas]; b) ao aumentar gastos com educação e saúde (visto que o capital humano é um dos fatores de desenvolvimento), através de incremento da tributação (regimes democráticos tendem a investir mais em bens públicos) e c) ao reduzir a convulsão social.

Além disso, em regimes não democráticos, o governo pode, a seu bel prazer, violar os direitos de propriedade do indivíduo, o que configura um desincentivo para investimentos produtivos. Ademais, o governo autoritário de um país dependente de recursos naturais busca desestimular o surgimento de setores fortes de não-recursos naturais, uma vez que estes são base para a ascensão de grupos poderosos, que podem demandar mudanças políticas que desafiem as elites estabelecidas (BAD et al, 2013).

Ademais, a democracia leva ao crescimento econômico, via garantia do direito de propriedade (NORTH, 1990, apud SABBADINI, s.d.; NORTH e WEINGAST, 1989, apud SABBADINI, s.d.), e porque na democracia a sociedade tem a possibilidade de contestar maus governos que eventualmente levem a um baixo desempenho econômico (WITTMAN, 1999, apud FITTIPALDI et al, 2017). Adicionalmente, a democracia mitiga a busca de renda e corrupção.

Ainda, Acemoglu (2003, apud FITTIPALDI et al, 2017) afirma que regimes oligárquicos criam barreiras à entrada que favorecem grupos particulares, de forma que, no longo prazo, há baixo crescimento econômico, eis que as barreiras impedem a entrada no mercado de empreendedores inovadores, inibindo o crescimento. Assim, a falta de democracia conduz a baixo crescimento¹⁴.

3.6.4. Conflitos civis

Segundo Rosser (2006), há duas explicações para os conflitos civis gerados pela abundância de recursos naturais: a) queixa: conflitos são desencadeados quando, face à tentativa do governo central de monopolizar as receitas dos recursos naturais, segmentos da região produtora de *commodities* se sentem privados dos benefícios das rendas oriundas delas (a

¹⁴ Essa conclusão não é consensual: para Przeworski e Limongi (1993, apud Sabbadini, s.d.), a democracia teria efeito negativo sobre o crescimento econômico, uma vez que, sob esse regime, os indivíduos mais pobres estariam dotados de mais voz e exigiriam políticas distributivas financiadas por tributos, o que reduziria os investimentos, gerando baixo crescimento econômico. Esse efeito se manifestaria especialmente em países com renda mais desigual, diante da elevada demanda por medidas redistributivas. No mesmo sentido, sob democracia, o governo enfrenta mais resistência da população a medidas econômicas necessárias, mas impopulares, como o aumento da poupança via redução do consumo presente (RAO, 1984, apud FITTIPALDI et al, 2017). Por outro lado, Fittipaldi et al (2017) não encontraram relação estatisticamente significativa entre democracia e crescimento econômico, mas sim, entre estabilidade política e das instituições (que permite o cálculo capitalista do retorno de seus investimentos) e crescimento econômico.

despeito de arcar com o ônus ambiental da produção) e, assim, empreendem guerras secessionistas (BERDAL; MALONE 2000, apud BASEDAU, 2005; COLLIER; HOEFFLER 2001, apud BASEDAU, 2005); b) cobiça: conflitos são estimulados pela ganância, por parte de agentes internos ou externos, em relação aos lucros da exploração de recursos naturais (BERDAL; MALONE, 2000, apud BASEDAU, 2005; COLLIER; HOEFFLER, 2001, apud BASEDAU, 2005; COLLIER; HOEFFLER 2001, apud BASEDAU, 2005). Além disso, as guerras civis ocorrem quando há oportunidades de financiar as atividades dos grupos rebeldes por meio da exploração dos recursos naturais ou extorsão das rendas destes (ROSS, 2004, apud ROSSER, 2006).

Ballantine (2003, apud ROSSER, 2006) afirma que os incentivos e oportunidades econômicas interagem com queixas socioeconômicas e políticas, e disputas inter-étnicas, desencadeando guerras civis. Para Ross (2004, apud ROSSER, 2006), as guerras civis podem ser causadas por uma combinação do mecanismo de intervenção estrangeira (a busca pelo controle das regiões ricas em recursos naturais - energia e matéria-prima -, fundamentais aos países industrializados, também os motiva a financiar grupos armados favoráveis a eles) e do mecanismo de saque futuro (*booty futures*), por meio do qual a riqueza de recursos aumenta a probabilidade de guerra civil, ao permitir que os grupos rebeldes vendam direitos de exploração futuras dos recursos naturais.

Por sua vez, os recursos naturais têm efeito sobre a *duração* de conflitos civis, por meio de dois meios: a) ao gerar recursos para sustentar a guerra, permitindo ao lado mais fraco no conflito arrecadar fundos por meio de saque e da venda de direitos de exploração futura dos minerais que eles buscam controlar, sustentando a conflagração por mais tempo (ROSS 2004, apud ROSSER, 2006; BALLANTINE, 2003, apud ROSSER, 2006); b) ao dar os combatentes um incentivo para evitar acordo de paz (FEARON 2004, apud ROSSER, 2006; SHERMAN 2000, apud ROSSER, 2006; BALLANTINE 2003, apud ROSSER, 2006), reduzindo a probabilidade de os governos firmarem acordo de paz que confira à região separatista uma autonomia fiscal (FEARON, 2004, apud ROSSER, 2006; ROSS, 2004, apud ROSSER, 2006).

Além disso, a natureza do conflito difere conforme o tipo de recurso natural. Os recursos de fonte pontual podem ser capturados facilmente por um grupo, porque eles estão concentrados em uma localização específica. Já recursos difusos são mais difíceis de serem capturados porque eles estão geograficamente espalhados. Por sua vez, recursos naturais que estão localizados próximos à capital podem ser facilmente mantidos pelo governo e estão associados com

conflitos sobre o controle do Estado, e recursos que estão longe da capital são mais fáceis de serem tomados por rebeldes e estão associados com conflitos separatistas.

A economia de guerra envolve as partes em conflito, companhias multinacionais e comercializadores de armas, que desfrutam de uma situação sem lei, em que o governo está ausente, permitindo o enriquecimento de tais personagens (BERDAL; MALONE, 2000, apud BASEDAU, 2005). O lucro e o saque são lucrativos, se pouca infraestrutura ou know-how é requerida para explorar os recursos, ou se eles podem ser facilmente contrabandeados ou, ainda, se as instalações de exploração de recursos não puderem ser facilmente protegidas de ataques dos oponentes (ROSS, 2003, apud BASEDAU, 2005; PAES 2004, apud BASEDAU, 2005).

Os conflitos civis deterioram a força de trabalho, o capital e a infraestrutura física e reduzem o progresso tecnológico e os investimentos (dados os elevados gastos com recursos humanos e financeiros, na guerra, e a perda da confiança nas instituições), o que compromete o crescimento econômico (SOUZA et al, 2011; ZALLÉ, 2018).

3.6.5. Canal institucional

A história, largamente moldada pelas dotações de recursos naturais das diferentes localidades e por outros fatores, legou instituições favoráveis ou contrárias ao crescimento econômico. Diante da importância das instituições para a análise da maldição dos recursos naturais empreendida em vários estudos sobre o tema, serão explorados nas subseções 3.7 e 3.8 seguintes mais detalhes sobre o fenômeno, qual seja, a interação entre recursos naturais, história, instituições e crescimento econômico.

3.7. O papel da história

A maldição não é inevitável: países ricos em recursos naturais, tais como EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Noruega, conseguiram se desenvolver. Em contrapartida, África, América Latina e parte da Ásia (especialmente Oriente Médio) se vêm presas ao subdesenvolvimento, a despeito de suas riquezas naturais. Essa diferença é explicada pelos processos históricos. Apresenta-se três linhas interpretativas: uma que enfoca a formação das

instituições nas diferentes regiões do mundo (Acemoglu, Johnson e Robinson), outra que se assenta na teoria da dependência, exposta brevemente na subseção 2.2.1, e uma última que destaca outros fatores históricos.

3.7.1. Formação das instituições

Acemoglu, Johnson e Robinson (2002) afirmam que o desenvolvimento econômico é fomentado por instituições que incentivam os investimentos, por meio de garantias do direito de propriedade para ampla parcela da população. Tais investimentos levaram à industrialização nos séculos XVIII e XIX. O advento de tais instituições está ligado à transição do feudalismo para o capitalismo na Europa ocidental e na instalação de colônias de povoamento por europeus na América do Norte e Oceania. Em contraste, instituições extrativistas em outras regiões (África, América Latina, Ásia) concentram poder e riqueza na mão de poucos e sujeitam as pessoas ao risco de expropriação por parte do governo e das elites, o que inibe os investimentos, levando a reduzido desenvolvimento econômico.

Para os referidos autores, a colonização europeia a partir do século XV levou a uma espécie de “reverso de fortuna”: regiões anteriormente pobres e esparsamente povoadas (América do Norte, Austrália e Nova Zelândia) não despertaram interesse europeu em explorar economicamente tais regiões e permitiram o estabelecimento de assentamentos europeus em larga escala e o consequente desenvolvimento de instituições inclusivas que encorajaram o investimento (uma vez que os próprios colonos europeus se beneficiariam de tais instituições e demandavam instituições tão ou mais inclusivas do que as já existentes na Europa). Por sua vez, regiões inicialmente mais ricas e populosas (Ásia, norte da África e América central) levaram ao estabelecimento ou manutenção de instituições extrativistas, com vistas a explorar as riquezas existentes em minas e grandes plantações (“plantations”)¹⁵ ou obter elevados tributos, e a grande densidade populacional permitiu a exploração de mão de obra forçada. Tais

¹⁵ Em linha semelhante, Engerman e Sokoloff (2002, apud BOSCHINI; PETTERSSON; ROINE, 2007) afirmam que condições naturais favoráveis ao cultivo de monocultura em grandes “plantations” (tal como cana-de-açúcar), em razão das economias de escala, levaram à concentração de renda e de poder político, o que prejudica o crescimento econômico.

instituições extrativistas são mantidas para as elites reterem seu poder econômico e político e terem suas rendas maximizadas.

Esse reverso da fortuna, contudo, não se verifica nas regiões não colonizadas: países europeus ricos no século XVI continuam a sê-lo atualmente. Nessa linha institucionalista, isso pode ser explicado pela qualidade das instituições europeias, durante a transição do feudalismo para o capitalismo (essa transição foi acelerada pela Peste Negra e foi caracterizada pela derrocada do regime absolutista e patrimonialista inglês), que tornaram as nações europeias ainda mais ricas (ACEMOGLU, JOHNSON E ROBINSON, 2002). O descobrimento das Américas, por sua vez, permitiu aos europeus a extração do excedente econômico produzido nas colônias ultramarinas, que levou à acumulação de recursos necessários para a industrialização no continente e seu consequente enriquecimento, a partir do século XVIII. A interação entre choques e instituições fez com que países inicialmente com melhores instituições (Inglaterra) aumentassem a distância econômica em relação a nações com piores instituições (Espanha)

Por outro lado, instituições extrativistas inibem a industrialização (e o consequente desenvolvimento), pois a industrialização demanda investimentos de ampla parcela da população. Contudo, os indivíduos dotados de habilidades empreendedoras e novas ideias que não são membros da elite deixam de realizar investimentos na industrialização em razão da precariedade dos seus direitos de propriedade. Além disso, as elites bloqueiam o desenvolvimento dessas novas atividades, pois temem a ascensão de novos grupos sociais, que prosperariam através da industrialização e, assim, ameaçariam seu poder político. Contrariamente, instituições inclusivas, que garantem os direitos de propriedade, incentivam investimentos na industrialização por amplas parcelas da população, o que explica a diferença no nível de desenvolvimento econômico atual entre os países (ACEMOGLU, JOHNSON E ROBINSON, 2002).

Anteriormente à colonização europeia, a África já era pobre e tecnologicamente defasada em relação a outros continentes (ACEMOGLU; ROBINSON, 2010). Além disso, seguindo na vertente institucionalista, Acemoglu e Robinson (2010) afirmam que o processo de formação dos Estados africanos estava atrasado em relação ao que se verificou na Europa, grande parte do continente africano era feudal (sistema caracterizado por instituições

econômicas extrativistas), e as instituições estatais na África eram absolutistas¹⁶ e patrimonialistas¹⁷. A fraqueza do Estado e a precariedade institucional foram agravadas pelo tráfico de escravos e posterior colonização ao longo dos séculos XIX e XX e mantidas até a atualidade, o que desencorajava e continua a desencorajar investimentos privados (dada a insegurança dos direitos de propriedade, que poderia ser apropriada pelo governante ou elite a seu bel prazer), a provisão de bens públicos (sistema legal e judiciário, educação), bem como a coerção visando impor a ordem e o cumprimento dos contratos. Tudo isso leva à pobreza.

O comércio atlântico de escravos estimulou guerras internas visando à captura de indivíduos com o propósito de vendê-los como mão de obra escrava, o que gerou uma situação de “Estado sem lei” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2010) e divisões, hostilidades e violência entre etnias e entre comunidades, implicando instabilidade política e fraqueza do Estado (NUNN, 2008), o que afetou o crescimento. Além da perda de substancial força de trabalho do continente africano (por meio de baixas em guerras de captura, mortes durante o caminho às Américas e transferência dos sobreviventes ao Novo Mundo), em especial da mão de obra mais produtiva (adultos jovens), a escravidão implicou ineficiência na alocação de recursos, retirando a mão de obra de atividades produtivas na África (ACEMOGLU; ROBINSON, 2010). Buscou-se, ainda, moldar as instituições africanas com vistas a estimular a captura e venda de escravos (ACEMOGLU; ROBINSON, 2010). Com o fim do tráfico de escravos, no século XIX, a África passou a se engajar no “comércio legítimo” com as potências europeias (tendo por objeto produtos primários), empregando mão de obra escrava na produção de tais commodities, situação que perdurou, em algumas regiões, até o século XX (ACEMOGLU; ROBINSON, 2010).

Os Estados coloniais intensificaram as estruturas absolutistas existentes previamente na África. O Estado guardião do portão (*gate-keeper state*), instituído na região, visava à extração de riquezas, e não ao fornecimento de bens públicos, situação que perdurou após a independência em razão da dependência de caminho (*path dependence*) das instituições e políticas estabelecidas pelo colonialismo. A divisão arbitrária dos territórios africanos pelos

¹⁶ Absolutismo é um regime em que o poder do governante não é contrabalançado pela lei e por outras instituições, de forma que suas instituições são estabelecidas com vistas à apropriação de riqueza da sociedade pelo governante e a concentração do poder político, por meio de direitos de propriedade frágeis, criando-se rendas em favor das elites (ACEMOGLU; ROBINSON, 2010).

¹⁷ Patrimonialismo é a característica de uma instituição que não separa o público do privado: governantes se apossam das riquezas da sociedade (ou seja, do público) como se elas lhes fossem de direito. Direitos são estabelecidos de forma personalista em favor de uma elite, em troca de apoio político ao governante. Funcionários ocupam cargos públicos para enriquecer, ilícita ou lícitamente, não para servir ao público. Práticas clientelistas são empregadas para perpetuação no poder (ACEMOGLU; ROBINSON, 2010).

européus criou Estados com multiplicidades étnicas, as quais levaram a conflitos e dificultaram sua administração. Os Estados africanos independentes permanecem patrimonialistas, sujeitos a corrupção e autoritarismo. O patrimonialismo desincentiva o fornecimento de bens públicos porque eles não podem ser usufruídos exclusivamente pelos “amigos do rei” e tampouco é possível privar os adversários de sua fruição. Já bens privados, como empregos, podem ser destinados aos aliados do governo, via contratação para emprego público. Por sua vez, a política econômica é desenhada para favorecer política e economicamente uma elite bem relacionada com o governo. Além disso, o Estado patrimonialista, ao elevar as diferenças (de riqueza e poder político) entre aliados e adversários do governo, incentiva conflitos civis com vistas à apropriação das benesses atribuídas pelo governo, o que também contribui para o subdesenvolvimento. Os Estados africanos independentes mantiveram as instituições e práticas extrativistas aplicadas pelas potências coloniais. Em suma, as instituições pós-independência africanas são caracterizadas pela concentração do poder e por poucas restrições ao exercício dele e são empregadas para perpetuação do poder e enriquecimento pessoal. Tais instituições enfraquecem os direitos de propriedade, o funcionamento do mercado e a provisão de bens públicos, o que deteriora o desempenho econômico (ACEMOGLU; ROBINSON, 2010)¹⁸.

A escravidão e a colonização europeia destruíram as instituições políticas africanas presentes antes delas, introduzindo, em seu lugar, um poder autoritário e corrupto, que se mantém até a atualidade (MLAMBO, 2021). Além disso, o colonialismo legou um estado de coisas que estimula conflitos civis, secessionistas e interestatais, derivados de fronteiras artificiais impostas pelas potências europeias que não respeitaram as diversidades étnica¹⁹ (MLAMBO, 2021) e da divisão étnica estimulada pelos colonizadores com vistas a “dividir para dominar” (OCHENI, S; NWANKWO, B, 2012). As instituições extrativistas se mantiveram após a independência, uma vez que as elites não tinham incentivo para mudá-las (a implantação de instituições inclusivas reduziria suas rendas derivadas dos recursos naturais)

¹⁸ A Botsuana é um exemplo recorrente de nação africana que teria minimizado a maldição dos recursos naturais, logrando grande crescimento econômico desde sua independência. Acemoglu e Robinson (2010) atribuem esse sucesso ao caráter não patrimonialista de seu Estado, o qual logrou fornecer bens públicos e assegurar os direitos de propriedade. O país teria se beneficiado de um longo processo de formação do Estado e de instituições, que se iniciara antes da colonização e forjou pesos e contrapesos na disputa política e a boa governança. Além disso, o Estado centralizado não era caracterizado por divisões étnicas e regionais, o que permitiu a criação de identidade e instituições nacionais. Por outro lado, o relativo abandono da Inglaterra permitiu a sobrevivência e desenvolvimento das instituições pretéritas de Botsuana. Por fim, os interesses das elites pecuárias estavam bem representados no governo do país pós independência, de forma que os direitos de propriedade eram garantidos e fomentaram o desenvolvimento da atividade pecuária e da economia.

¹⁹ As fronteiras artificiais criaram países etnicamente fragmentados ou separaram o mesmo povo entre diferentes países.

(BASEDAU, 2005). Essas mazelas institucionais contribuem para a manifestação da maldição dos recursos naturais na África, até a atualidade, que leva à estagnação econômica, conforme subseção 3.8.

3.7.2. Teoria da dependência

Outra vertente histórica para explicar o subdesenvolvimento atual dos países da África, parte da Ásia e América Latina, dotados de amplos recursos naturais, é a teoria da dependência, exposta de forma resumida na subseção 2.2.1. Na África, essa relação de dependência começa a partir do início do contato dos europeus com o continente africano e persiste até o presente momento, passados mais de meio século da independência formal dos países africanos. Segundo a teoria da dependência, o desenvolvimento dos países periféricos está condicionado às necessidades do capitalismo internacional e ao desenvolvimento e expansão do centro, e eles se restringem às funções de fornecer produtos primários (bens de menor preço e valor agregado) e mão de obra barata para o centro e de ser mercado consumidor dos bens manufaturados produzidos pelos países desenvolvidos (bens mais caros e de maior valor agregado), papel imposto pelos colonizadores do século XIX e XX e neocolonizadores do século XXI: a monocultura agrária exportadora era estimulada ou forçada, o que resultou na dependência de importação de alimentos, e a industrialização foi desencorajada ou até mesmo proibida (OCHENI e NWANKWO, 2012).

Diante da integração prematura da África no comércio internacional, as poucas indústrias incipientes lá existentes não eram capazes de competir com as manufaturas já desenvolvidas na Europa (OCHENI e NWANKWO, 2012), o que reforçou o padrão de importar produtos industrializados e vender matérias primas. Além disso, estas não eram destinadas à indústria local, mas sim, à produção na metrópole, de forma que não se criou um vínculo entre o setor agrícola e industrial na colônia. Por outro lado, os lucros obtidos com a exportação de *commodities* não eram reinvestidos na economia local, e sim, apropriados pelo país colonizador. A apropriação do excedente, pela metrópole, também se deu por meio da exigência de tributos, trabalho forçado ou até mesmo escravidão do povo nativo (ZILTENER e KÜNZLER, 2013).

Esse padrão de comércio se mantém na atualidade, e, tal como na época colonial, os países africanos comercializam muito mais com as potências neocoloniais (Europa, EUA e

China) do que com o resto da África (MLAMBO, 2021). A dominação persiste até o momento, na forma de ajuda externa dos países centrais (que sujeita os países africanos aos desígnios das potências e desestimula políticas visando ao desenvolvimento) e da presença de multinacionais (dos países desenvolvidos) no continente africano (MLAMBO, 2021). Persiste, contemporaneamente, uma aliança entre a pequena burguesia e as antigas metrópoles, que dividem os excedentes apropriados da exploração de mão de obra (OCHENI e NWANKWO, 2012). Por meio dessa relação de dependência, o centro se desenvolveu, e continua a se desenvolver, às custas do subdesenvolvimento da periferia. Pode-se acrescentar que a maldição dos recursos naturais reforça essa dinâmica de empobrecimento.

Assim, a história explica o subdesenvolvimento da África subsaariana, herdado do colonialismo e reforçado pelo neocolonialismo. Uma interpretação possível é que esse legado lançou as condições socioeconômicas e políticas para que a maldição dos recursos naturais se manifestasse. Dessa forma, a dependência de recursos naturais, por meio dos canais econômicos e políticos da maldição, expostos nas subseções 3.5 e 3.6, teria realimentado o fraco desempenho econômico do continente africano herdado da história.

3.7.3. Outros fatores históricos

Em contraste com as nações africanas, sociedades de colonos oriundos da Inglaterra (EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia) e sociedades nórdicas (Noruega, Suécia e Finlândia) lograram converter seus recursos naturais em desenvolvimento socioeconômico, a partir do século XIX, pois já apresentavam igualitarismo social, escassez relativa de trabalho e instituições democráticas-liberais, por meio das quais forjaram um Estado de desenvolvimento (*developmental state*), o que permitiu a transição da dependência em *commodities* para a modernização (LLOYD, 2011). O Estado de desenvolvimento é aquele em que a pressão da população e das elites se volta para o desenvolvimento econômico nacional (culminando no Estado de bem-estar social), e não para *rent-seeking*, corrupção e exploração de classe (LLOYD, 2011). Posteriormente, esse Estado de desenvolvimento se espalhou para outras nações avançadas (Europa ocidental, Japão, parte do leste asiático) (LLOYD, 2011).

Assim, o sucesso ou fracasso de nações dependentes de *commodities* é determinado por uma conjunção de dotações, investimentos, instituições e processos históricos contingentes

(LLOYD, 2011). Mais precisamente, o desempenho de países abundantes em recursos naturais depende da estrutura política e de governança (incluindo ideologias e culturas), os tipos de *commodities* e de instituições, os quais determinam a força das ligações de *commodities* com o resto da economia (em especial, o setor industrial²⁰), e o contexto global de regimes econômicos, políticos e geopolíticos e suas justificativas ideológicas (LLOYD, 2011). Nesse sentido, Lloyd afirma que:

Good government, strong de facto civic participation, democracy, equality, welfare, and economic development seem to form an embedded structure of mutually reinforcing elements that are difficult to create but can emerge out of contingent historical experiences and institutional good fortune (LLOYD, 2011, p. 24).

Por fim, os países bem-sucedidos utilizaram políticas industriais (CHANG, 2004), as quais permitiram o estabelecimento de indústrias a partir do setor de *commodities*, o que afastou a maldição dos recursos nos referidos países.

3.8. Instituições e maldição

Conforme linha interpretativa exposta na subseção 3.7.1, os processos históricos legaram instituições favoráveis ou desfavoráveis ao crescimento econômico.

Dessa forma, para grande parte da literatura, as instituições têm a capacidade de transformar os recursos em benção ou maldição, conforme a boa ou má qualidade daquelas, uma vez que as instituições influem nas políticas econômicas e nos incentivos para investir e desenvolver o setor industrial e de serviços (BRUNNSCHWEILER; BULTE, 2006). O Estado do Direito, a democracia, a estabilidade política, a participação da população na política, a qualidade da burocracia e da regulação, o controle corrupção, o baixo risco de expropriação de investimento e de descumprimento de contratos, ou seja, a qualidade institucional, levam a maiores investimentos e à democracia. Ela conduz a um melhor gerenciamento das rendas dos recursos naturais, diante de seu maior nível de transparência e prestação de contas, menor nível

²⁰ Por exemplo, o estímulo à produção de maquinário para agricultura na Austrália, Canadá e EUA, entre os séculos XIX e XX, lançou as bases para o desenvolvimento industrial, graças, em grande parte, à proteção da indústria (LLOYD, 2011).

de corrupção, maior proteção dos direitos civis e políticos, implicando políticas econômicas mais estáveis.

Contrariamente, a maldição se manifesta na presença de instituições inadequadas, as quais, havendo rendas abundantes de recursos naturais, fomentam disfunções políticas (corrupção, *rent seeking*, investimento ineficiente, autoritarismo, conflitos civis) (JONES, 2008), com reflexos negativos sobre a economia, conforme exposto nas subseções precedentes. Além disso, os agentes governamentais tendem a alterar as instituições, para obter maior controle sobre as rendas dos recursos naturais e distribuí-las para as elites políticas e econômicas (DEACON; RODE, 2012). Os recursos naturais, assim, podem deteriorar a qualidade das instituições, ao permitir que os governantes pacifiquem dissidência, evitem a prestação de contas e impeçam a modernização (PLOEG, 2010), por meio de maiores gastos governamentais, conjugados à reduzida tributação dos cidadãos, especialmente dos mais ricos, conforme visto nas subseções anteriores. A extensão dessas patologias é determinada pelo grau de discricionariedade sobre fundos públicos e o tamanho das rendas de recursos naturais (JONES, 2008).

Por sua vez, Boschini, Pettersson e Roine (2007) afirmam que a abundância em recursos naturais será benéfica ou maléfica ao crescimento, de acordo com a interação entre a qualidade da instituição e a apropriabilidade (física e econômica) da *commodity*. Um recurso é apropriável se ele for valioso e puder ser estocado e facilmente transportado, contrabandeado e vendido, o que atrai pessoas interessadas em ganhos de curto prazo. Quanto maior a apropriabilidade dos recursos, maior a probabilidade de que estes levem à *rent-seeking*, corrupção e conflitos, ou seja, a um pior desempenho econômico (BOSCHINI; PETTERSSON; ROINE, 2007).

Assim, as diferenças institucionais definem o efeito da produção a partir de recursos naturais sobre o desempenho econômico (BOSCHINI; PETTERSSON; ROINE, 2007). Se a instituição for amigável à captura (*grabber friendly*), os países ricos em recursos naturais têm desempenho econômico pior do que os desprovidos desses recursos. O oposto se dá se ela for amigável à produção. Aqueles pesquisadores concluíram ainda que os recursos apropriáveis são mais sensíveis à qualidade institucional: a má qualidade das instituições é mais prejudicial a países ricos em recursos apropriáveis do que aos dotados de outros tipos de recursos naturais, e a recompensa das instituições boas é maior em países dotados de recursos apropriáveis.

Dessa forma, Jones (2008) conclui que é a qualidade das instituições, na presença de abundância de recursos naturais, que determina o crescimento econômico; assim, outros fatores

que influem a boa governança devem ser pesquisados, dado que a dotação de recursos naturais não seria capaz de explicar sozinha o baixo desempenho econômico.

Contudo, outros estudos não apontaram qualquer relação entre a interação entre instituições e recursos naturais, por um lado, e crescimento econômico, por outro. Ou seja, as instituições não explicariam a maldição (AUTY, 1993, apud LIMA; MELHUM et AL, 2006, apud ZALLÉ, 2018; SACHS; WARNER, 1997, apud ZALLÉ, 2018). Com efeito, instituições diversas podem levar a resultados semelhantes, conforme apontado por Stevens e Dietsche (2008, apud PAMPLONA; CACCIAMALI, 2018).

Além disso, Chang (2004) afirma que as nações atualmente desenvolvidas começaram a se industrializar (e se desenvolver), nos séculos XVIII e XIX, quando as instituições ainda não eram plenamente inclusivas: inexistia sufrágio universal, os direitos de propriedade intelectual não estavam protegidos e a burocracia estatal não era profissional, o que desmentiria a hipótese de que as instituições foram cruciais para o desenvolvimento econômico. Contudo, pode-se argumentar que esse desenvolvimento teria sido ainda maior ou mais rápido, se as instituições já fossem favoráveis aos investimentos.

Por fim, critica-se a concepção institucionalista por ignorar as condições em que as instituições são formadas e modificadas, e por não definir, de forma objetiva, o que é uma instituição de qualidade (o que impede sua mensuração e avaliação), havendo alguns que identificam, de forma ideológica, qualidade institucional com um tipo específico de instituições, qual seja, ligado ao Estado mínimo (STEVENS; DIETSCHE, 2008, apud PAMPLONA; CACCIAMALI, 2018; CAPPELEN; MJØSET, 2009, apud PAMPLONA; CACCIAMALI, 2018).

3.9. Correlação, causalidade e contexto

Rosser (2006) adverte que a correlação entre abundância de recursos naturais e baixo crescimento, encontrada em estudos, não significa necessariamente que a primeira causa o segundo. Primeiro, a causalidade pode se dar na direção inversa (por exemplo, guerra civil causa dependência de recursos naturais ao dificultar a atração de investimento na manufatura). Ou seja, a dependência em recursos naturais pode ser sintoma do subdesenvolvimento e não causa dele (SCHRANK, 2004, apud ROSSER, 2006). Segundo, a correlação entre abundância

de recursos naturais e desenvolvimento pode se dar pela atuação de uma terceira variável, não observável (por exemplo, um Estado de direito fraco aumenta o risco de guerra civil e ao mesmo tempo dificulta a atração de investimento em indústria) (ROSS, 2004, apud ROSSER, 2006).

Nesse sentido, Basedau (2005) afirma que o sucesso ou fracasso de nações ricas em recursos e o funcionamento dos canais de transmissão descritos acima se dão ou não sob contextos diversos (outras variáveis), particulares a cada país. Ou seja, se um país cai no fracasso ou se ascende ao sucesso depende das condições específicas de cada país antes da exploração do recurso natural (nível de desenvolvimento, relações entre grupos de identidade, nível de violência, sistema político, padrões de comportamento dos atores e externalidades) e das condições da produção de recursos (tipo de recurso, localização do recurso, meios técnicos de exploração, grau de dependência, gerenciamento das receitas de recurso, companhias e governos envolvidos), as quais podem ser sintetizadas na seguinte tabela:

Tabela 1: Efeitos dos Recursos Naturais

Condição específica do recurso	Efeito direto em	Mais favorável	Menos favorável
Tipo	paz e segurança	obstruível, não saqueável	não obstruível, saqueável
	desenvolvimento socioeconômico	preços da commodity estável ou crescente constantemente	preços de commodity voláteis ou decrescentes
	democracia	externamente não sensível	externamente sensível
Localização geográfica	paz e segurança (secessionismo)	regiões sem conflito com o governo central	regiões tradicionalmente em conflito com o governo central
Modo técnico de exploração	paz e segurança (pilhagem de recursos)	alto nível tecnológico	baixo nível tecnológico
Grau de dependência	desenvolvimento socioeconômico	baixo; diferentes commodities	alto; uma única commodity
Grau de abundância (receita potencial per capita)	desenvolvimento socioeconômico	alto	baixo
Gerenciamento de receitas	desenvolvimento socioeconômico	transparente; alta capacidade; orientado para o desenvolvimento	não transparente, pouca capacidade, corrupto
Companhias e operadores envolvidos	qualidade das instituições/transparência	grandes multinacionais respeitáveis e responsivas; envolvimento de instituição financeira internacional	pequenas companhias de alto risco ou pequenos operadores e artesões

Fonte: Basedau (2005)

3.10. Evidências empíricas

Há uma vasta quantidade de estudos empíricos a respeito da maldição dos recursos naturais. Uma busca no *Google Scholar*, com base nas expressões “resource curse” e “empirical” retornou aproximadamente 149.000 resultados.

Embora grande parte dos pesquisadores tenha concluído pela ocorrência da maldição dos recursos naturais, apontando seus canais de transmissão (Anexo A), não há consenso na literatura acerca da existência dela, e há uma tendência a se salientar o papel das instituições e/ou do tipo de recurso natural sobre a ocorrência, ou não, da maldição.

Havraneka, Horvathb e Zeynalovb (2016) realizam meta-análise abrangendo 33 estudos. Verificaram que 40% dos estudos concluem que os recursos naturais têm efeito negativo sobre o crescimento, 40% não constata qualquer relação e os 20% restantes encontram uma relação positiva entre recursos e crescimento. Eles chegaram à conclusão de que a diversidade de resultados decorre da ação recíproca entre qualidade institucional e riqueza de recursos naturais (na presença de boas instituições, os recursos naturais exercem um leve efeito positivo sobre o crescimento), do nível de investimento (os recursos naturais excluem – “crowd out”- o investimento, gerando menor crescimento) e do tipo de recurso natural (recursos naturais técnica e economicamente apropriáveis, tais como diamante e metais preciosos, levam a *rent-seeking* e conflitos).

Dauvin e Guerreiro (2016), com base em 69 estudos e 1419 estimativas, realizam duas meta-regressões: a) efeitos diretos dos recursos naturais sobre o crescimento; b) impacto indireto dos recursos naturais sobre o crescimento, controlando-se a qualidade das instituições. Segundo a primeira, países em desenvolvimento sofrem de uma maldição de recursos branda, e os países desenvolvidos não padecem dela. A abundância de recursos está associada a maior crescimento econômico, e a dependência deles leva a menor crescimento. Consoante a segunda meta-regressão, por outro lado, a interação entre tipo de recurso e qualidade das instituições molda a existência e magnitude da maldição, e recursos de fonte pontual levam mais a crescimento econômico do que os recursos difusos, na presença de boas instituições, as quais mitigam a maldição.

Ahmadov (2013), amparado numa meta-análise de 29 estudos quantitativos, englobando 246 estimativas, conclui que há uma relação significativa, negativa e pequena entre dependência

ou abundância de petróleo e democracia, tendo em vista que aquela leva a menor investimento em educação e, conseqüentemente, a menos democracia. Esta relação negativa foi encontrada na África subsaariana (ao passo que na América Latina o efeito é positivo), mesmo controlando outros fatores, tais como regime político anterior, renda e islamismo. Mais importante, diferenças institucionais influem na relação petróleo-democracia e indicam se um país rico em recursos cairá ou não no autoritarismo.

Por seu turno, Vesco et al (2020), com base na meta-análise de 41 artigos, investigam a relação entre abundância e escassez de recursos naturais e conflitos. Eles estabelecem que a abundância de minerais e combustíveis fósseis (recursos não renováveis e altamente lucrativos) aumenta as chances de conflito (definido como um episódio de violência que leva a pelo menos uma morte por ano), e a escassez de recursos renováveis (florestas, recursos agrícolas, terras férteis, água e vegetação) também eleva o risco de conflitos. A busca pela apropriação do alto valor dos recursos naturais não renováveis e sua abundância configuram um incentivo aos conflitos, pelo motivo da ganância ou com vistas a uma distribuição mais justa dos recursos, e pelo fato de o custo de oportunidade de lutar ser reduzido, em razão da falta de oportunidades econômicas alternativas. Por sua vez, a escassez de recursos naturais renováveis e de alimentos aumenta as chances de conflitos, em razão da competição por recursos escassos, com vistas à sobrevivência. Além disso, a escassez de recursos reduz as receitas do Estado, o qual, assim, se torna incapaz de atender à insatisfação da população. Por outro lado, a mudança climática, que leva à escassez de recursos naturais (água, por exemplo), reforça a probabilidade de conflito. Contudo, controlando a capacidade do Estado, a democracia ou outro elemento institucional, a relação entre recursos naturais e conflitos é mais fraca.

Por outro lado, Blair, Christensen e Rudkin (2020), em meta-análise envolvendo 46 estudos, verificaram que o aumento de preço de *commodities* intensivas em trabalho (agricultura em pequena escala) reduzem o risco de conflagração, pois gera empregos, de forma que o custo de oportunidade de guerrear é elevado. Contrariamente, *commodities* intensivas em capital (petróleo e gás) aumentam as chances de conflito, pois as perspectivas de ganhos com o recurso natural mais caro mais do que compensam o custo de oportunidade (há poucas pessoas empregadas) de se engajar em conflitos. Além disso, foi observado que o aumento do preço de recursos naturais saqueáveis (minerais artesanais, como diamante e ouro) eleva a probabilidade de conflitos. Com efeito, *commodities* saqueáveis têm elevada taxa valor-peso, demandam poucos insumos especializados (trabalho qualificado e capital físico) e não podem ser

facilmente defendidas²¹ (SNYDER; BHAVNANI 2005, apud CHRISTENSEN; RUDKIN, 2020), o que representa uma relação custo-benefício favorável ao saqueador.

Em relação à África subsaariana, inúmeros trabalhos foram realizados (Anexo B), salientando, em especial, o papel das instituições e da governança (de forma divergente, Jones, 2008, afirma que as instituições não têm qualquer efeito sobre o crescimento, e Henry, 2019, assevera que a dependência de recursos naturais causa baixo crescimento econômico no longo prazo, independentemente da qualidade das instituições; no entanto, no curto prazo, boas instituições e reduzida corrupção evitam a maldição), da corrupção, *rent-seeking*, democracia e conflitos civis.

Em suma, Badeeba, Leana e Clark (2017) concluem que grande parte da literatura demonstra empiricamente a maldição dos recursos naturais, especialmente se se levar em conta a dependência²² (e não abundância²³) de tais recursos. Para os mesmos autores, resultados diversos obtidos em outros estudos derivam do tipo de recursos examinados, do contexto econômico, da escolha da medida das variáveis-chave (importância dos recursos naturais, crescimento econômico, período de tempo abrangido pelo estudo), da metodologia e dos dados utilizados. Para Ploeg (2011, apud DOUGLAS; WALKER, 2015), a dificuldade de se constatar a maldição dos recursos naturais decorre do fato de que as nações são extremamente diversas, e as variáveis que controlam esta diversidade são altamente correlacionadas, mal mensuradas, indisponíveis ou mesmo omitidas. Por sua vez, Basedau (2005) afirma que os estudos quantitativos padecem dos seguintes males: a) ausência de dados confiáveis; b) o fenômeno em investigação é difícil de ser quantificado (tais como qualidade de instituições ou gerenciamento do setor de recursos); c) como é necessário um grande número de casos para controle estatístico significativo, o número de variáveis testadas é baixo e não é possível realizar teste aprofundado de variáveis.

Por fim, Ross (1999) afirma que, ao contrário das teorias econômicas da maldição, que se amparam em cuidadosos estudos empíricos, as explicações políticas para a maldição dos

²¹ “Artisanally-mined diamonds are exemplary: small, precious stones can be easily transported; unskilled labor is the primary input; and alluvial diamond fields can cover large areas, making them costly to fortify” (RIGTERINK, 2020, apud CHRISTENSEN; RUDKIN, 2020, p. 4).

²² Dependência de recursos refere-se ao grau em que um país depende nas receitas do recurso (BRUNNSCHWEILER; BULTE, 2008, apud BADEEBA, LEANA; CLARK, 2017) e pode ser medida pela participação das exportações de *commodities* no PIB (BADEEBA, LEANA; CLARK, 2017).

²³ Abundância de recursos refere-se à dotação estimada das riquezas finitas do subsolo e depósitos de minerais, petróleo e gás (BRUNNSCHWEILER; BULTE, 2008, apud BADEEBA, LEANA; CLARK, 2017) e pode ser medida pelo capital de recurso natural per capita (BADEEBA, LEANA; CLARK, 2017).

recursos dificilmente são testadas quantitativamente. Ao não se sujeitar a testes, os argumentos dessas teorias geralmente são vagos e mal especificados, com variáveis obscuras, casos ambíguos e mecanismos causais difusos. No entanto, há crescente preocupação com o rigor metodológico de tais teorias. Maiores progressos ocorrerão se se levar em conta conjuntamente as contribuições dos economistas e dos cientistas sociais (ROSS, 1999).

3.11. Propostas para mitigar a maldição

Para Rosser (2006), os canais econômicos de transmissão não prevaleceriam caso adotadas as políticas corretas. Nesse sentido, embora o caráter de enclave e a doença holandesa sejam corroborados por estudos mais recentes, eles poderiam ser neutralizados pela ação do governo, de tal forma que os problemas em questão teriam natureza mais política do que econômica (ROSSER, 2006).

Assim, cada problema gerado pela abundância de recursos naturais poderia ser contornado pelo governo: a) para compensar o declínio nos termos de troca, o país deve investir na produtividade do setor de recursos naturais e diversificar suas exportações; b) o governo pode aproveitar os ganhos inesperados para promover ligações a jusante e a montante; c) para se proteger da instabilidade das receitas de exportação, pode-se utilizar fundos de estabilização e políticas fiscais responsáveis (contudo, é politicamente difícil justificar a não realização de gastos extras em época de *boom*, em especial para os mais pobres - SHAXSON, 2005); d) a doença holandesa pode ser atenuada por políticas fiscais rígidas, subsídios temporários em favor dos setores manufatureiros e aplicando-se as receitas inesperadas (*windfall*) em moeda estrangeira, para evitar a apreciação cambial (ROSS, 1999).

Em sentido semelhante, apontam-se as seguintes medidas para evitar a maldição dos recursos naturais: a) diversificar a economia para reduzir a dependência nos recursos naturais (AUTY, 1994, apud ROSSER, 2006; COLLIER 2000, apud ROSSER, 2006); b) adotar políticas macroeconômicas sólidas, evitar o endividamento externo e interno, acumular superávit fiscal, controlar inflação e perseguir taxa de câmbio competitiva (USUI, 1997, apud ROSSER, 2006; MIKESELL, 1997, apud ROSSER, 2006; SARRAF; JIWANJI 2001, apud ROSSER, 2006), o que evitaria a doença holandesa (USUI 1997, apud ROSSER, 2006); c) criar uma estratégia de investimento, por meio da qual este só é realizado quando a taxa esperada de

retorno superar investimentos alternativos livres de risco (SARRAF; JIWANJI, 2001, apud ROSSER, 2006); d) uso de fundos de estabilização, que amortecem o impacto da instabilidade do preço das *commodities* sobre a economia, como no caso bem sucedido da Noruega (SEYMOUR, 2000, apud ROSSER, 2006; SKANCKE, 2003, apud ROSSER, 2006).

Outros pesquisadores propõem que os países abundantes de recursos distribuam parte de suas receitas de recursos naturais diretamente aos cidadãos (EIFERT et AL. 2003; SALA-I-MARTIN; SUBRAMANIAN 2003, apud ROSSER, 2006), o que reduziria as oportunidades para corrupção, eis que as receitas estariam longe das mãos dos governantes (SALA-I-MARTIN; SUBRAMANIAN 2003, apud ROSSER, 2006) e diminuiria a pressão por gastos públicos explosivos (EIFERT et AL, 2003). Isso, contudo, é politicamente difícil de ser atingido, pois contraria os interesses das elites de um Estado rentista (SHAXSON, 2005). Por sua vez, mesmo se tal distribuição for realizada, o Estado teria acesso a receitas tributárias originadas dos recursos naturais (ROSS, 2001, apud ROSSER, 2006). Por outro lado, Ross (2001, apud ROSSER, 2006) propõe a privatização dos setores de recursos naturais, uma vez que evitaria a apreensão de renda (*rent-seizing*).

Alguns ainda propõem que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial criem mecanismos para mitigar os efeitos negativos da instabilidade de preços sobre os países abundantes de recursos, bem como que os países da OCDE reduzam subsídios desfrutados por seu setor agrícola, eis que eles têm efeito quedista sobre os preços das *commodities* (BANNON; COLLIER, 2003, apud ROSSER, 2006). Para Shaxson (2005, apud ROSSER, 2006), é necessária a reconfiguração dos contratos entre os governos dos países abundantes de recursos e companhias internacionais exploradoras desses recursos, para que a volatilidade dos preços de *commodities* não afete mais duramente o país produtor do que as empresas.

Por fim, Frankel (2012) propõe medidas que ajudariam um país a evitar a maldição dos recursos naturais, seja distribuindo os riscos nos contratos (indexação dos contratos entre empresas privadas exploradoras de recursos e Estado, com base no preço mundial da *commodity*; *hedge* das receitas de exportação), seja ao tornar a política macroeconômica menos pró-cíclica (busca de superávit orçamentário; metas de inflação; uma política cambial que amortça a pressão altista da moeda, via intervenção no mercado de câmbio), de forma que o governo poupe recursos no momento de *boom* e realize investimentos públicos (em capital físico e humano) na época de queda, complementando os investimentos privados, seja, por fim, para proteger as receitas dos recursos contra desperdício ou corrupção (aplicação das receitas

dos recursos naturais em fundos soberanos; distribuição das receitas dos recursos naturais diretamente aos cidadãos, para que elas não sejam embolsadas por funcionários corruptos).

4. DIVERSIFICAÇÃO E COMPLEXIDADE

4.1. Diversificação produtiva

Além de obstar os efeitos da maldição dos recursos naturais (vistos na seção precedente), a diversificação produtiva dilui os riscos do empreendimento (motivo de portfólio), quais sejam, de que novas tecnologias tornem obsoleta a *commodity* ou que novos concorrentes se integrem ao mercado. A diversificação também torna a economia menos vulnerável às variações dos preços mundiais de *commodities*, levando à estabilidade macroeconômica (GELB, s.d.) e de receitas e reduzindo a incerteza macroeconômica, o que incentiva investimentos (AUC/OECD, 2018).

A relação entre diversificação e crescimento econômico se dá pelas seguintes formas:

- a) a diversificação permite a diluição do risco dos empreendimentos dentro de um amplo portfólio: se houver diversificadas oportunidades de investimento de maior retorno, o agente tem incentivos para investir nelas, uma vez que o risco está distribuído dentro do portfólio; ao contrário, na ausência de diversificação, os agentes investem em projetos menos arriscados, porém de menor retorno, o que reduz a produtividade do capital (ACEMOGLU; ZILIBOTTI 1997, apud BERTHÉLEMY e SÖDERLING, 1999);
- b) a diversificação produtiva, ao implicar a descoberta de novos produtos ou a adição de valor para os bens já existentes, gera transbordamentos de conhecimento e aprendizado e, assim, maior produtividade (ESANOV, s.d.);
- c) a diversificação cria relações a montante e a jusante, gerando crescimento de outras indústrias (ESANOV, s.d.);
- d) a diversificação de exportações reduz a sujeição à volatilidade dos preços, divisas e receitas, levando à estabilidade macroeconômica necessária para o crescimento (ESANOV, s.d.);
- e) a diversificação das exportações aumenta a produtividade, em razão de um melhor uso dos recursos e melhor eficiência alocativa (UNCTAD, 2022);
- f) por meio da diversificação, aumenta-se as oportunidades de investimentos (HAMMOUDA et al, 2010).

Além disso, a diversificação contribui para o crescimento da produtividade total dos fatores e, assim, da economia. Contudo, na maioria dos países africanos, o crescimento é creditado mais à acumulação dos fatores de produção (capital e trabalho) do que à produtividade total dos fatores (cuja contribuição ao crescimento é negativa em alguns destes países)

(ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA, 2007). A reduzida produtividade total dos fatores é consequência do fato de as empresas africanas estarem defasadas em relação à fronteira de tecnologia global, pela baixa qualidade da gestão das empresas africanas e pela informalidade, que impede as empresas de investirem e inovarem, tendo em vista o acesso restrito a boas redes comerciais e à certificação de qualidade (AUC/OECD, 2018).

O aumento da renda per capita intensifica a diversificação econômica, que chega a um ápice, após o qual incrementos adicionais da renda podem levar à especialização. Na África, alguns autores creem que o ponto de viragem entre diversificação e especialização ocorre de forma prematura (renda per capita de US\$ 1.667, contra US\$ 7.000 na Irlanda, por exemplo), de tal forma que a diversificação não se desenvolveu de forma completa (ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA, 2007). Esse ponto de viragem ocorreu antes nos países abertos ao livre comércio do que nas economias fechadas (ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA, 2007). Assim, as economias dos países africanos são pouco diversificadas e, a despeito de os esforços de diversificação na década de 1970 terem gerado resultados positivos, o processo de diversificação foi revertido pela crise econômica no continente, durante a década de 1980, e pelos consequentes programas de ajuste estrutural, que geraram condições que inibiram esta diversificação (políticas fiscal e monetária restritivas). Assim, menores gastos governamentais e menos crédito ao setor privado inibiram a diversificação, reduzindo a produtividade total dos fatores (ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA, 2007).

A diversificação nos países dependentes de *commodities* pode se dar dentro do setor de recursos naturais (passando a produzir de petróleo para gás natural, por exemplo), por meio de ligações a montante e a jusante com o resto da economia ou se engajando inicialmente na manufatura intensiva em trabalho (GELB, s.d.). Nesse sentido, os países em desenvolvimento, dados seus baixos custos de trabalho, apresentam vantagens comparativas no setor de têxteis e vestuário (UNCTAD, 2018) e em outros setores intensivos em trabalho, como calçados, brinquedos etc.

Os mercados internos africanos representam um grande potencial de diversificação das empresas locais, tendo em vista o rápido crescimento da população urbana e da classe média²⁴, que demanda serviços e produtos mais elaborados (AUC/OECD, 2018). O consumo privado aumentou, e metade dos investimentos diretos estrangeiros na África destina-se a atender os

²⁴ A classe média na África aumentou de 108 milhões de pessoas em 1990 para 247 milhões em 2013 (AUC/OECD, 2018).

mercados internos e regionais (AUC/OECD, 2018). A concentração de empresas e *clusters* empresariais nas cidades gera efeitos de aglomeração, que aumentam a produtividade e reduzem custos, por meio de insumos e recursos compartilhados, e inovação, através da aprendizagem (AUC/OECD, 2018). Contudo, a forte urbanização gerou, na maior parte, empregos no setor informal e de serviços de baixo valor agregado (AUC/OECD, 2018). Além disso, a África apresenta a mais elevada taxa de pobreza urbana no mundo e pouco mais de 60% dos habitantes urbanos residem em assentamentos informais, com mobilidade reduzida em razão dos elevados custos de transporte (AUC/OECD, 2018).

Por sua vez, o nível de complexidade dos produtos importados pela África diminuiu, o que reflete a disseminação da tecnologia de produção entre os países (AUC/OECD, 2018). Essa difusão tecnológica e a redução dos custos fixos favorecem a diversificação produtiva no continente (AUC/OECD, 2018). Por outro lado, a importação de boa qualidade (insumos) favorece a diversificação, sofisticação e competitividade das exportações africanas, ao aumentar a produtividade, a qualidade e a variedade dos bens finais, e ao reduzir os custos fixos de exportações (pelo acesso a insumos importados a menores preços) (AUC/OECD, 2018).

O aumento do PIB e da participação dos países emergentes na economia global gera a diversificação em relação aos parceiros dos países africanos no comércio, financiamento e produção (AUC/OECD, 2018). Com seus novos parceiros emergentes, a África pode diversificar sua cesta de exportação, para bens e serviços de maior valor agregado. O deslocamento de riqueza permite ainda uma reconfiguração nas cadeias de valor global, tendo em vista o forte aumento salarial na China, que permitiria à África atrair investimentos em indústrias transformadoras intensivas em trabalho²⁵ (contudo, os elevados custos relativos de mão de obra no continente africano frente à baixa produtividade são obstáculos à atração de indústrias que demandam poucas competências). Por outro lado, financiamentos, investimentos diretos estrangeiros e assistência técnica para inovação são realizados pelos parceiros emergentes no continente africano. (AUC/OECD, 2018).

A UNCTAD (2018) propõe as seguintes medidas para fomentar a desejada diversificação produtiva:

²⁵ Contudo, o sudeste asiático tem maior atratividade de investimento direto estrangeiro chinês do que os países africanos, uma vez que as redes globais já estão estabelecidas, por conta da proximidade física e cultural com a China e da melhor infraestrutura e capital humano (AUC/OECD, 2018).

- a) políticas comerciais, financeiras, industriais e de pesquisa dinâmicas, consistentes e complementares, com vistas a estimular exportações e aumentar a competitividade e as capacidades das firmas domésticas, e a fomentar a diversificação por meio de ligações a montante e a jusante, integrando os mercados domésticos e estrangeiros;
- b) estimular investimentos (públicos e privados) em capital físico e humano (educação e saúde, os quais elevam a produtividade do trabalho).
- c) ambiente macroeconômico estável (políticas fiscais prudentes, taxas de juros módicas, câmbio competitivo);
- d) desenvolver um Estado capaz, responsável e desenvolvimentista, dotado de aptidão para fornecer serviços públicos e infraestrutura adequados;
- e) fortalecer as instituições que promovam o Estado de direito, a ordem pública, o direito de propriedade, um Poder Judiciário que lide de forma eficiente com as disputas comerciais e uma administração tributária que dê previsibilidade aos investimentos.
- f) simplificar e melhorar regulações e procedimentos burocráticos;
- g) coordenar os setores público e privados;
- h) acesso ao financiamento, em especial, financiamentos subsidiados e de baixo custo a pequenas e médias empresas, que apresentam maior risco de inadimplimento e, portanto, têm menor acesso ao crédito. O desenvolvimento do sistema financeiro, ao mobilizar de forma mais eficiente as poupanças e o capital de longo prazo (via mercado de capitais e instituições de financiamento ao desenvolvimento), permite mais investimentos nos setores produtivos, os quais promovem a diversificação, o aumento da produtividade e a geração de postos de trabalho. Esse investimento oriundo de fontes privadas é crucial²⁶, uma vez que a potencial queda dos preços de *commodities* e um crescimento econômico mais lento reduzem as receitas

²⁶ Especialmente nos países sem litoral ou pobres em recursos naturais, o investimento produtivo também pode ser alimentado pelos influxos financeiros (remessas, investimento direto estrangeiro, influxos de carteira e ajuda pública ao desenvolvimento), que são significativamente superiores na África (correspondendo a 8,8% do PIB entre 2009 e 2016) do que na Ásia (3,8%) e na América Latina e Caribe (5,2%). Os fluxos de remessas vêm se direcionando majoritariamente ao consumo interno (e não ao investimento privado), tendo em vista os mecanismos de poupança pouco desenvolvidos. A ajuda pública ao desenvolvimento tem sido destinada à redução da pobreza (e não ao investimento em capital) e vem apresentando reduzida coordenação entre os países doadores. A despeito disso, ela pode ser utilizada como garantia para financiamento de investimento de longo prazo, em especial em infraestrutura, com prazos de vencimento mais dilatados e menores taxas de juros. Por sua vez, o investimento direto estrangeiro na África se concentra no setor extrativo (36% do total de investimento direto estrangeiro entre 2003 e 2014), que, como visto, tem o caráter de enclave (gera poucas ligações com a economia local e poucos empregos) (AUC/OECD, 2018).

governamentais e aumentam o endividamento público e, conseqüentemente, podem diminuir os investimentos públicos, em especial nos países ricos em recursos naturais (AUC/OECD, 2018). Essa queda das receitas públicas é agravada por fluxos financeiros ilícitos (*“subornos, evasão fiscal, ganhos empresariais criminosos, deslocação de lucros das empresas e evasão à regulamentação aplicável à moeda”* - AUC/OECD, 2018, p. 65), que reduzem os recursos destinados ao investimento produtivo e ao financiamento de bens públicos.

- i) melhorar a infraestrutura nacional e regional (que facilite o comércio e reduza custos), em especial em energia, transporte e comunicações;
- j) reduzir o custo de fazer negócios, isto é, afastar corrupção, má qualidade da infraestrutura e os elevados encargos regulatórios;
- k) integração comercial regional²⁷ (necessária em razão da limitação dos recursos financeiros e reduzido tamanho dos mercados domésticos), possibilitada pela redução de barreiras tarifárias e não tarifárias, provisão conjunta de infraestrutura e pela harmonização de políticas e normas técnicas²⁸ nos níveis nacionais e continentais. Por meio da integração comercial intra-africana²⁹, o mercado consumidor por produtos transformados se amplia, elevando a lucratividade e ensejando a exploração de economias de escala. O comércio intrarregional permite, ainda, o aproveitamento das complementariedades e sinergias entre os países, a especialização em tarefas, ao longo de cadeias de valor³⁰, o fomento de segurança alimentar e energética e a redução da pobreza. Além disso, a integração regional promove a diversificação, porque o comércio intra-africano incide sobre produtos industriais (diferentemente do comércio com países de outros continentes, que

²⁷ A maior parte do comércio africano é realizado com os países desenvolvidos e apenas cerca de 14% do comércio do continente é realizado com outros países do continente. Isso se deve à infraestrutura precária, barreiras não tarifárias, fraqueza no setor de serviços, altos custos de comércio e reduzida especialização vertical nas cadeias de valor regionais (UNCTAD, 2018). Porém, o comércio sul-sul (África com outros países em desenvolvimento) vem aumentando e chega a cerca de metade do comércio do continente (UNCTAD, 2022).

²⁸ Os custos de cumprimento das normas de cada específico país encarece os produtos ou torna inviável o fornecimento deles, tendo em vista o reduzido tamanho dos mercados nacionais (BAD et al, 2013).

²⁹ 44 países africanos aderiram à zona de livre comércio continental (CFTA), que tem por objetivos: a) fomentar a livre circulação de empresários e investimentos; b) incentivar o comércio intra-africano, por meio de harmonização e coordenação do comércio; c) solucionar estatuto múltiplo e sobreposto de membro; d) explorar a produção em escala e o acesso ao mercado continental (AUC/OECD, 2018).

³⁰ Contudo, um acordo de integração comercial regional não leva necessariamente à majoração do comércio ou à formação de cadeias regionais, caso a complementaridade comercial entre os países seja limitada, e as infraestruturas necessárias ao comércio sejam pouco desenvolvidas (AUC/OECD, 2018).

abrange produtos primários). Ademais vínculos regionais fortes elevam o poder de barganha dos países africanos para acesso aos mercados das outras regiões, permitindo a exportação de bens de maior valor agregado e, assim, a transformação estrutural (BAD et al, 2013).

- l) integrar as economias africanas nas cadeias de valor globais.

4.2. Complexidade econômica

O acúmulo de conhecimentos (capacidades) dentro de um país permite, além da desejada diversificação (como fonte de crescimento econômico e diluição de riscos), a produção de bens e serviços mais sofisticados (que demandam mais conhecimentos e tecnologia), a qual também gera maior renda, uma vez que os produtos e serviços mais sofisticados são dotados de maior valor agregado, e sua produção apresenta maior produtividade. Assim, a complexidade econômica (definida em termos de diversificação produtiva e sofisticação do produto, medida pela ubiquidade³¹) gera crescimento do PIB (HAUSMANN et al, 2013).

Numa sociedade moderna, há grande acúmulo e diversidade de conhecimentos produtivos, distribuídos entre seus membros, os quais, assim, se especializam. A divisão do trabalho permite acessar uma quantidade de conhecimentos produtivos que nenhuma pessoa conseguiria fazê-lo individualmente. Ou seja, o mercado permite que o conhecimento detido por algumas poucas pessoas chegue ao resto da sociedade. Os pedaços de conhecimento detidos pelos indivíduos ou organizações são denominados capacidades. A combinação de conhecimentos e a interação entre indivíduos dotados de diferentes capacidades permite a produção de um bem mais sofisticado: quanto mais conhecimento for necessário para a

³¹ Ao ver o que um país produz (diversificação e sofisticação da produção), é possível deduzir o conhecimento detido pelo país. A diversidade corresponde a quantos produtos diferentes um país produz e, assim, reflete as capacidades disponíveis num país. A ubiquidade se reflete no número de países que fazem determinado produto, apontando as capacidades requeridas para a produção do bem. Países dotados de mais capacidades podem diversificar sua produção e produzir bens não ubíquos (que poucos têm a capacidade necessária para o fazer). Contudo, um bem pode ser naturalmente não ubíquo (por exemplo, diamantes), ainda que requeira poucas capacidades. Porém, se os demais países que produzem o mesmo bem naturalmente não ubíquo não apresentarem produção diversificada, é sintoma de que o referido bem não ubíquo não requer muitas capacidades. Por outro lado, um país dotado de capacidades pode optar por vender alguns poucos produtos sofisticados (baixa diversificação). Se, contudo, esses produtos forem não ubíquos, e os demais países que os produzir tiverem produção diversificada, pode-se afirmar que aquele país, de fato, ostenta capacidades (HAUSMANN et al, 2013).

produção de um bem e quanto maior for a habilidade de combinar tais conhecimentos, mais sofisticados e diversificados são os bens produzidos (HAUSMANN et al, 2013).

Contudo, a aquisição e a transmissão dos conhecimentos produtivos não são fáceis, pois a maior parte deles é tácito (não podem ser aprendidos por meio de um livro ou pela *internet*, por exemplo), está incorporado nas mentes humanas e são gerados pela experiência (HAUSMANN et al, 2013).

É mais fácil, portanto, que um país, ao diversificar sua produção, passe a fabricar bens que usem conhecimentos parecidos aos empregados em produtos que ele já produz, visto que, nessa situação, não há necessidade de agregar muito conhecimento novo, permitindo a coordenação da aquisição das capacidades faltantes com o desenvolvimento da indústria que as requerer (HAUSMANN et al, 2013).

Assim, um país diversifica mudando da produção de bens que já produz para a produção de bens que requeiram capacidades parecidas às já empregadas na produção daqueles (HAUSMANN et al, 2013). O espaço-produto mostra a conexão entre produtos, ou seja, a proximidade (similaridade) de capacidades requeridas entre eles. Quanto mais próximos estiverem os bens no espaço-produto, mais fácil é migrar a produção de um bem para outro. Um espaço-produto intensamente conectado indica o domínio de muitas capacidades e que os produtos vizinhos diferem pouco nas capacidades requeridas, de tal forma que é fácil produzir novos produtos obtendo algumas poucas capacidades faltantes. Já um espaço-produto esparsamente conectado implica que um país e suas empresas detêm poucas capacidades e o produto vizinho usa capacidades diferentes e mais distantes das dominadas atualmente pelas firmas e, assim, a produção de novos produtos requer a aquisição de muitas capacidades faltantes, o que dificulta o aumento da complexidade (HAUSMANN et al, 2013). A habilidade de um país em diversificar e produzir bens cada vez mais sofisticados depende, assim, da sua localização inicial no espaço produto (HAUSMANN et al, 2013)³². Produtos pouco conectados (*commodities*) tendem a ter baixa complexidade, ao passo que produtos como maquinário, que apresentam mais conexões no espaço produto, são complexos (HAUSMANN et al, 2013).

³² Os autores empregam a seguinte analogia: o espaço-produto é uma floresta, um produto é uma árvore e firmas são macacos que dormem nas árvores. Quanto mais perto estiver uma árvore das outras, as capacidades requeridas para produzir os bens são similares. É mais fácil um macaco pular para uma árvore próxima à sua (capacidades semelhantes) do que a uma distante (produtos que exigem capacidades distintas) e, quanto mais densa for a floresta, maiores são as oportunidades de pular de uma árvore para outra (maior a capacidade detida), criando, assim, novos produtos.

Assim, países com poucas capacidades têm poucas oportunidades de diversificação porque a maior parte dos produtos está “mais longe” (em termos de conhecimentos requeridos para produzi-los) dos bens já fabricados por eles. Países com elevadas capacidades já estão altamente diversificados, de forma que não há mais tantas oportunidades de ampliar o leque de produtos. Por fim, países com complexidade intermediária têm maiores oportunidades de diversificar, uma vez que já são capazes de fabricar uma quantidade considerável de produtos, mas nem todo potencial foi explorado (HAUSMANN et al, 2013). Ou seja, no início do desenvolvimento, a produção e as exportações são concentradas e se tornam cada vez mais diversificadas, conforme os países enriquecem; após os países enriquecerem, a produção e as exportações voltam a ser especializadas (BAD et al, 2013), desta vez em bens e serviços de maior valor agregado.

As capacidades requeridas para produzir bens manufaturados são relativamente parecidas com as necessárias para produzir outras mercadorias industriais, de forma que o país que já conta com um setor industrial estabelecido tem maiores condições de diversificar (em direção a outros bens industriais) do que um país com pequeno setor manufatureiro (casos da África subsaariana). Isso explica o porquê a África, cujas exportações são concentradas em algumas poucas *commodities* de baixa sofisticação e cujas capacidades atuais estão distantes das necessárias para fabricar produtos industriais, ter dificuldade para migrar para a produção de bens manufaturados complexos (BHORAT et al, 2017).

Assim, propõe-se que os países promovam ambiente em que a diversificação e sofisticação dos produtos possam prosperar, considerando-se o dilema entre focar em produtos próximos de suas capacidades atuais ou focar nos produtos mais distantes, mas com maiores oportunidades de diversificação e sofisticação (HAUSMANN et al, 2013).

A complexidade econômica pode ser construída a partir de um sistema nacional de inovação, formado pelo Estado (responsável por fomentar políticas de ciência e tecnologia), pelas universidades e institutos de pesquisa (os quais criam e disseminam conhecimento) e pelas empresas (que investem na transformação do conhecimento em produto). Além disso, deve haver investimento na educação (GALA, 2017).

É necessária também uma política industrial que tenha as seguintes características: a) forneça incentivos públicos a novas atividades (com vistas à diversificação e sofisticação), gerando novos produtos e tecnologias; b) especifique metas que permitam avaliar o sucesso e fracasso dos empreendimentos, abandonando prontamente as atividades que fracassarem; c) a

proteção não pode ser excessiva, e os projetos devem ser temporários (até a indústria nascente se tornar competitiva o suficiente para concorrer no mercado local e mundial), sob pena de se privilegiar eternamente empreendimentos ineficientes; d) os incentivos devem focar em atividades (por exemplo, em capacitação bilíngue), e não em setores, para beneficiar um maior número de agentes e setores; e) as atividades subsidiadas devem gerar transbordamentos tecnológicos e aprendizado para o resto da economia; f) a execução de políticas industriais deve ser conduzida por uma burocracia eficiente; g) as agências responsáveis pela implementação da política industrial devem ser supervisionadas, a fim de se evitar *rent-seeking* e corrupção; h) por outro lado, essas agências devem manter diálogo com o setor privado, com vistas a ter informações sobre a realidade dos negócios; i) os custos do erro (fracasso do empreendimento) devem ser minimizados, mas não eliminados (o erro é inerente à busca da descoberta do potencial produtivo de um país: somente quem não se arrisca não erra); j) as atividades de promoção industrial devem mudar ao longo do tempo, tendo em vista a mudança das circunstâncias (GALA, 2017).

Ambiente macroeconômico favorável (equilíbrio fiscal, inflação baixa e estável, câmbio competitivo e juros baixos) também contribui para a construção de complexidade. Por fim, as instituições financeiras devem ser capazes de direcionar recursos para desenvolver os setores de maior valor agregado (GALA, 2017).

5. CONDIÇÕES PARA TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA NA ÁFRICA SUBSAARIANA

5.1. Produto e emprego na África subsaariana

Entre 2000 e 2016, a África apresentou crescimento do PIB de 4,6% ao ano, em razão da elevação dos preços de *commodities*, da melhora do gerenciamento macroeconômico, do alívio de dívidas e das estratégias de diversificação produtiva. Contudo, no longo prazo, o crescimento tem sido volátil (em razão da flutuação dos preços de *commodities*, que compromete a capacidade de um país de realizar investimento público e despesas sociais), não gerando empregos suficientes (em relação ao elevado crescimento populacional em idade ativa) e de qualidade (a taxa de informalidade e de emprego vulnerável é elevada, assim como a proporção de trabalhadores na pobreza) e tampouco melhorando substancialmente o bem-estar (educação, saúde, habitação etc), inclusive nos países ricos em recursos naturais. O crescimento também não reduziu a pobreza³³ (que caiu em termos relativos³⁴, mas aumentou em termos absolutos³⁵, em especial nos países ricos em recursos naturais³⁶, em contraste com os países escassos em recursos naturais, cujo índice de pobreza caiu de 57% para 37% - AUC/OECD, 2018). Essa persistência da pobreza na África subsaariana decorre da desigualdade de renda e de patrimônio e das baixas despesas sociais, originadas de reduzida capacidade de tributação e da instabilidade do crescimento econômico (AUC/OECD, 2018).

A África apresenta a maior taxa de crescimento populacional do mundo, de forma que sua população econômica ativa (definida como as pessoas com idades entre os 15 e os 64 anos) está a aumentar fortemente (em 2100, 40% da população ativa mundial viverá no continente), o que implica uma elevação da oferta de mão de obra, impulsionando o crescimento econômico (AUC/OECD, 2018). Além disso, uma vez que a razão entre população economicamente ativa e população dependente (definida como a população com idade inferior a 15 e superior a 65) está aumentando, as famílias e os governos têm mais recursos por criança para aplicar em capital humano (saúde e educação), o que aumenta a produtividade no longo prazo. Ademais, havendo mais pessoas em idade ativa, a poupança e os investimentos em capital físico

³³ População que vive com USD 1.90 por dia ou menos, segundo o Banco Mundial.

³⁴ De 49% na década de 1990 para 36% no período 2009-16 (AUC/OECD, 2018).

³⁵ De 280 milhões em 1990 para 395 milhões em 2013 (AUC/OECD, 2018).

³⁶ Os países ricos em recursos naturais representam 65% do aumento do número absoluto de indivíduos na pobreza, ou seja, 68 milhões de pessoas (AUC/OECD, 2018).

aumentam, elevando a produtividade da economia. Contudo, o crescimento induzido pelo aumento da oferta de mão de obra somente se concretizará se forem criados empregos suficientes para a grande massa de jovens, o que reduzirá o risco de convulsão social. Por outro lado, a massa de mão de obra africana apresenta reduzida qualificação técnica e de gestão, em razão da precariedade do sistema de ensino, o que impede sua completa inserção no mercado de trabalho (AUC/OECD, 2018).

Na África subsaariana, a participação do emprego do setor agrícola no emprego total caiu, na indústria se manteve estagnada e nos serviços cresceu (tabela 2). Os serviços com maior taxa de emprego foram governo, transporte, negócios e comércio (BHORAT et al, 2017). Porém, o crescimento na África foi baseado no crescimento de atividades intensivas em capital, de tal forma que não foram criados empregos suficientes, e o emprego ficou concentrado no setor agrícola improdutivo e no setor de comércio varejista urbano e informal, intensivo em trabalho, e de baixa produtividade (BHORAT et al, 2017).

Tabela 2: Participação no Emprego por Setor na África Subsaariana (em % do total do emprego):

Setor	1991	2001	2011	2019
Agricultura	63	62	57	53
Indústria	11	10	10	11
Serviço	26	28	33	36

Fonte: Banco Mundial (<https://data.worldbank.org/indicator/>)

Por sua vez, a participação da agricultura e da indústria no PIB decresceu marcadamente e a do setor de serviços cresceu mais de 24%, em trinta anos, passando de 46,2% do PIB, em 1981, para 57,3%, em 2011 (tabela 3).

Tabela 3: Valor Adicionado por Setor (% do PIB) na África Subsaariana

Setor	1981	1991	2001	2011
Agricultura	19,4	19,1	16,6	12,3
Indústria	35,3	30,7	29,3	30,4
Serviço	46,2	50,2	54,1	57,3

Fonte: Banco Mundial (<https://data.worldbank.org/indicator/>)

5.2.Constrangimentos externos e internos às políticas de desenvolvimento

Conforme afirmado anteriormente, nenhuma nação enriquece baseando-se passivamente na produção e exportação de recursos naturais nos quais ela tenha vantagens comparativas: a diversificação produtiva (mormente rumo à industrialização e à produção de bens de maior valor agregado e conteúdo tecnológico) e o consequente crescimento econômico requerem políticas industriais e comerciais ativas, em especial, para proteção da indústria infante, dada a baixa competitividade da indústria africana em relação ao leste asiático e outras nações desenvolvidas (CHANG, 2013). Contudo, o desenvolvimento de novas indústrias requer um longo tempo, e enquanto elas não se desenvolverem, deve-se contar com o produto, empregos, receitas e divisas proporcionados pelos recursos naturais (CHANG, 2013).

Segundo Chang (2005), o espaço de manobra para adoção de políticas comerciais e industriais pró-desenvolvimento (industrialização), em especial pelos países em desenvolvimento, está restringido por: a) programas de ajuste estrutural, impostos aos países pobres (notadamente a África e América Latina) na década de 1980 em diante, que exigem condicionantes à redução da dívida externa, na forma de medidas neoliberais prescritas pelo Banco Mundial e FMI (equilíbrio fiscal, política monetária contracionista, privatizações e livre comércio); b) semelhantes condicionantes estão associadas às ajudas externas prestadas por países desenvolvidos; c) acordos multilaterais (que culminaram na criação da Organização Mundial do Comércio), regionais e bilaterais (celebrados, em especial, com os países ricos) restringem legalmente a possibilidade de emprego de medidas destinadas a proteger e estimular a produção industrial nos países pobres (tarifas e cotas de importação, barreiras não tarifárias, subsídios às exportações etc)³⁷; d) temor nos países em desenvolvimento (propagado pelos adeptos do neoliberalismo, pela imprensa ou agências de risco) de que a adoção de práticas que restrinjam o livre-comércio e o livre-mercado afugentaria o capital e investimentos estrangeiros; e) no campo doméstico, alguns atores, tais como os rentistas e os exportadores de

³⁷ No entanto, as regras da OMC isentam os países menos desenvolvidos (situados em especial na África subsaariana) do teto tarifário e permitem, aos mesmos países, o emprego de subsídios às exportações. Por outro lado, a despeito do acordo do TRIPS (trade-related intellectual property rights), que encarece o acesso a novas tecnologias, os países africanos utilizam tecnologia tão obsoleta que já não se encontra protegida pelos direitos de propriedade intelectual, de forma que mencionado tratado, em geral, não afeta os países africanos. Já o acordo do TRIMS (trade-related investment measures) ainda permite algumas exigências aos investimentos externos, tais como emprego da mão de obra local, transferência de tecnologia e realização de pesquisa e desenvolvimento no país pobre receptor dos investimentos (CHANG, 2013). Contudo, essa constatação não invalida a conclusão de que o espaço de manobra dos países africanos na condução de política industrial vem sendo afetado por regras internacionais, uma vez que há acordos regionais e bilaterais (celebrados com países desenvolvidos) ainda mais restritivos do que as regras da OMC (CHANG, 2013).

commodities, se beneficiam das medidas a favor do livre-comércio e livre fluxo de capitais e outras medidas liberalizantes, de forma que, aliados aos ideólogos nacionais do neoliberalismo, pressionam pela redução do espaço de manobra da política comercial e industrial.

Dessa forma, a possibilidade de adotar políticas industriais depende da remoção de constrangimentos internacionais (itens “a”, “b” e “c” do parágrafo anterior) e de coragem e força política do Estado para contrariar interesses dos rentistas (nacionais e estrangeiros) e, em algum grau, dos exportadores de commodities, bem como dos ideólogos do neoliberalismo – imprensa, agências de risco e acadêmicos (itens “d” e “e”).

Além disso, os países em desenvolvimento sofrem com a concorrência dos países do leste asiático nos mercados locais e mundial de bens manufaturados, o que prejudica o crescimento industrial naquelas localidades (HAQUE, 2007). Outro constrangimento à adoção de políticas industriais pelos países em desenvolvimento decorre do fato de que, atualmente, o comércio e a produção mundial de bens e serviços estão integrados em redes regionais e globais de valor, controladas por poucas empresas multinacionais (geralmente oriundas de um país desenvolvido), a qual decide como e onde produzir, comercializar e distribuir ao redor do mundo, retirando, assim, o poder de os Estados nacionais realizarem tais decisões e aumentando a influência das empresas multinacionais sobre as políticas industriais e comerciais estatais (HAQUE, 2007). Por outro lado, não basta possuir custos baixos para uma empresa de um país em desenvolvimento ingressar numa cadeia de valor: ser escolhida, ou não, pelas empresas líderes, é questão de sorte. Dessa forma, várias indústrias, a despeito de seus baixos custos, não logram integrar-se ao comércio global, via cadeias de valor, cuja participação no produto e comércio mundial é cada vez maior (LOWITT, 2011). Por outro lado, as indústrias infantis que buscam integrar-se às cadeias de valor sofrem pela pressão por baixos custos e preços, que não são capazes de suportar (LOWITT, 2011).

Weis (2005, apud LOWITT, 2011) aponta que os países do leste asiático evoluíram conforme o padrão de “gansos voadores”: inicialmente, tais países se engajam na produção de bens manufaturados intensivos em trabalho e de baixa densidade tecnológica. Com o tempo, alguns deles (notadamente Japão e Coreia do Sul) logram migrar para indústrias mais tecnológicas, abrindo espaço para uma segunda leva de países produzirem bens poucos sofisticados. Finalmente, estes últimos países também ascendem na escala tecnológica, deixando de produzir bens simples, os quais passam a ser fabricados por um terceiro grupo de países. Contudo, para que esse padrão dos “gansos voadores” seja verificado em outras regiões,

é necessário que os países desenvolvidos abram seus mercados para os produtos manufaturados produzidos nesses países em desenvolvimento, bem como que tolerem políticas promotoras da indústria e proteção tarifária, por parte destes (LOWITT, 2011).

5.3. Recursos naturais, ligações e transformação produtiva

A África subsaariana ainda não completou a transformação estrutural³⁸ ou seja, o processo em que emergem atividades mais produtivas e os recursos migram de atividades tradicionais (agricultura de semissubsistência, de baixa produtividade) para novas (indústria, de maior produtividade), aumentando a produtividade da economia em geral. Em razão disso, não se logrou o aumento da renda e de bons empregos, a redução da pobreza e tampouco um crescimento mais inclusivo³⁹ (BAD et al, 2013).

Para promover a transformação estrutural (traduzida em atividades mais produtivas e melhores empregos), os países africanos podem aproveitar as receitas de seus recursos naturais, investindo-as de forma eficiente em educação, institutos de pesquisa⁴⁰, infraestrutura e acesso a mercados regionais e criando ligações entre o setor dos recursos naturais e o resto da economia (BAD et al, 2013). Assim, propõe-se que, dadas as vantagens comparativas da África no setor de recursos naturais (decorrente da abundância deles), a transformação e diversificação

³⁸ No início do desenvolvimento econômico, a maior parte da população está empregada na agricultura. No entanto, em razão dos rendimentos decrescentes das terras agrícolas, os indivíduos passam a investir capital e mão de obra em setores mais lucrativos, intensivos em competência e capital (indústria e serviços) (BAD et al, 2013). Estes setores crescem mais rapidamente do que a agricultura, pois não são limitados pela disponibilidade de terras e se beneficiam de uma procura mais elástica (BAD et al, 2013). A proporção da indústria na economia apresenta a forma de U invertido: aumenta no início do desenvolvimento, conforme o capital é acumulado; após, os maiores rendimentos levam ao aumento da procura por serviços, o que, aliado à elevação do custo de mão de obra, reduz a participação da indústria na economia (BAD et al, 2013). A mudança da mão de obra da agricultura para a indústria e serviços se dá pela migração da zona rural para as cidades. Os trabalhadores urbanos detêm maior produtividade, em razão de maior especialização, e as atividades de indústria e serviços têm maior acesso a capital e menores custos de transação (BAD et al, 2013). A mudança estrutural, assim, aumenta a produtividade da economia (BAD et al, 2013). Ademais, uma economia de subsistência não gera transformação estrutural, pois não cria demanda por novos produtos e tampouco recursos para investir em novas atividades, permanecendo os trabalhadores em atividades de baixa produtividade (BAD et al, 2013).

³⁹ A produtividade da indústria na África é seis vezes mais elevada do que a da agricultura; a de exploração mineira é quase 60 vezes maior; três quartos da população estão empregados na agricultura e no comércio varejista e atacadista, dotados de menor produtividade; por fim, a produção de petróleo e gás é mais intensiva em capital do que a exploração de minérios e agrícola, criando menos emprego e gerando menos multiplicadores de consumo (BAD et al, 2013).

⁴⁰ Institutos de pesquisa criados para apoiar a produção de bens primários servem de fonte de capacidades que podem ser aproveitados por outros setores (BAD et al, 2013).

produtivas rumo à industrialização e à prestação de serviços devem partir desses recursos (BAD et al 2013).

Nesse sentido, Hirschman (apud UNIDO, sd), que elaborou o conceito de encadeamentos, inspirando a *staples theory*⁴¹ (teoria dos produtos básicos ou primários) dos historiadores do crescimento industrial no Canadá (Watkins) (PAMPLONA; CACCIAMALI, 2018), destaca três tipos de ligações entre *commodities* e o setor industrial: a) ligações fiscais: os impostos e *royalties* incidentes sobre os recursos naturais engrossam as receitas do governo, assim como o faz a tributação sobre as rendas dos empregados do setor primário, de forma que as receitas fiscais podem ser empregadas para fomentar a indústria [e o setor de serviços], ainda que não relacionada ao setor de *commodities*, subsidiar firmas a ele ligadas, desenvolver instituições de inovação, treinamento e educação e aprimorar a infraestrutura. No entanto, o desafio dos governos é aplicar as receitas fiscais de forma eficiente e produtiva; b) ligações de consumo: as rendas auferidas pelos empregados e empresários do setor de *commodities* geram demanda (consumo) pelos bens industriais locais e por serviços, mas isso não necessariamente ocorre, tendo em vista a possibilidade de se importar os bens manufaturados; além disso, se as *commodities* geram poucos rendimentos de trabalho, as ligações de consumo são prejudicadas; c) ligações de produção (verticais): o setor de recursos naturais pode gerar ligações para frente, ou a jusante, mediante o processamento de *commodities*, e para trás (ou a montante), através da produção de insumos para o setor de *commodities* (UNIDO, sd); por sua vez, os rendimentos e empregos nos setores de ligação a montante e a jusante com o setor de *commodities* têm efeitos multiplicadores sobre o restante da economia, originando mais empregos em outros setores, e a renda oriunda desses empregos é canalizada para consumo em bens manufaturados (BAD et al, 2013). Contudo, os insumos também podem ser importados, em especial em países com fracas ligações (como os países da África subsaariana). Além disso, a produção de algumas *commodities* demandam poucos insumos, o que gera menos ligações e transbordamentos para outros setores. Por fim, além dessas três ligações propostas por Hirschman, há ligações horizontais, por meio das quais atividades que são desenvolvidas especialmente para o setor de *commodities*, tais como o desenvolvimento de habilidades em tecnologia de informação ou a construção de infraestruturas, depois atendem às necessidades de outros setores (UNIDO). Dessa forma, a ligação horizontal refere-se a um processo em que fornecedores que

⁴¹ A teoria dos produtos básicos estabelece que o setor exportador de commodities pode ser o setor líder no desenvolvimento de outros setores de uma economia, por meio dos encadeamentos (PAMPLONA; CACCIAMALI, 2018).

desenvolveram capacidades na oferta de insumos para o setor de *commodities* desenvolvem depois capacidades que possam ser aplicadas em outros setores (KAPLINSKY; MORRIS; KAPLAN, 2011).

Contudo, a diversificação da economia a partir da produção e exportação de *commodities*, bem como os encadeamentos produtivos, dependem da demanda do setor exportador de *commodities* por fatores de produção e produtos intermediários que possam ser fornecidos internamente, da capacidade de processamento ulterior dos produtos primários e do nível e distribuição de renda propiciada pelo setor de exportação, a qual, juntamente com o tamanho do mercado doméstico, geram incentivos para investimento na produção de bens de consumo (PAMPLONA; CACCIAMALI, 2018) e de serviços.

Além disso, para Watkins (1963/2006, apud PAMPLONA; CACCIAMALI, 2018), a diversificação é propiciada pelo empreendedorismo (capacidade de aproveitar oportunidades de mercado) e por instituições que favoreçam a exploração de novos mercados externos e internos. Contrariamente, há o risco de que os

exportadores de produtos básicos – especialmente os que têm poder político – podem estimular uma “mentalidade exportadora” limitada, resultando em excessiva concentração de fatores no setor exportador de *commodities* primárias e relutância em promover o desenvolvimento econômico interno (PAMPLONA; CACCIAMALI, 2018, p. 140).

Assim, a diversificação econômica e a industrialização a partir do setor de *commodities* não surgem espontaneamente: são necessárias políticas industriais e comerciais robustas, incentivos fiscais, tributários e creditícios à produção e exportação de manufaturados, restrições a exportações de matérias-primas brutas (para estimular a exportação de produtos primários processados, dotados de maior valor agregado) e políticas de conteúdo local. Impõe-se, ainda, investimento em capital humano e pesquisa e desenvolvimento, gerando competências produtivas do fornecedor, bem como em infraestrutura física.

Se as condições mencionadas nos parágrafos anteriores não estiverem presentes, cai-se numa “armadilha dos produtos básicos” (“staples trap”), de forma que a economia não é capaz de diversificar-se, industrializar-se e tampouco gerar ligações com outros setores (PAMPLONA; CACCIAMALI, 2018).

Por outro lado, diante da baixa qualificação em geral da mão de obra na África e das reduzidas capacidades das empresas, a tentativa de gerar transformação estrutural a partir de serviços altamente qualificados tende a não prosperar. Por sua vez, os serviços pouco

qualificados, embora tenham maior potencial de geração de emprego, são de baixa produtividade, normalmente informais, em atividades como serviços pessoais e comércio varejista (BAD et al, 2013).

Nesse mesmo sentido, a passagem direta para uma indústria avançada é problemática, pois se subestimam “*os processos de aprendizagem, a complexidade da tecnologia e a importância do ambiente de negócios geral e dos insumos complementares, enquanto o potencial de adição de valor*” é superestimado (BAD et al, 2013, p. 129). Por outro lado, para os países dependentes de recursos naturais, a indústria (de baixa densidade tecnológica) tem o potencial de gerar novas capacidades e muitos empregos pouco qualificados (BAD et al, 2013).

Assim, no *curto prazo*, os serviços e indústria de *elevada* qualificação oferecem poucas oportunidades para a transformação estrutural na África, ao passo que o setor primário pode levar à transformação estrutural, baseada nas dotações de fatores e nas capacidades existentes, por meio dos seguintes caminhos: a) promoção de ligações e diversificação produtiva para atividades adjacentes aos recursos naturais, a partir da proximidade com as capacidades já existentes no setor primário, engajando-se progressivamente na produção de bens manufaturados e serviços cada vez mais sofisticados; b) a transformação agrícola coloca à disposição alimento baratos, permitindo menores custos salariais no setor industrial, aumenta as rendas dos agricultores, que consomem produtos manufaturados [e serviços], liberando mão de obra para empregos urbanos e recursos para investimento; c) o setor primário gera receitas fiscais, as quais podem ser empregadas para promover a transformação estrutural, por meio de investimentos em infraestrutura, serviços públicos, educação e saúde; e d) o setor de recursos naturais atrai investimentos estrangeiros, os quais fornecem capital e *know-how*, além de indicar os setores de maior potencial (a escolha de setores equivocados foi um dos motivos do malogro das políticas industriais pretéritas) (BAD et al, 2013).

Dessa forma, os recursos naturais podem induzir o desenvolvimento das indústrias fornecedoras. As redes de abastecimento interno têm o potencial de criar empregos locais e estimular as externalidades tecnológicas, as quais criam capacidade e experiência locais, resultando na competitividade internacional das indústrias fornecedoras (BAD et al, 2013). No entanto, “*a complexidade tecnológica, a baixa competitividade e a falta de competências e de inovação*” são as maiores barreiras ao desenvolvimento de ligações a montante na África (BAD et al, 2013, p. 180).

Além disso, as empresas locais de fornecimento (ligações a montante) devem cumprir os objetivos de geração de emprego, atualização tecnológica e diversificação produtiva. Ademais, as ligações a montante devem contribuir com parte significativa do valor acrescido, ao invés de meramente internalizarem as importações de insumos. Para que tais objetivos sejam cumpridos, o governo deve promover a competitividade das empresas locais, as competências e um sistema de inovação e um ambiente favorável. Por outro lado, as empresas estrangeiras exploradoras de recursos podem ser instadas pelos governos a integrar fornecedores domésticos na produção e construir capacidades locais (BAD et al, 2013).

Por outro lado, a identificação e extração de recursos naturais permitem que tecnologia, conhecimento e habilidades sejam desenvolvidos no local do produto, o que abre a possibilidade de aproveitar as capacidades e conhecimentos locais e de gerar transbordamento tecnológico internamente (UNIDO, sd). Para o necessário desenvolvimento dessas capacidades, impõe-se, no entanto, qualificação da mão de obra (técnicos e engenheiros) para que seja dotada de capacidades relevantes às empresas que as empregam. A mão de obra local deve ser progressivamente qualificada, para aumentar a capacidade dos fornecedores domésticos. Aquela deve referencialmente utilizada, salvo se não houver trabalhador com a qualificação necessária no país produtor das *commodities*. Ao ser empregada na produção, a mão de obra local adquire competências, conforme ela se familiariza com as necessidades das empresas exploradoras de recursos (BAD et al, 2013). A construção de capacidades requer também a criação de instituições de pesquisa e desenvolvimento (UNIDO, sd).

Uma outra oportunidade de diversificação produtiva e transformação estrutural reside na integração nas cadeias de valor global e regional. Com efeito, até os anos 1970, o comércio internacional envolvia majoritariamente produtos acabados. No último quarto do século XX, entretanto, as firmas líderes passaram a focar em suas competências nucleares, se especializando nos processos e produtos nos quais elas tenham vantagens comparativas, haja barreiras à entrada, sejam difíceis de copiar e que sejam valorizados pelo mercado. As demais atividades são terceirizadas a empresas que produzem a custos menores (em especial, do trabalho), com melhor qualidade, cumprem os prazos e sejam dotadas de competências tecnológicas (KAPLINSKY; MORRIS; KAPLAN, 2011; UNIDO). Cria-se, assim, cadeias de valor regional e global, cada vez mais prevalentes nos setores manufatureiros e de serviços (UNIDO). À guisa de exemplo, a indústria de mineração, que era verticalmente integrada, passou a terceirizar quase todos os estágios da produção (equipamentos, bens de capital, insumos, serviços de conhecimento) (KAPLINSKY; MORRIS; KAPLAN, 2011).

Concluindo, para promover a mudança estrutural, as novas atividades devem cumprir os seguintes requisitos: a) oferecer empregos em massa a trabalhadores não qualificados; b) apresentar maior produtividade do que as atividades correntes; c) estar sujeitas à competição: sem a pressão competitiva, as atividades tendem a se tornar ineficientes; d) estar perto da vantagem comparativa (que reflete a dotação dos fatores de produção – terra, mão de obra, capital, recursos naturais), *não se limitando a ela*, e das capacidades do país (capital humano, tecnologia, instituições e regulamentações, infraestrutura, capacidade do governo e serviços públicos). As atividades que requerem um conjunto muito diferente de fatores e capacidades geram poucas aprendizagens e repercussões, têm pouco potencial de transformação estrutural, desperdiçam recursos e fracassam; contrariamente, a proximidade das novas atividades, em termos de fatores e capacidades, com as atividades existentes, gera repercussões e oportunidades de aprendizagem (BAD et al, 2013). Contudo, o crescimento econômico demanda o progressivo aumento da diversificação e sofisticação produtiva, por meio da aquisição gradual de novas capacidades, à medida que se engaja na produção de bens mais sofisticados: restringir-se às vantagens comparativas presentes conduz à estagnação econômica.

5.4. Agricultura, indústria e serviços

Nas subseções subsequentes (5.5 a 5.7), far-se-á uma breve exposição dos desafios e oportunidades de diversificação e sofisticação produtiva nos setores agrícola, industrial e de serviços na África subsaariana.

5.5. Agricultura

Na África subsaariana, a agricultura participa com 18,5% do PIB (2020), emprega 53% da mão de obra (2019)⁴², gera 40% das receitas de exportação, e é responsável pelo sustento de 56% da população do continente (SITOE, 2011). Assim, a agricultura na África tem grande potencial de retirar as pessoas da pobreza e reduzir a fome, e o número de pessoas que dependem da agricultura para sobreviver aumenta, tendo em vista que o crescimento populacional é intenso e as oportunidades de emprego no setor não agrícola são pequenas (BAD

⁴² Banco Mundial (tabelas 2 e 3).

et al, 2013). Contudo, ela padece de baixa produtividade (decorrente da má qualidade dos solos e débil emprego de tecnologias modernas, como sementes melhoradas, fertilizantes e mecanização), os bens agrícolas sofrem de deterioração dos termos de troca e faltam investimentos em pesquisa e extensão agrária e infraestrutura física (SITOE, 2011).

Na década de 1990, a taxa de crescimento agrícola na África subsaariana foi de 2,5%, inferior à taxa de crescimento populacional (2,6%), de tal forma que a produção agrícola per capita diminuiu. Esse rápido crescimento populacional vem exercendo pressão sobre os recursos naturais (terra, água e florestas), gerando problemas ambientais (degradação de terras, florestas e pastagens e desertificação). A capacidade de esses recursos serem utilizados para produção de alimentos em quantidades suficientes para atender à demanda também é afetada, o que requer a utilização de tecnologias produtivas intensivas em mão de obra e capital (SITOE, 2011).

O forte aumento dos preços internacionais de *commodities*, a partir dos anos 2000, e a reversão de políticas anteriores de viés anti-agrícola geraram enorme crescimento do PIB (64%, entre 2000 e 2011). Políticas pró-agricultura aumentaram a produtividade de parte do setor agrícola e liberaram mão de obra para as cidades (BAD et al, 2013). Para aumentar a produtividade agrícola e gerar a consequente transformação estrutural, os agricultores devem obter novas tecnologias, incorporadas nos insumos agrícolas, e é necessário superar as falhas de mercado (restrições de crédito e seguros imperfeitos⁴³ e direitos de propriedade inseguros), cuja presença desestimula investimentos (UDRY, apud BAD et al, 2013).

5.5.1. Revolução verde

A revolução verde africana, baseada em práticas agrícolas mais intensivas (mediante uso de variedades e sementes altamente produtivas, irrigação, fertilizantes inorgânicos, pesticidas e motomecanização), tem o potencial de elevar a produção e a produtividade agrícolas e, assim, reduzir a fome e a pobreza, desde que haja políticas públicas que fomentem o acesso à terra e aos insumos (sementes e fertilizantes) pelos segmentos mais pobres e um bom funcionamento do mercado. É preciso, ainda, que os governos façam investimentos na

⁴³ Os grandes produtores padecem menos da restrição de crédito e seguro, pois mantêm registros auditáveis, são dotados de garantia e, frequentemente, têm acesso aos mercados internacionais de capitais (BAD et al, 2013).

infraestrutura física (irrigação e estradas, que reduzem os custos de transação e interligam o mercado regional formado pelos países africanos, reduzindo a dependência destes dos mercados europeus), nos serviços de extensão e pesquisa agrária e nos recursos humanos (educação e saúde). São necessários também o fortalecimento das organizações de crédito, a implementação de políticas econômicas e sociais, além de investimentos e financiamento (SITOE, 2011). Além disso, deve-se adotar políticas amigáveis ao meio ambiente, focar na diversidade das variedades das culturas e usar práticas agrícolas da população nativa (tais como mistura de culturas e rotações), além de medidas de conservação e captação de água (GRAAFF; KESSLER; NIBBERING, 2011).

Contudo, há quem se insurja contra a revolução verde africana, por ela degradar o meio ambiente (utiliza intensamente combustíveis fósseis, e o modelo baseado na monocultura vem implicando a perda da biodiversidade). Além disso, a revolução verde acentua as diferenças entre os produtores ricos e pobres, visto que estes últimos não podem pagar pela tecnologia da revolução verde e o domínio da ciência e tecnologia pelos produtores agrícolas é difícil de ser alcançado na África subsaariana, uma vez que grande parte de sua população é analfabeta. Por fim, essa revolução estaria orientada ao mercado, e não à redução da fome (SITOE, 2011).

Porém, para Hayami e Ruttan (1988, apud SITOE, 2011), o reduzido tamanho da propriedade rural e a falta de acesso ao direito de posse da terra não restringem a adoção das técnicas modernas da revolução verde. Esta, assim, teria gerado crescimento e justiça social nos países em desenvolvimento que a adotaram

A tecnologia, a capacidade intelectual e o investimento de recursos financeiros elevam a produtividade agrícola, fazendo crescer a oferta de alimentos, o setor industrial ligado a estes e o conjunto da economia (SITOE, 2011). Desse modo, o desenvolvimento agrícola gerado pela revolução verde facilita a redução da pobreza e da fome (TIMMER, 1988, apud SITOE, 2011; BANCO MUNDIAL, 2007, apud SITOE, 2011). Contudo, o aumento da produção e produtividade agrícola em razão de inovações técnicas não é suficiente para a erradicação da fome⁴⁴, a qual decorre também de falhas na distribuição e no acesso à alimentação; da pobreza;

⁴⁴ Nas palavras de Sitoe (2011, p. 266), “no entanto, para que isso [redução da fome e da pobreza] se materialize, é necessário que essa estratégia se baseie nos seguintes pilares estratégicos: na promoção de um ambiente favorável para o desenvolvimento da agricultura, baseado nas regras de mercado, providenciando incentivos para o investimento e crescimento da produção e da produtividade; em investimentos públicos em infraestrutura, serviços públicos de extensão agrária, pesquisa, rede de comunicações, mercados e desenvolvimento da

da falta de acesso à terra e aos recursos produtivos; de problemas das produções dos pequenos proprietários e do acesso insuficiente ao trabalho ou à segurança social (SITOE, 2011).

5.5.2. Segurança alimentar, exportações e autossuficiência

Os pequenos agricultores são responsáveis por mais da metade da comida consumida no mundo, têm grande potencial de aumentar a produção e a produtividade, e empregam mais pessoas, pois são mais intensivos em trabalho do que as grandes fazendas. Além disso, têm a potencialidade de fornecer alimentos a baixos preços. Contudo, em razão do descaso público com a agricultura, muitos fazendeiros não têm sido capazes de se beneficiar dos preços crescentes das *commodities*, uma vez que logram produzir somente para subsistência e sofrem de insegurança alimentar. Nesse sentido, três quartos das pessoas que sofrem de insegurança alimentar vivem nas zonas rurais (embora seja proprietárias de terras, muitas delas não têm capital para aumentar a produtividade, e o restante é formado por empregados rurais, cujos salários são insuficientes para comprar alimento) (HOERIN, 2013).

Conforme Graaff, Kessler e Nibbering (2011), entre as décadas de 1970 e 2010, as importações de comida pela África subsaariana aumentaram, porque a produção doméstica não acompanhou o crescimento populacional. Além disso, a despeito da queda da quantidade relativa de pessoas malnutridas, nos últimos quarenta anos, houve pouca redução em termos absolutos (um terço da população sofre de insegurança alimentar), emergindo, assim, a necessidade de ajuda alimentar.

O referido continente apresenta grande variedade de zonas agroecológicas (da úmida à árida) e de dotações de terra (fértil, pobre ou degradada), trabalho e outros recursos. Essas diferenças explicam os distintos desempenhos relativos à segurança alimentar, dentro da África subsaariana, havendo casos em que se logrou aumentar a produção agrícola a um ritmo mais rápido do que a população; em outros, isso não ocorreu. A produção agrícola, como se sabe,

comercialização agrária; na adequada gestão dos recursos naturais (terra, água e fauna bravia) através do envolvimento das comunidades nessa gestão”.

aumenta como resposta ao incremento da área cultivável e/ou à elevação do rendimento da produção per hectare (GRAAFF; KESSLER; NIBBERING, 2011).

A insegurança alimentar decorre não apenas da incapacidade de produzir alimentos em quantidade suficiente, mas também do pagamento insuficiente de trabalho em outros setores, que impede pleno acesso a comida (GRAAFF; KESSLER; NIBBERING, 2011).

A produção de culturas alimentares (de subsistência, ou seja, destinadas ao autoconsumo) e a segurança alimentar são afetadas pelas culturas destinadas à exportação e pela criação de gado. As culturas destinadas à exportação, como café, cacau, chá e algodão, e os produtos vendidos para usinas de processamento, como cana de açúcar e oleaginosas, concorrem pelos mesmos recursos escassos (trabalho, terra, irrigação, fertilizantes, tecnologia, infraestrutura) com as culturas alimentares, diminuindo a disponibilidade de alimentos e aumentando a insegurança alimentar, uma vez que há menos alimentos para sustentar toda população, e a escassez de alimentos leva ao aumento de seus preços (BRIGHAM, 2011).

No entanto, as culturas de exportação geram receitas, as quais podem ser utilizadas para comprar alimentos e para adquirir fertilizantes e outros insumos para as culturas alimentares. Por outro lado, o gado também compete com a cultura alimentar por terra, outros recursos e comida (utilizada como ração), porém fornece força de tração, esterco, utiliza os resíduos da colheita e fornece “poupança” *in natura* para os períodos de insegurança alimentar, além de oferecer proteína animal (carne e leite) à população (GRAAFF; KESSLER; NIBBERING, 2011).

Além disso, as exportações de produtos agrícolas podem reduzir a insegurança alimentar, ao aumentar as rendas dos produtores diretamente, através da produção e venda de culturas de exportação, ou indiretamente, por meio dos efeitos dessas exportações sobre o crescimento econômico. Quanto ao efeito indireto das exportações sobre o crescimento econômico, em geral, alega-se que elas aumentam o estoque de divisas, permitindo a importação de bens de capital, que leva ao crescimento econômico, e as receitas da venda de *commodities* podem ser aplicadas em políticas de crescimento favoráveis aos pobres e na industrialização (BRIGHAM, 2011). Dessa forma, as exportações de produtos agrícolas podem levar ou não ao crescimento econômico, dependendo do uso que se faz das divisas obtidas pela exportação: se elas forem utilizadas para adquirir bens de capital (e não de consumo) e insumos, e para fomentar a industrialização, gera-se crescimento e, conseqüentemente, redução da fome. Igualmente, se as divisas forem utilizadas para aquisição de alimentos (ao invés de bens de luxo

ou armas), compensa-se a redução da disponibilidade de alimentos, atenuando a insegurança alimentar (BRIGHAM, 2011).

Assim, para Brigham (2011), as exportações agrícolas *não* conduzem à insegurança alimentar se: a) a distribuição da renda oriunda das exportações agrícolas favorece os pequenos proprietários, os quais estão mais sujeitos à insegurança alimentar; b) há grande disponibilidade de alimentos, antes da transferência de parte do setor de alimentos destinado ao consumo doméstico para o exportador, de forma que não há aumento do preço dos alimentos; c) há elevada produtividade do trabalho agrícola, que se reflete no nível geral de renda no setor agrícola e no tamanho dos excedentes agrícolas disponíveis para exportação; d) há baixa participação da agricultura no PIB: países com baixa participação da agricultura na renda nacional são mais avançados tecnologicamente, apresentam crescimento da produtividade e, conseqüentemente, sua população é dotada de maior renda, o que garante o acesso a alimento (eles não dependem da produção local, uma vez que podem pagar por alimentos): a economia e bem-estar da população são mais influenciadas pela indústria e serviços do que pelo setor agrícola; e) as divisas oriundas das exportações de commodities agrícolas permitem a importação de grande quantidade de alimentos básicos: um maior grau de importações neutraliza (ou mitiga) a queda da disponibilidade de alimentos decorrente da substituição das culturas destinadas à alimentação doméstica por culturas endereçadas às exportações [no entanto, as importações de alimentos competem com as importações de bens de capital por divisas; além disso, a dependência de importação de alimentos sujeita os países compradores à volatilidade dos preços dos bens agrícolas]; f) há grande participação dos bens de capital nas importações totais, o que indica o quanto as receitas de exportação são utilizadas para importações que geram crescimento econômico. Contrariamente, se tais condições não estiverem presentes, as exportações de *commodities* agrícolas agravam a insegurança alimentar (BRIGHAM, 2011).

Contudo, se forem importados alimentos subsidiados, os produtores locais não têm capacidade de competir com os baixos preços decorrentes do benefício, deixando de produzir. Assim, o país se torna dependente da importação de alimentos, o que é prejudicial para os consumidores, no caso de os preços dos alimentos importados subirem (BRIGHAM, 2011).

Dessa forma, Hoering (2013) propõe que os países africanos sejam autossuficientes na produção de alimentos, com vistas a: a) eliminar a dependência de importação de alimentos,

evitando, assim, a insegurança alimentar; b) criar rendas para os pequenos proprietários rurais, o que reduz a pobreza e a fome.

Com efeito, os preços internacionais de alimentos são voláteis e vêm aumentando, em razão da especulação no mercado global, do aumento da demanda global e da transferência da produção agrícola em favor de biocombustíveis e ração animal, que competem com a alimentação humana (HOERIN, 2013). Por outro lado, a África subsaariana é dependente das importações de alimentos: elas respondem pela maior parte da comida consumida internamente, o que requer o uso de substancial quantidade de divisas para aquisição dos alimentos necessários (US\$ 35 bilhões em 2016⁴⁵) (HOERIN, 2013).

Os subsídios, *dumping* e outras medidas protecionistas (em especial, na Europa e nos EUA) minam a competitividade dos produtores agrícolas africanos, o que, em conjunto com a liberalização do comércio em geral (e dos produtos agrícolas em especial) após a Rodada Uruguai/Organização Mundial do Comércio, expulsou os pequenos produtores rurais africanos do mercado, condenando-os à pobreza e à fome, gerando maior dependência dos países da África subsaariana da importação de alimentos (HOERIN, 2013).

Essa tendência é reforçada pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), os quais estimulam a produção de bens agrícolas voltadas à exportação, em detrimento de alimentos para consumo doméstico, além de proporem a eliminação de ajuda governamental aos pequenos proprietários rurais, resultando na dependência dos países africanos da importação de alimentos. Essa dependência é exacerbada pela mudança do padrão alimentar (trigo importado dos EUA/Europa, ao invés de produtos nativos da África, como mandioca, sorgo e painço) (HOERIN, 2013). Para o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, contudo, a liberalização do comércio de produtos agrícolas é benéfica, uma vez que aumenta a oferta de alimentos no mercado mundial, reduz os preços e as distorções de mercado decorrentes de restrições às exportações dos países produtores, além de equilibrar as flutuações de preço ao redor do mundo, eliminando sua volatilidade (HOERIN, 2013).

As exportações de produtos agrícolas geram divisas que podem ser bem aplicadas em bens de capital (que fomenta o crescimento econômico e a redução da fome no longo prazo) ou alimentos (reduzindo a insegurança alimentar). Contudo, deve-se evitar que a produção de *commodities* exportáveis seja de tal magnitude que retire os fatores de produção das culturas

⁴⁵ Obtido de <https://news.un.org/pt/story/2016/08/1560971-agencia-da-onu-alerta-que-importacao-de-alimentos-prejudica-africa>.

alimentares destinadas ao consumo doméstico, levando à dependência de importação de alimentos.

Com efeito, a dependência de importação de alimentos é prejudicial pelos seguintes motivos: a) os mercados mundiais de *commodities* são altamente voláteis, monopolizados e mudam de forma inesperada, em razão de especulação, clima ou outros motivos, que geram escassez de alimentos e aumento de preços; b) os países pobres têm cada vez mais dificuldade de pagar pelos preços crescentes destes alimentos; c) os produtores agrícolas africanos não são capazes de competir com os produtos importados, o que elimina sua fonte de renda e, assim, impede a compra de alimentos (HOERIN, 2013); d) as importações de alimento requerem elevadas divisas, as quais podem ser escassas dentro de um país.

Para reduzir a indesejada dependência de importações de alimentos, deve-se estimular a produção doméstica, por meio de: a) estímulo ao pequeno produtor (os mais afetados pela insegurança alimentar); b) fomento à produção de alimentos (ao invés de biocombustíveis e ração animal), que poderia constituir uma base para processamento local de alimentos; c) acesso a crédito, mercados locais e insumos subsidiados (sementes e fertilizantes); d) melhoramento da infraestrutura, para integrar os mercados locais e regionais; e) serviços de extensão; f) direitos de propriedade de terra seguros, protegendo os pequenos proprietários de desalojamento e g) aumento dos investimentos (HOERIN, 2013).

Por outro lado, para que os produtores locais não sejam excluídos do mercado em razão da concorrência com produtos importados (o que torna o país dependente de importação de alimentos, com os danos consequentes), os países africanos devem impor medidas para restringir as importações, tais como tarifas e cotas de importação, subsídios e salvaguardas, muitas das quais, embora previstas em acordos comerciais, dificilmente são aplicadas pelos governos prejudicados, em razão de pressão internacional (HOERIN, 2013). No entanto, o protecionismo pode reduzir os incentivos para modernizar a produção e para aumentar a produtividade agrícola, além de proteger fazendeiros abastados da competição (criando monopólios domésticos).

5.5.3. Potencialidades e gargalos do setor agrícola

Conforme estudo do Banco Mundial, os países africanos podem produzir alimentos suficientes para a população do continente, se forem retiradas barreiras ao livre comércio entre os países do continente (HOERIN, 2013).

Além disso, a África tem cerca de 60% das terras não cultivadas no mundo e tem potencial de se integrar nas cadeias de valor globais, por meio da expansão da agricultura comercial sobre a terra não cultivada, da mudança da produção para culturas de maior valor (horticultura ou biocombustíveis) e da melhoria da produtividade dos pequenos proprietários (GHANI; O'CONNELL, 2016).

Contudo, o mercado de exportação agrícola é dominado por agricultores mais abastados, uma vez que, por um lado, estes têm mais excedentes para comercializar, têm mais educação formal, têm acesso à infraestrutura e a informações sobre mercados e têm maior poder de barganha para aumentar os preços de seus produtos (ESKOLA, 2005; SESHAMANI, 1999, apud BRIGHAM, 2011). Por outro lado, os pequenos proprietários diversificam sua produção com vistas à sua subsistência e não se especializam na produção de produtos exportáveis, mesmo que esta se mostre mais rentável (MESSER; DEROSE, 1998, apud BRIGHAM, 2011). Uma vez que as exportações agrícolas favorecem principalmente os grandes agricultores, e considerando que os latifúndios são intensivos em capital e utilizam pouca mão de obra, o aumento das exportações não eleva significativamente a renda dos pequenos proprietários e trabalhadores agrícolas (BRIGHAM, 2011).

Além disso, conforme exposto anteriormente, as exportações de produtos agrícolas concorrem com a produção de culturas para consumo interno pelos fatores de produção (terra, trabalho e capital), aumentando a dependência dos países na importação de alimentos, com os problemas dela decorrentes (restrições cambiais, flutuação dos preços de commodities etc); em contrapartida, as exportações de *commodities* são fonte de divisas que podem ser empregadas para importação de alimentos, reduzindo a insegurança alimentar.

A produção e a competitividade agrícolas na África não aumentaram de forma significativa, em razão dos seguintes fatores: a) baixo nível de terras irrigadas e de utilização de insumos (fertilizantes e equipamentos); b) baixo nível de uso de capital e tecnologia, repercutindo na reduzida produtividade por hectare e unidade de trabalho; c) a produção agrícola se baseia em tecnologias intensivas em mão de obra familiar e escala muito reduzida; d) baixa qualificação da mão de obra e da capacidade empreendedora dos produtores; e) distorções dos mercados e políticas econômicas que relegam o setor agrícola ao segundo plano;

f) grande parte das terras africanas é composta de desertos e solos tropicais de pouca fertilidade, e as regiões mais adequadas à agricultura possuem elevada densidade populacional^{46 47}; g) fraqueza de instituições públicas (ministérios da agricultura, pesquisa e extensão, sistema financeiro e de crédito rural); h) o sistema financeiro não aceita como garantia a terra; i) a legislação de concessão e propriedade de terra é complexa; j) ambiente de negócios pouco favorável ao empreendedorismo; k) deficiência da infraestrutura (sistemas de transporte, comunicação e serviços às empresas e aos cidadãos); l) reduzidos mercados; m) volatilidade dos preços e mercados dos bens agrícolas; n) conflitos e instabilidade política e social; o) priorização da extração de recursos energéticos e minerais; p) adoção de políticas desajustadas, gestão falha e corrupção (MOSCA, 2010). Assim, na África, em que os produtores de muito pequena escala são responsáveis pela produção de 80% dos alimentos básicos, as políticas econômicas e os contextos internacionais não lograram melhorar a base produtiva e tecnológica desses pequenos produtores, nem atrair investimentos, desenvolver competitivamente a atividade agrícola e tampouco melhorar a vida da população rural (MOSCA, 2010).

Em sentido semelhante, Graaff, Kessler e Nibbering (2011) apontam as principais restrições à agricultura na África subsaariana, a saber: a) os reduzidos rendimentos da terra induzem a migração da mão de obra para atividades não agrícolas (doenças, como malária e AIDS, e emigração agravam a redução da oferta de mão de obra); b) pobreza e degradação do solo: o esgotamento de nutrientes do solo pode ser revertido mediante reciclagem de resíduos das culturas, aplicação de fertilizantes, atividades conservadoras de solo e água, uso de compostagem e fósforo, tudo para aumentar a fertilidade deste; c) seca e escassez de água, exacerbadas pela mudança climática: na maioria dos países africanos, há altas temperaturas e baixa (e irregular) pluviosidade, reduzindo a quantidade de água per capita e, conseqüentemente, o rendimento da produção agrícola.

Além disso, para os mesmos autores, faltam adequada oferta de insumos, crédito à produção, serviços de extensão (tais como educação e treinamento, que ligam pesquisa à extensão) e estradas ligando as fazendas aos mercados (o que eleva os custos de transporte).

⁴⁶ Tendo em vista a elevada proporção de zonas áridas e solos pobres na África subsaariana (a despeito de haver diferença nas quantidades de terras férteis e inférteis entre os países) e o crescimento populacional, a densidade populacional nas terras agrícolas próprias ao plantio é alta, e a quantidade de terra cultiváveis per capita decresceu fortemente na maioria dos países (GRAAFF; KESSLER; NIBBERING, 2011).

⁴⁷ Em países dotados de terras férteis, como Camarões, Malawi e Ruanda, a maior parte das terras disponíveis é usada para cultivo; em outros, como África do Sul, muita terra é imprópria para a agricultura e só pode ser usada para pastagem (GRAAFF; KESSLER; NIBBERING, 2011).

Ademais, o comércio mundial de alimentos é dominado por poucas companhias multinacionais, os EUA e União Europeia inundam o mercado mundial com seus produtos subsidiados a preços com os quais os produtores africanos não podem competir, e os acordos internacionais de comércio de *commodities* não lograram propiciar uma melhor participação dos produtores primários dos países subdesenvolvidos. O fornecimento de insumos para culturas comerciais (ex: fertilizantes, pesticidas) está ligado à oferta de crédito e comercialização dos produtos. Tal vínculo está ausente nas culturas alimentares, as quais se submetem a um pequeno número de fornecedores de insumos, cuja escassez, aliada à restrição de crédito, leva a uma baixa utilização de fertilizantes na África subsaariana e a uma grande incidência de pestes, doenças e perdas pós-colheitas. Por fim, desde os tempos coloniais, emergiu um sistema dual em que alguns poucos indivíduos são proprietários de grandes e férteis terras e muitos são donos de pequenas propriedades de subsistência.

Por sua vez, Ashley e Maxwell (2001, apud SITO, 2011) afirmam que a agricultura nos países pobres padece de vários constrangimentos, a saber: a) apoio governamental inadequado, elevada tributação, discriminação nas políticas macroeconômicas em favor do comércio e indústria; b) instituições que prestam serviços aos produtores são ineficientes e fracamente ligadas aos mercados internacionais; c) incapacidade de o sistema de financiamento rural estimular e captar poupança e investi-la na produção agrícola; d) fraqueza das instituições governamentais e da sociedade civil; e) direitos de propriedade da terra não são bem garantidos, inibindo os investimentos; e f) as políticas agrárias e de comércio das nações ricas restringem o acesso a estes mercados e reduzem e fazem flutuar os preços dos produtos agrícolas.

Para aumentar a produção, são necessárias a promoção de pesquisa, extensão, oferta de insumo e crédito, e melhoras nos arranjos da posse de terra (títulos de terra seguros), além do progresso técnico (herbicidas, variedades de alto rendimento). Contudo, as receitas dos governos africanos são baixas, suas instituições são fracas, e o setor privado é pouco desenvolvido, de tal forma que o fornecimento de insumos e a comercialização, crédito e extensão são insuficientes na África subsaariana. Por outro lado, em razão da estagnação da produção de alimentos na África, enfatiza-se a necessidade de uma revolução verde no continente, para alcançar a segurança alimentar e as metas de desenvolvimento do milênio (GRAAFF; KESSLER; NIBBERING, 2011).

5.6. Indústria

A indústria requer a acumulação de capital físico e humano e gera empregos relativamente bem pagos para trabalhadores (mesmo pouco qualificados), o que aumenta a renda e a demanda interna. Além disso, a indústria forma ligações a montante e a jusante com outros setores (fornecedores, distribuidores, varejistas, serviços), gerando demanda por bens agrícolas, mineração, outras matérias-primas e serviços, tais como energia e tecnologia de informação. Por sua vez, a indústria oferece produtos para os consumidores, construção e outros setores. Por fim, um setor industrial robusta melhora o balanço de pagamentos (via redução de importações e diversificação de exportações), tornando o país menos vulnerável às oscilações das receitas de *commodities* (SIGNÉ, 2018). Além disso, a indústria é mais intensiva em trabalho do que o setor de energia e minerais, e o preço dos produtos manufaturados é mais estável do que o das *commodities* (UNIDO, s.d).

A despeito da importância da indústria para o desenvolvimento econômico, na África, a participação da indústria no PIB vem decrescendo, e metade do valor agregado da indústria e das exportações de bens industrializados está relacionada aos recursos naturais e 70% da produção industrial estão concentrados em quatro países do norte e sul africano⁴⁸ (SIGNÉ, 2018) e não há perspectiva de melhora, tendo em vista que levará tempo para os países asiáticos perderem a competitividade em razão do aumento dos salários. Além disso, os países africanos, em razão da adesão à Organização Mundial do Comércio, tiveram que liberalizar seus mercados, o que implicou a perda do mercado interno da indústria nascente, incapaz de competir com os produtos importados (em especial, dos países asiáticos), dificultando a construção do setor manufatureiro, o que foi agravado pelo declínio dos preços relativos dos bens manufaturados (BHORAT et al, 2017). Por outro lado, as empresas manufatureiras da África subsaariana, em geral, são informais, pequenas, têm baixa produtividade, são incapazes de gerar muitos empregos, produzem bens não comercializáveis externamente, exportam pouco e só têm vantagens comparativas em manufaturas de baixo conteúdo tecnológico (HARRISON et al. 2014, apud OWUSU; SZIRMAI; FOSTER-MCGREGOR, 2020). Essas firmas não têm

⁴⁸ Há experiências bem-sucedidas de industrialização, tais como couro na Etiópia, vestuário em Lesoto, automóveis na África do Sul e produtos farmacêuticos no leste da África (SIGNÉ, 2018).

acesso às tecnologias modernas, aos mercados ou ao sistema financeiro (OWUSU; SZIRMAI; FOSTER-MCGREGOR, 2020).

Indústrias leves, como vestuário e calçados, e a participação nos segmentos intensivos em trabalho, nas cadeias de valor industriais, são a porta de entrada para a industrialização e transformação estrutural baseadas no baixo salário nos países em desenvolvimento (GELB et al, 2020). A localização da indústria é determinada não apenas pela mão de obra barata, mas também pelas vantagens geográficas, transporte, logística, infraestrutura física e financeira, facilidade de integração nas cadeias globais de valor, tamanho dos mercados domésticos, habilidades dos trabalhadores e capacidade gerencial, qualidade do gerenciamento econômico, da regulação e da política, qualidade das instituições e governança, capital humano, bem como a disponibilidade de tecnologia de comunicação e informação (GELB et al, 2020).

Porém, com base nesses critérios, os países africanos não ostentam elevada competitividade. O custo do trabalho na África (salários e outros pagamentos aos empregados, além de benefícios da Seguridade Social) equivale a 190 por cento do custo em países de renda comparáveis de outros continentes (em especial, do sul da Ásia). O alto custo do trabalho na África é creditado à baixa produtividade do trabalho, ao câmbio valorizado (GELB et al, 2020) e ao fato de outros preços e custos na economia serem elevados (uma exceção é a Etiópia, que atrai investimentos diretos estrangeiros na indústria) (AUSTIN; FRANKEMA; JERVEN, 2017). No entanto, Naidoo e Ndikumana (2020) concluem que um aumento simultâneo e equivalente da produtividade do trabalho e do salário real eleva a competitividade industrial, ou seja, o aumento da produtividade do trabalho compensa o incremento do salário real. Assim, a solução para a reduzida competitividade do setor manufatureiro, decorrente dos salários elevados, é aumentar a produtividade do trabalho, mediante investimento em capital humano e aprimoramento da infraestrutura e do ambiente de negócios. Além disso, a África poderá ser no futuro capaz de atrair indústria intensiva em trabalho barato, tendo em vista o chamado dividendo demográfico (até 2050, 20% da população global em idade ativa – 15 a 64 anos – estarão no continente), que elevará a oferta de mão de obra, e o fato de a produtividade do trabalho estar crescendo mais rapidamente do que o salário real (CEGLOWSKI et al, 2015), o que tende a reduzir os custos de trabalho. Contudo, a automatização da produção de manufaturados leves vem reduzindo as vantagens de baixo custo laboral, de forma que as indústrias estrangeiras (notadamente as chinesas) preferem investir em tecnologia poupadora de mão de obra dentro do país de origem a transferir a produção a países de baixo custo do trabalho (ALTENBURG, 2019).

Por outro lado, o clima para os negócios na África subsaariana é desfavorável, de forma que as nações africanas não são competitivas no setor manufatureiro e tampouco o serão num futuro próximo (GELB et al, 2020). Para aumentar sua competitividade, tais países devem recorrer a outros fatores, notadamente seus recursos naturais, promovendo ligações a montante e a jusante. Por sua vez, a substituição de importações e a área de livre comércio continental são necessárias para aumentar a competitividade das economias africanas, a diversificação produtiva e o crescimento. No entanto, tais medidas são insuficientes para gerar os empregos requeridos para sustentar uma população em rápido crescimento (GELB et al, 2020).

Segundo o Global Manufacturing Competitiveness Index, os fatores mais críticos para o investimento e o crescimento do setor manufatureiro na África são: a) capital humano; b) custos; c) redes de fornecedores; d) demanda doméstica (SIGNÉ, 2018).

O capital humano aumenta a produtividade, a habilidade de inovar (produtos e processos) e de absorver novas tecnologias, levando à diversificação em direção a bens manufaturados. Assim, a má qualidade dos serviços de saúde e a baixa escolaridade e qualidade da educação são obstáculos ao crescimento. Além disso, o currículo escolar deve fomentar a aquisição de habilidades requeridas pelo mercado, além de estimular o empreendedorismo e autoemprego, por meio de treinamento para negócios, promoção de ciência, tecnologia e engenharia e treinamentos vocacionais. Deve-se, ainda, estimular a imigração de mão de obra qualificada, a fim de contornar a escassez de capital humano. Na África, a qualidade da educação e a taxa de conclusão do ensino básico aumentaram, ainda que o continente esteja atrás do resto do mundo nesse campo (SIGNÉ, 2018).

Os custos de transporte e de energia (originados da má qualidade da infraestrutura⁴⁹), políticas macroeconômicas equivocadas, burocracia⁵⁰ e corrupção, além dos elevados impostos, desestimulam os investimentos. Para contornar custos de transporte, tributos de importação e flutuações da taxa de câmbio, o setor industrial africano deve adquirir insumos locais. Contudo, os fornecedores locais, em geral, carecem de qualidade e disponibilidade (SIGNÉ, 2018). Por sua vez, para que o custo da mão de obra seja baixo, é necessário que outros preços (nível de

⁴⁹ Falhas na infraestrutura de energia levam a quedas de energia frequentes, e o custo dessa energia é elevado. Além disso, redes de transporte pouco desenvolvidas impedem a fruição de economias de escala regionais (SIGNÉ, 2018).

⁵⁰ A pesada burocracia na África gera elevados custos no comércio internacional de manufaturados. Há jurisdições sobrepostas e práticas não coordenadas, e regulações burocráticas geram oportunidades de corrupção (SIGNÉ, 2018).

preço com base na paridade do poder de compra) e custos também o sejam e/ou que a produtividade do trabalho seja elevada. Países “baratos” (dotados de nível de preços inferior ao esperado, dado o nível de renda) são mais bem sucedidos na exportação de bens manufaturados. Países de renda alta e média apresentam custos superiores, conforme aumenta a renda. Contudo, os países africanos, a despeito de serem de baixa e média renda, padecem de custos elevados.

Para incorrer em baixos custos e, assim, fomentar a industrialização, deve-se: a) aumentar a produtividade agrícola (uma vez que os preços de alimentos têm substancial peso no índice de preços e nos salários); b) conceder incentivos fiscais e de outras naturezas (em especial, para indústrias voltadas à exportação localizadas em zonas econômicas especiais⁵¹); c) manter baixos os preços de insumos essenciais (por meio de subsídios e redução de impostos de combustíveis, por exemplo) e assegurar o fornecimento de energia e transporte baratos; e d) manter o câmbio desvalorizado, o que reduz o nível de salários em termos internacionais (GELB et al, 2020).

Por outro lado, melhorias na burocracia e nas regulações tributárias e crescentes investimentos em infraestrutura, bem como novas tecnologias (em especial, telefonia móvel e internet, que fornecem serviços à população em geral⁵² e propiciam transações entre negócios – e-commerce, e-banking), estão reduzindo os custos de realizar negócios na África. Por outro lado, alguns países africanos estão implantando zonas econômicas especiais para fortalecer as firmas industriais, por meio de melhor infraestrutura, benefícios tributários e atendimento preferencial (menor custo e tempo) na importação e exportação. Essas zonas econômicas especiais devem ser adaptadas à dotação de recursos locais e às metas de desenvolvimento específicas de cada país, abrigando os subsetores industriais mais promissores de cada nação. O investimento tenderá a ser realizado em países que apresentem coordenação e compromisso político pela implementação das regulamentações amigáveis aos negócios nas zonas econômicas especiais que se integrem ao mercado regional ou global (SIGNÉ, 2018).

⁵¹ Contudo, as zonas econômicas especiais podem não gerar empregos suficientes nem aumentos significativos de produtividade, caso: a) as empresas líderes nestas zonas econômicas demandem competências que as empresas e a mão de obra africanas não são capazes de oferecer, o que gera enclaves; b) as zonas econômicas especiais não gerarem demanda por trabalho suficiente para empregar a população em rápida expansão (AUC/OECD (2018). Além disso, a maioria dos países africanos (exceto alguns países, como a Etiópia) não tem condições de competir em custos de mão de obra, tendo em vista sua estrutura salarial (AUC/OECD (2018).

⁵² A maioria da população africana não tem acesso a serviços básicos, como água e eletricidade, mas tem acesso à internet móvel e a telefones celulares (*smart phones*).

A qualidade e disponibilidade de insumos (matérias-primas e equipamentos), ou seja, as redes de fornecedores, são cruciais para o setor industrial. A integração regional africana aumenta a disponibilidade de insumos. Além disso, o mercado para negócios (business-to-business market) na África está crescendo, gerando redes (SIGNÉ, 2018).

O reduzido tamanho dos mercados domésticos e a baixa renda da população (cujo consumo se restringe muitas vezes a itens de primeira necessidade) restringem o crescimento industrial dos países da África subsaariana. Assim, um caminho promissor é o comércio regional intra-africano de bens manufaturados (que aumenta o mercado consumidor) estimulado pela derrubada de barreiras ao comércio, pela coordenação regulatória entre os países e pela melhora das estruturas de financiamento e da infraestrutura (transporte, energia e internet). O mercado intra-africano promove a diversificação da economia e melhora a competitividade das exportações de bens manufaturados, além de favorecer a fruição de economias de escala e o aproveitamento de sinergias entre os países (SIGNÉ, 2018). Ademais, a indústria gera empregos mais bem pagos, aumentando a renda das famílias e o consumo de bens manufaturados. A renda das famílias na África está crescendo e a população está cada vez mais concentrada nas cidades, gerando um mercado consumidor para bens manufaturados (em especial, *smart-phones*, *tablets* e computadores, alimentos processados, bebidas, eletrodomésticos, vestuário e calçados) (SIGNÉ, 2018).

Os investimentos diretos estrangeiros no setor industrial da África, apesar de baixos, estão crescendo rapidamente e, atualmente, respondem por um terço dos investimentos diretos estrangeiros totais, perdendo apenas para o setor de petróleo e gás. Grande parte desses investimentos é formada por firmas asiáticas (em especial chinesas), que fogem dos crescentes salários na Ásia oriental. Além disso, muitas empresas asiáticas financiam zonas econômicas especiais na África. No entanto, a despeito do crescimento dos investimentos asiáticos, a Europa é ainda a principal fonte de investimentos diretos estrangeiros na África e, tendo em vista o bônus demográfico no continente, os investimentos ocidentais em indústrias intensivas em trabalho estão aumentando. Igualmente, os investimentos intrarregionais no setor industrial estão crescendo, e sua produção é direcionada ao mercado africano (contrariamente dos investimentos oriundos de outros continentes). Contudo, o investimento direto estrangeiro no setor manufatureiro na África está concentrado em poucos países e em alguns poucos empreendimentos (SIGNÉ, 2018).

A crescente vantagem competitiva da África na manufatura decorre de seu dividendo demográfico em curso e da abundância de recursos naturais, razão pela qual haverá mais oportunidades de investimentos concentrados em indústrias intensivas em trabalho de baixo custo e reduzida qualificação (a mão de obra africana é, em geral, pouco qualificada, levando à importação de mão de obra especializada para postos que exigem qualificação) ou que utilizam *commodities* como insumos. Ou seja, dotações de recursos e o tamanho dos mercados consumidores e de trabalho geram oportunidades de investimentos, as quais são influenciadas também pelas políticas relativas aos investimentos (SIGNÉ, 2018).

Assim, tendo em vista o aumento do custo do trabalho em outras regiões do mundo, a África pode se industrializar futuramente, baseada em salários cada vez mais baixos, em razão do aumento da população economicamente ativa. Contudo, conforme afirmado, há uma tendência de se substituir a mão de obra não qualificada em indústrias intensivas em trabalho por capital poupador de mão de obra. Além disso, em geral, ainda não se concretizaram as fundações econômicas e políticas que ensejem a industrialização no continente. Por outro lado, as exportações de bens manufaturados de baixa tecnologia caíram, entre 2000 e 2010, de tal forma que a indústria relacionada à extração de recursos naturais domina, tornando a economia vulnerável a choques de preço (SIGNÉ, 2018).

Assim, o setor manufatureiro na África poderá crescer baseado: a) na crescente força de trabalho de custo cada vez mais baixo; b) no mercado consumidor urbano em rápido crescimento; c) nas dotações agrícolas e de recursos naturais; c) nas economias de escala provocadas pela integração nas comunidades econômicas regionais; d) no crescente gasto público em educação e infraestrutura⁵³ (SIGNÉ, 2018); e) na atração de investimentos estrangeiros, integrando as indústrias domésticas nas cadeias de valor global; e f) no desenvolvimento de ligações a montante e a jusante com o resto da economia.

Por fim, o crescimento industrial depende de três níveis de políticas: macro, meso e micro. No nível macro, destacam-se a proteção de direitos de propriedade, medidas macroeconômicas, medidas estabilizadoras que enfrentem a volatilidade dos preços de *commodities*, políticas que geram intermediação financeira eficiente entre poupança e

⁵³ Os países membros da União Africana se comprometeram a realizar grandes investimentos em infraestrutura (ferrovias, óleo/gasodutos, cabos de banda larga, aeroportos e portos), com vistas à integração regional, ao aumento da participação do comércio intrarregional no comércio total (dos atuais 11% para 50%, em 2045) e, consequentemente, ao incremento de exportações de manufaturados, dado o imenso mercado consumidor africano (1,2 bilhões de pessoas) (SIGNÉ, 2018).

investimento, taxas de câmbio competitivas (que determinam a capacidade de a indústria concorrer com outros países). Tais medidas são neutras, ou seja, são aplicadas sobre todos os setores da economia, inclusive a indústria. Contudo, elas não são suficientes para garantir o desenvolvimento industrial. (UNIDO, sd)

O nível meso consiste em políticas seletivas, desenhadas especificamente para desenvolver regiões e setores-chave da indústria, criando vantagens comparativas destes setores (UNIDO, sd).

No nível micro, busca-se corrigir as falhas de mercado e promover a competitividade do setor privado, desenvolvendo estratégias para as firmas nas cadeias de valor, atualizando os fornecedores e clientes. Entre as falhas de mercado, que impedem as firmas de operar de forma mais eficiente, destacam-se baixos níveis de conhecimento, modelos de negócio inapropriados, pouco investimento em habilidades, rotinas ineficientes, inserção em mercados não lucrativos, design inadequado do produto e emprego de tecnologias defasadas (UNIDO, sd).

5.7.Serviços

Nos países de renda média-alta, a participação da indústria no valor adicionado é elevada, enquanto nos países de renda alta ela é menor, porque, após o ápice da produção manufatureira, ocorre uma desindustrialização rumo a serviços altamente especializados e de maior valor agregado, provocada pelo crescimento da renda, pelas mudanças tecnológicas, pela transferência da produção industrial para países asiáticos e por políticas macroeconômicas errôneas (MARCONI; REIS; ARAÚJO, 2014). Nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, manufatura e serviços crescem mais do que agricultura, mas os serviços geram mais empregos e produto do que a indústria nas economias avançadas (GHANI; O'CONNELL, 2016).

Confirmando a tendência global, na África, o setor de serviços está crescendo (4,6 % ao ano) (UNCTAD, 2015) e responde por 57% do PIB, em 2011 (tabela 3). No continente, o comércio (varejista e atacadista), restaurantes e hotéis corresponderam a 14,5% do PIB, transporte, armazenamento e comunicações, a 9,2%, e outros serviços responderam por 25,2% do PIB. Entre 2009 e 2012, o setor de serviços era responsável por 32,4% dos empregos na África, com elevado contingente de trabalhadores informais, embora menos intensivo em trabalho do que o setor agrícola (UNCTAD, 2015).

Assim, na África subsaariana, o emprego na agricultura (que é declinante e cuja produtividade é baixa) vem migrando, em sua maior parte, para o setor de serviços (que, em geral, é protegido da competição internacional e apresenta baixa produtividade, especialmente nas atividades informais) e não para a indústria (CADOT et al, 2016). A participação da indústria no emprego total (11% em 2019) (tabela 2) está estagnada, e a parcela da indústria no PIB vem declinando (de 35,3%, em 1981, para, 30,4% em 2011) (tabela 3). Assim, os países africanos vêm padecendo de desindustrialização precoce, concomitantemente à expansão do setor de serviços. O problema consiste no fato de que o setor de serviços não levaria ao crescimento da produtividade tanto quanto a indústria e propiciaria menos efeitos de transbordamento (inovações, incorporação de tecnologias, ligações verticais e horizontais), menor criação de empregos formais e menor sofisticação da pauta exportadora (UNCTAD, 2015). Além disso, parcela do setor de serviços geraria menos empregos para mão de obra pouco qualificada do que o setor manufatureiro, uma vez que parte do setor de serviços é mais intensiva em habilidades do que as tarefas de montagem típicas das indústrias dos países em desenvolvimento (BACCINI et al, 2021).

Contudo, ao contrário da alegação de que o setor de serviços tem baixa produtividade e pouca inovação, ele também (e não apenas a indústria) pode ser dinâmico e gerar crescimento e bons empregos, além de que o crescimento econômico baseado nos serviços tem menor impacto ambiental. Por outro lado, a indústria se tornou mais intensiva em capital, em função da mudança tecnológica, razão pela qual gera menos empregos (GHANI; O'CONNELL, 2016).

Assim, um setor de serviços comercializáveis moderno (transporte, armazenamento, comunicação, financeiro e serviços a empresas), dinâmico e inovador apresenta crescimento da produtividade comparável (ou até mesmo superior) ao da manufatura, é motor do crescimento (ao lado da manufatura), ostenta fortes ligações com o setor industrial e apresenta retornos crescentes (diversamente, os serviços não modernos, tais como restaurante, governo, educação, saúde e serviços pessoais, apresentam produtividade baixa e estagnada). E, embora o setor manufatureiro na África gere os maiores multiplicadores⁵⁴, grande parte das ligações do setor é apropriado pelos países estrangeiros: diversamente, a ligação com o setor de serviços é capturada por empresas nacionais (OWUSU; SZIRMAI; FOSTER-MCGREGOR, 2020).

⁵⁴ O multiplicador do produto calcula o valor total da produção de todos os setores de uma economia que é necessário para satisfazer a demanda final de um dólar por um produto de um setor particular (OWUSU; SZIRMAI; FOSTER-MCGREGOR, 2020).

Além disso, o consumo nos países desenvolvidos incide mais sobre serviços do que sobre bens manufaturados, o que gera maiores oportunidades naquele setor (GHANI; O'CONNELL, 2016). Por fim, a tecnologia e a inovação no setor de serviços estão aumentando sua produtividade e complementariedade com outros setores. Com efeito, o crescimento da produtividade no setor manufatureiro [e de *commodities*] é propiciado por serviços utilizados como insumos na indústria [e no setor de bens primários], internamente e nas cadeias regionais e globais de valor (OWUSU; SZIRMAI; FOSTER-MCGREGOR, 2020).

Nesse sentido, o setor de serviços contribui para a produtividade e crescimento econômico: um setor financeiro eficiente garante acesso a capital pelas firmas e sua alocação para onde for mais lucrativo; serviços de negócio eficientes (consultoria, contabilidade, serviços jurídicos) reforçam o cumprimento dos contratos e a proteção dos direitos de propriedade e reduzem os custos de transação; serviços de telecomunicação eficientes servem de insumos, de mecanismo de transmissão para entrega de serviços de informação e de plataforma de venda para negócios; serviços de transporte eficientes e comércio varejista e atacadista ligam produtores aos consumidores; as tecnologias digitais vêm aproximando firmas industriais com fornecedores e o mercado nacional e internacional; fornecimento consistente de energia evita a interrupção da produção e a ociosidade dos ativos. Em suma, a competitividade do setor manufatureiro e da agricultura depende de um setor de serviços eficiente (OWUSU; SZIRMAI; FOSTER-MCGREGOR, 2020), o que é corroborado pela constatação de que há uma relação significativa e positiva entre desempenho dos serviços industriais (eficiência técnica e disponibilidade de serviços de qualidade) e a produtividade das empresas manufatureiras (OWUSU; SZIRMAI; FOSTER-MCGREGOR, 2020). Com efeito, há complementariedade entre serviços e indústria: os serviços servem de insumos para a indústria, no âmbito nacional, regional e global, assim como a indústria fornece insumos ao setor de serviços (60% do comércio mundial são constituídos por bens e serviços intermediários, que são incorporados aos bens e serviços fornecidos ao consumidor final) (UNCTAD, 2015).

Assim, o setor de serviços é indispensável para aumentar a produtividade das indústrias e do setor agrícola, por meio de ligações para frente e para trás entre os três setores, o que leva à transformação estrutural, diversificação e crescimento econômico. Para explorar esse potencial, é necessário reduzir a informalidade, implementar estratégias de desenvolvimento, explorar as ligações entre o setor de serviços e o de indústria e agrícola, e fomentar a inserção dos prestadores de serviço nas cadeias regionais e globais de valor de bens e serviços (UNCTAD, 2015).

O crescimento do setor de serviços é impulsionado, através do lado da demanda, pelo crescimento da renda (dada a elevada elasticidade-renda da demanda por serviços), pelo crescimento populacional e da classe média, pela urbanização (UNCTAD, 2015) e pela demanda dos demais setores por insumos de serviços (OWUSU; SZIRMAI; FOSTER-MCGREGOR, 2020).

Na maioria dos países africanos, o setor de serviço é direcionado mais ao mercado doméstico do que às exportações (UNCTAD, 2015) e considera-se que os serviços não são comercializáveis, porque é necessária interação face a face entre comprador e vendedor do serviço e muitas vezes *in loco*. Contudo, com a tecnologia de comunicação, os serviços podem ser comercializados internacionalmente da mesma forma que os bens físicos. Além disso, o custo da comercialização de serviços caiu drasticamente com a digitalização, e os serviços estão menos sujeitos a barreiras alfandegárias ou logísticas. Tudo isso contribuiu para um aumento muito maior do comércio global de serviços do que o de bens. Ademais, inovações na comunicação e transportes permitiram a inserção de serviços nas cadeias de fornecimento global de serviços ou de bens manufaturados. (GHANI; O'CONNELL, 2016). A globalização de serviços permite a especialização e gera oportunidades de os países subdesenvolvidos se desenvolverem (GHANI; O'CONNELL, 2016).

Em 2012, as exportações de serviço africanas constituíram somente 2,2% das exportações de serviço globais e 4% das importações mundiais⁵⁵, mas tanto importação quanto exportação vêm apresentando elevados crescimentos nos últimos anos (UNCTAD, 2015). Esse crescimento está associado à liberalização do setor de serviços e ao aumento da demanda ligada ao crescimento econômico (UNCTAD, 2015). Por sua vez, o comércio internacional de bens e serviços induz o aumento da produtividade em razão da competição com fornecedores estrangeiros, promove acesso à tecnologia e novos conhecimentos e gera oportunidades para especialização e economias de escala (GHANI; O'CONNELL, 2016).

A diversificação em serviços tem grande potencial de geração de empregos na África, a exemplo de turismo, comércio digital, negócios digitais, serviços de saúde e educação, os quais são beneficiados pelo melhoramento do transporte e tecnologias de informação e comunicação, que elevam a produtividade e a comercialidade de muitos serviços. No entanto, o setor de

⁵⁵ O fato de as importações de serviço superarem as exportações não é necessariamente um problema: elevadas importações podem ser resultado do crescimento doméstico, que aumenta a demanda por insumos estrangeiros; baixas exportações podem refletir o direcionamento dos serviços para o mercado doméstico, ao invés do mercado internacional, em razão da elevada demanda nacional (UNCTAD, 2015).

serviços é heterogêneo: algumas empresas apresentam intensidade de habilidades, comercialidade e crescimento da produtividade, tal como se dá no setor manufatureiro: outras não logram obtê-los. Os serviços que requerem maiores habilidades e ostentam maior crescimento da produtividade são educação, finanças, saúde, serviços de negócio, serviços públicos, entre outros; o grupo de atividades que dependem de menos habilidades e apresentam pequeno crescimento da produtividade compreende transporte, comércio, atividades relacionadas à distribuição, acomodação e serviços domésticos (BACCINI et al, 2021)⁵⁶.

Associada à pouca qualificação em alguns tipos de serviços está a informalidade. Na África, a economia informal colabora com 50 a 80% do PIB e 60 a 80% dos empregos, tendo em vista que o setor formal (público e privado) não é capaz de oferecer emprego para grande parte da população. A maior parte dessas empresas informais é de pequeno e médio porte e pertence ao setor de serviços (notadamente, comércio varejista e atacadista, restaurantes, transportes e finanças, atividades que têm reduzida necessidade de capital e baixas barreiras à entrada). Elas apresentam reduzida produtividade, têm baixo acesso a bens públicos e a conta bancária e crédito, e seus empregados recebem baixos salários e têm pouca proteção legal (POWELL, 2017). Assim, é necessário integrar o setor de serviços informal no setor formal, para aumentar a produtividade e o emprego de qualidade e gerar crescimento econômico (AKROUT; NASRAOUI, 2019). Contudo, elevados impostos e regulação excessiva são fatores que levam à informalidade (POWELL, 2017). Por outro lado, o setor informal fornece insumos para prestadores de serviço do setor formal e para a indústria e oferece serviços ao consumidor final (POWELL, 2017) de forma mais barata do que o setor formal, que está sujeito a regulações e tributação.

A UNCTAD (2015) faz as seguintes recomendações para o setor de serviços na África: a) implementação de políticas para criar e aproveitar complementariedades entre os setores de serviço e manufatureiro. Os primeiros (tecnologia de informação e comunicação, finanças, infraestrutura, distribuição, logística) geram efeitos de transbordamento sobre outros setores da economia; b) regulação e políticas para os serviços de infraestrutura direcionadas para enfrentar falhas de acessibilidade, qualidade e competição, as quais tornam os serviços de infraestrutura caros e de baixa qualidade, com implicações sobre os custos das exportações de manufaturados

⁵⁶ Baccini et al (2021) concluem que há uma forte associação positiva entre serviços de alta qualificação e desenvolvimento econômico, ao passo que os serviços de baixa qualificação estão correlacionados com reduzido desenvolvimento econômico.

e *commodities* e, portanto, sobre sua competitividade; c) o Estado deve aproveitar o potencial oferecido pelo dividendo demográfico (traduzido na maior oferta de trabalho, mais poupança e investimentos), qualificando a mão de obra (treinamento técnico e educação superior), com vistas a aproveitar as oportunidades de exportação de serviços de maior valor agregado para outros países africanos (tendo em vista que os produtos e serviços comercializados dentro do continente são mais sofisticados do que os exportados para o resto do mundo, concentrado em *commodities*) e a participar nas cadeias global e regional de valor de bens e serviços; d) harmonizar e coordenar políticas e regulações do setor de serviços entre os níveis nacional, regional e global; e) formalizar as empresas prestadoras de serviços: a elevada informalidade nos países africanos (50-80% do PIB) reduz a produtividade, o desenvolvimento e o comércio de serviços: um sistema tributário eficaz e justo, a redução da corrupção e de encargos regulatórios, o fornecimento de serviços de apoio a pequenas empresas, o melhor acesso ao crédito e instituições públicas eficientes favorecem a formalização das empresas; f) promover a concorrência do sistema financeiro e melhorar a regulação do setor, reduzindo assimetrias de informação e risco moral e promovendo inclusão financeira; g) redução da burocracia e a facilitação dos investimentos estrangeiros, instituições mais modernas, e outras medidas para reduzir falhas de governo e de mercado (GHANI; O'CONNELL, 2016).

6. CONCLUSÃO

Não há consenso na literatura sobre a existência da maldição dos recursos naturais e as condições em que ela se manifesta, mormente porque subsiste discussão acerca da singularidade da indústria como motor de crescimento e modernização econômica. Para os adeptos da teoria das vantagens comparativas, o país deve se concentrar na produção e exportação de bens e serviços produzidos de forma mais eficiente, sejam eles *commodities*, serviços ou bens manufaturados. Nesse sentido, argumenta-se que, com as modernas tecnologias, o setor primário e de serviços (e não apenas a indústria) também gera inovações tecnológicas, externalidades positivas e aumento da produtividade, que se irradiam para o resto da economia. Para os estruturalistas, contudo, somente a indústria teria tais características.

A despeito dessas divergências, inúmeros estudos constatarem a existência da maldição dos recursos naturais, consumada por meio de diferentes canais de transmissão. Entretanto, há pesquisas que concluem em sentido contrário. Por sua vez, para grande parte da literatura, a maldição de recursos naturais se manifesta na interação entre instituições de má qualidade e o tipo de recurso natural (recursos saqueáveis, de fonte pontual ou não renováveis) ou entre características dos países e tipo de recurso natural. Dependendo dessas características, as interações geram *rent-seeking*, corrupção, autoritarismo e conflitos, com prejuízo ao desempenho econômico. Por outro lado, discute-se se os canais econômicos da maldição (notadamente, doença holandesa, deterioração dos termos de troca) também influenciam o desempenho econômico.

Dessa forma, se a dependência de poucos recursos naturais é causa do atraso econômico e disfunções políticas, a principal solução para esse problema, além da melhoria institucional e de outras medidas elencadas na subseção 3.11, é diversificar a produção e a pauta exportadora.

No entanto, mesmo que se entenda inexistente a maldição, a especialização na produção e exportação de alguns poucos bens, de baixa sofisticação, é prejudicial ao crescimento econômico, seja porque tais bens têm reduzido valor agregado e produtividade, seja porque a economia nacional, nessas condições, fica sujeita às amplas oscilações dos preços e da demanda no mercado global de *commodities*, o que gera instabilidade macroeconômica e baixos investimentos. A diversificação produtiva e sofisticação dos bens e serviços produzidos, ou

seja, a complexidade econômica, estão positivamente correlacionadas ao crescimento econômico.

Assim, para se desenvolver, os países da África subsaariana, dependentes da produção e exportação de alguns poucos bens primários, devem diversificar e sofisticar sua produção, nos três setores (agricultura, indústria e serviços), partindo e tirando proveito de suas vantagens comparativas em *commodities* (mas não se limitar a elas).

Para desenvolver os três setores, são, de modo geral, necessários: ambiente macroeconômico, regulatório e institucional favorável, políticas industriais e comerciais, investimentos em infraestrutura, capital humano (educação e saúde), tecnologia e competências, integração regional (intra-africana), com vistas a aumentar o mercado consumidor, a se valer da economias de escala (especialmente de bens manufaturados e serviços) e a aproveitar as complementariedades entre as economias africanas, integrar a produção nas cadeias regionais e globais de valor e propiciar acesso a financiamentos e a novas tecnologias. O crescimento populacional, da renda e a urbanização nos países africanos são fonte de demanda interna e regional por bens e serviços, e o bônus demográfico tenderá a gerar mão de obra abundante e barata, que eleva a competitividade na produção de bens e serviços de reduzido conteúdo tecnológico e intensivo em trabalho, ainda que, por ora, os custos salariais na África sejam elevados comparativamente a países com renda semelhante.

Na agricultura, o desafio é reduzir a insegurança alimentar, endêmica na África subsaariana. Embora as culturas destinadas às exportações possam competir com as culturas de subsistência por terra e trabalho, se as receitas de exportação de bens agrícolas forem bem empregadas (para aquisição de bens de capital, que geram crescimento econômico, ou de alimentos), não há prejuízo à segurança alimentar. Contudo, os preços mundiais de alimentos estão aumentando, e a África é altamente dependente de importação de alimentos, de tal sorte que, para reduzir a vulnerabilidade a choques de preços e contornar a escassez de divisas, deve-se buscar a autossuficiência na produção desses itens, especialmente por indivíduos que cultivam para autossubsistência. Outro desafio consiste na promoção da revolução verde (aumento da produtividade agrícola com base em avanços técnicos), que aumenta a disponibilidade de alimentos para consumo interno e externo. Além disso, o aumento da produtividade agrícola torna mais barato os alimentos consumidos por trabalhadores da indústria (consequentemente, mantém os salários baixos), libera mão de obra do setor agrícola para a indústria e aumenta as rendas dos agricultores, que consomem bens manufaturados.

A indústria da África subsaariana pode se desenvolver por três caminhos, não excludentes entre si: a) a partir de ligações com o setor de *commodities* (ligações fiscais, de consumo e desenvolvimento de ligações a jusante – indústria processadora de *commodities* – e a montante – indústria fornece insumos para o setor de *commodities*); b) aumentando progressivamente a complexidade do setor industrial, partindo do processamento de *commodities* e indústrias intensivas em trabalho e de baixo conteúdo tecnológico – tais como têxteis e vestuários - para atividades mais sofisticadas e de maior conteúdo tecnológico, conforme as firmas adquiram progressivamente novas capacidades (por meio da prática), próximas às já utilizadas na produção corrente; c) por meio de integração regional, que aumente o mercado consumidor de bens manufaturados. É necessária também a redução da informalidade, com vistas ao aumento da produtividade.

As mesmas considerações podem ser feitas em relação ao setor de serviços: deve-se buscar o fornecimento de serviços mais intensivos em capacidades, que apresentam maior produtividade e valor agregado, conforme as firmas e trabalhadores africanos acumulem conhecimentos, habilidades e capacidades. Deve-se promover ligações a montante e a jusante entre setor de *commodities* e industrial e o setor de serviços. Ademais, propõe-se que as empresas se valham do grande mercado consumidor africano, propiciado pela integração regional a ser intensificada.

Deve-se, por fim, explorar a complementariedade entre os três setores: produtos primários, industriais e serviços servem de insumos uns dos outros, de tal forma que o desenvolvimento de cada um deles (notadamente, serviços de infraestrutura, tecnologia de informação e comunicação, finanças, logística, maquinário, equipamentos de informática) aumenta a produtividade dos demais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEMOGLU, D; JOHNSON, S; ROBINSON, J. Reversal of fortune: geography and institutions in the making of the modern world income distribution. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 117, n. 4, pp. 1231-1294, nov. 2002. Disponível em <https://economics.mit.edu/sites/default/files/publications/reversal-of-fortune.pdf>. Acesso em 12/03/2023.
- ACEMOGLU, D; ROBINSON, J. Why is Africa poor? **Economic History of Developing Regions**, v. 25 (1), 2010. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/233312698_Why_is_Africa_Poor. Acesso em 12/03/2023.
- ACEMOGLU, D; NAIDU, S; RESTREPO, P; ROBINSON, J. **Democracy does cause growth**. Mar.2014. NBER Working Paper series 20004. National Bureau of Economic Research. Disponível em https://www.nber.org/system/files/working_papers/w20004/w20004.pdf. Acesso em 31 jul.2022.
- AHMADOV, A. Oil, democracy, and context: a meta-analysis. **Comparative Political Studies** 2014, vol. 47, p. 1238–1267, jul.2013. Disponível em <http://cps.sagepub.com/content/47/9/1238>. Acesso em 24 ago.2022.
- AKROUT, Z; NASRAOUI, M. Service economy and employment opportunities in african countries. **International Journal of Research in Technology and Management**, vol. 5 issue 5, p. 21-26, oct. 2019. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/338006760_SERVICE_ECONOMY_AND_EMPLOYMENT_OPPORTUNITIES_IN_AFRICAN_COUNTRIES/link/5df9f06b4585159aa48504bf/download. Acesso em 08 ago.2022.
- ALEXIOU, C; TSALIKI, P. An empirical investigation of Kaldor's growth laws: evidence from the mediterranean region. **The Indian economic jornal**, p. 144-154, oct.2010. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/318354715_An_Empirical_Investigation_of_Kaldor's_Growth_Laws_Evidence_from_the_Mediterranean_Region. Acesso em 25 nov.2022.
- ALTENBURG, T. **Migration of Chinese manufacturing jobs do Africa: myth or reality?** mar.2019. Disponível em <https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2019/03/05/migration-of-chinese-manufacturing-jobs-to-africa-myth-or-reality/>. Acesso em 24 nov.2022.
- AUC/OECD. **Dinâmicas do desenvolvimento em África 2018: crescimento, emprego e desigualdades**. AUC, Addis Ababa/OECD Publishing, Paris, 2018. Disponível em https://au.int/sites/default/files/documents/35488-doc-africas_development_dynamics_report_2018-pot.pdf. Acesso em 04 nov.2022.
- AUSTIN, G; FRANKEMA, E; JERVEN, M. Patterns of Manufacturing Growth in Sub-saharan Africa: from colonization to the presente. In: O ' ROURKE, K; WILLIAMSON, J. **The spread of modern industry to the periphery since 1871**. Oxford: Oxford University Press, 2017. cap. 14, p. 345-373. Disponível em

- <https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/46339/9780198753643.pdf?sequence=1>. Acesso em 05 nov.2022.
- AUTY, R. **Sustaining development in mineral economies**: the resource curse thesis. London and New York: Routledge, 1993.
- BACCINI, L; FIORINI, M; HOEKMAN, B; SANFILIPPO, M. **Services and economic development in Africa**. Aug.2021.Working Paper. International Growth Center. Disponível em <https://www.theigc.org/wp-content/uploads/2021/09/Baccini-et-al-August-2021-Working-paper.pdf>. Acesso em 08 ago.2022.
- BAD; OCDE; PNUD, CEA (Banco Africano de Desenvolvimento, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Comissão Económica para África). **Perspectivas económicas em África 2013**: transformação estrutural e recursos naturais. 2013. Disponível em https://www.oecd-ilibrary.org/development/perspectivas-economicas-em-africa-2013-versao-condensada_9789264200562-pt. Acesso em 08 nov.2022.
- BADEEBA, R; LEANA, H; CLARKB, J. The evolution of the natural resource curse thesis: a critical literature survey. **Resources Policy** 51, p.123–134, 2017. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Ramez-Badeeb/publication/301627965_The_Evolution_of_the_Natural_Resource_Curse_Thesis_A_Critical_Literature_Survey/links/58522f3808ae95fd8e1b2535/The-Evolution-of-the-Natural-Resource-Curse-Thesis-A-Critical-Literature-Survey.pdf. Acesso em 07 set.2022.
- BASEDAU, M. **Context matters**: rethinking the resource curse in sub-saharan Africa. May, 2005. GIGA Working Papers, No. 1, German Institute of Global and Area Studies (GIGA), Hamburg. Disponível em <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/182544/1/giga-wp01.pdf>. Acesso em 26 maio.2022.
- BERTHÉLEMY, J; SÖDERLING, L. **The role of capital accumulation, adjustment and structural change for economic take-off**: empirical evidence from african growth episodes. Jul.1999. Working Paper No. 150. OECD Development Centre. Disponível em http://www.cepii.fr/PDF_PUB/wp/1999/wp1999-07.pdf. Acesso em 15.nov.2022.
- BHORAT, H; KANBUR, R; ROONEY, C; STEENKAMP, F. **Sub-Saharan Africa's manufacturing sector**: building complexity. May.2017. Working Paper Series N° 256, African Development Bank. Disponível em https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/WPS_No_256_Manufacturing_Employment-Complexity_Analysis_Zc_.pdf. Acesso em 12 ago.2022.
- BLAIR, G; CHRISTENSEN, D; RUDKIN, A. **Do commodity price shocks cause armed conflict?** A meta-analysis of natural experiments. Sep.2020. ESOC Working Paper No. 21. Empirical Studies of Conflict Project. Disponível em <http://esoc.princeton.edu/wp21>. Acesso em 28 ago.2022.
- BLOMBERG, S; BROUSSARD, N; HESS, G. New wine in old wineskins? Growth, terrorism and the resource curse in sub-Saharan Africa. **European Journal of Political Economy**, v. 27, supplement 1, p. S50-S63, dec. 2011. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0176268011000577#!>. Acesso em 17 nov.2022.
- BOSCHINI, A; PETTERSSON, J; ROINE, J. Resource curse or not: A question of appropriability. **Scandinavian Journal of Economics**, sep.2007. Disponível em

https://www.researchgate.net/publication/227715392_Resource_Curse_or_Not_A_Question_of_Appropriability/link/5aa5828b0f7e9badd9ab59a9/download. Acesso em 09 jun.2022.

BOURGUIGNON, F. **Commodity price volatility, poverty, and growth inclusiveness**

in sub-saharan african countries. Disponível em

<https://www.elibrary.imf.org/view/book/9781616353797/ch011.xml>. Acesso em 09 set.2022.

BRESSER-PEREIRA, L; MARCONI, N; OREIRO, J. Doença holandesa. In: **Structuralist Development Macroeconomics**, London: Routledge. Cap. 5. No prelo. Disponível em

<http://www.bresserpereira.org.br/papers-cursos/Cap.5-DutchDisease.pdf>. Acesso em 03 set.2022.

BRIGHAM, A. Agricultural exports and food insecurity in sub-saharan africa: a qualitative configurational analysis. **Development Policy Review**, 29 (6): p. 729-748, nov.2011. Disponível em

https://www.researchgate.net/publication/228241057_Agricultural_Exports_and_Food_Insecurity_in_Sub-Saharan_Africa_A_Qualitative_Configurational_Analysis. Acesso em 12 jul.2022.

BRUNNSCHWEILER, C; BULTE, E. **The resource curse revisited and revised:** a tale of paradoxes and red herrings. Dec.2006. Economics Working Paper Series, No. 06/61. CER-ETH - Center of Economic Research, Zurich, Disponível em

<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/171504/1/wp-06-061.pdf>. Acesso em 07 set.2022.

CADOT, O; MELO, J; PLANE, P; WAGNER, L; WOLDEMICHAEL, M. **Industrialisation and structural change:** can sub-saharan Africa develop without factories? Jun.2016.

Working Paper 143. Fondation pour les Études et Recherches sur le Développement International Disponível em <https://ferdi.fr/dl/df-jcZweRf13yF7RpT9JRhkuDVT/ferdi-p143-industrialisation-and-structural-change-can-sub-saharan-africa.pdf>. Acesso em 28 jul.2022.

CARMIGNANI, F; CHOWDHURY, A. **Why are natural resources a curse in Africa, but not elsewhere?** Disponível em <http://www.uq.edu.au/economics/abstract/406.pdf>. Acesso em 17 nov.2022.

CAVALCANTI, T; MOHADDES, K; RAISSI, M. **Commodity price volatility and the sources of growth.** Jan.2011. IMF Working Paper WP/12/12. International Monetary Fund. Disponível em

<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2012/wp1212.pdf>. Acesso em 08 jun.2022.

CAVALCANTI, T; MOHADDES, K; RAISSI, M. **Growth, development and natural resources:**

new evidence using a heterogeneous panel analysis Apr.2011. Disponível em

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1505311. Acesso em 13 set.2022.

CEGLOWSKI, J; GOLUB, S; MBAYE, A; PRASAD, V. **Can Africa compete with China in manufacturing?** The role of relative unit labor costs. Mar.2015. Disponível em

https://www.researchgate.net/publication/285055750_Can_Africa_Compete_with_China_in_Manufacturing_The_Role_of_Relative_Unit_Labor_Costs. Acesso em 24 nov.2022.

- CHANG, H. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: ed. Unesp, 2004.
- CHANG, H. Policy space in historical perspective – with special reference to trade and industrial policies. **Economic and Political Weekly**, v. 41, jan. 2006. Artigo publicado na Tufts University, oct, 2005. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/228392055_Policy_Space_in_Historical_Perspective_with_Special_Reference_to_Trade_and_Industrial_Policies. Acesso em 12/02/2023.
- CHANG, H. **Is industrial policy necessary and feasible in africa?** Theoretical considerations and historical lessons. Jun.2013. Working paper JICA/IPD Africa Task Force Meeting Yokohama. Disponível em https://www.jica.go.jp/jica-ri/publication/booksandreports/jrft3q00000029ds-att/Is_industrial_policy_necessary_and_feasible_in_Africa,Chang-JICA_IPD_Working_Papers.pdf. Acesso em 13/02/2023.
- DAUVIN, M; GUERREIRO, D. **The paradox of plenty: a meta-analysis**. Jun.2016. Working Paper 2016-14. Université de Paris Ouest Nanterre La Défense. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/304321512_The_Paradox_of_plenty_A_Meta-Analysis/link/576bdfef08ae3dceb2a39123/download. Acesso em 28 ago.2022.
- DAVIS, G; TILTON, J. The resource curse. **Natural Resources Forum** 29 (2005) p. 233–242, 2005. Disponível em <https://lawweb.colorado.edu/profiles/syllabi/banks/Davis%20%20Tilton%20-%20The%20resource%20curse.pdf>. Acesso em 05 nov.2022.
- DEACON, R; RODE, A. **Rent seeking and the resource curse**. set.2012. Disponível em <https://faculty.econ.ucsb.edu/~deacon/RentSeekingResourceCurse%20Sept%202026.pdf>. Acesso em 03 ago.2022.
- DOUGLAS, S.; WALKER, A. **Coal mining and the resource curse in the eastern United States**. aug.2015. Disponível em http://busecon.wvu.edu/phd_economics/pdf/14-01.pdf. Acesso em 08 nov.2022.
- ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA. **Economic Report on Africa 2007: Accelerating Africa's Development through Diversification**. feb.2007. Disponível em https://repository.uneca.org/bitstream/handle/10855/15490/bib-62063_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 07 ago.2022.
- ENER, M; ARICA, F.
Is the Kaldor's growth law valid for high income economies: a panel study. **RJEI**, v.1, p. 60-64, 2011. Disponível em <https://ojs.journals.cz/index.php/RJEI/article/view/187>. Acesso em 25 nov.2022.
- ERWIN, A. **The resource curse**: an introduction to the literature on its economic and political components. jan.2020. Disponível em <https://www.internationalaffairshouse.org/the-resource-curse-an-introduction-to-the-literature-on-its-economic-and-political-components>. Acesso em 05 nov.2022.
- ESANOV, A. **Economic diversification**: dynamics, determinants and policy implications. Revenue Watch Institute. s.d. Disponível em https://resourcegovernance.org/sites/default/files/RWI_Economic_Diversification.pdf. Acesso em 08 ago.2022.

- FACCARELLO, G. Comparative advantage. In: KURZ; SALVADORI (eds). **The Elgar companion to David Ricardo**, Cheltenham: Edward Elgar, 2015. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Gilbert-Faccarello/publication/290821134_Comparative_Advantage/links/57c7449908ae28c01d4f814d/Comparative-Advantage.pdf. Acesso em 23 jul.2022.
- FITTIPALDI, I; GAMA NETO, R; ARAÚJO, C; COSTA, S. Crescimento econômico, democracia e instituições: quais as evidências dessas relações causais na América Latina? **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 62, p. 115-129, jun. 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/8k8FGcK7D7jhcjvzFrMTBYv/?lang=pt>. Acesso em 01 ago.2022.
- FRANKEL, J. **The natural resource curse: a survey of diagnoses and some prescriptions**. Apr.2012. HKS Faculty Research Working Paper Series RWP12-014. John F. Kennedy School of Government, Harvard University. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/254407482_The_Natural_Resource_Curse_A_Survey_of_Diagnoses_and_Some_Prescriptions/link/5408576b0cf2bba34c2701a4/download. Acesso em 11 jun.2022.
- FRYNAS, J; BUUR, L. The presource curse in Africa: Economic and political effects of anticipating natural resource revenues. **The Extractive Industries and Society**, v.7, e.4, p. 1257-1270, 2020. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2214790X20301568>. Acesso em 17 nov.2022.
- GALA, P. **Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.
- GALA, P; ROCHA, I; MAGACHO, G. The structuralist revenge: economic complexity as an important dimension to evaluate growth and development. **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 38, n.2 (151), p. 219-236, apr-jun.2018. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/325935068_The_structuralist_revenge_Economic_complexity_as_an_important_dimension_to_evaluate_growth_and_development/link/5b2dbca40f7e9b0df5be7ac8/download. Acesso em 23 jul.2022.
- GELB, A. **Economic Diversification in Resource Rich Countries**, s.d. Disponível em <https://www.imf.org/external/np/seminars/eng/2010/afrfin/pdf/Gelb2.pdf>. Acesso em 08 nov.2022.
- GELB, A; RAMACHANDRAN, V; MEYER, C; WADHWA, D; NAVIS, K. Can sub-saharan Africa be a manufacturing destination? Labor costs, price levels, and the role of industrial policy. **Journal of Industry, Competition & Trade**, jun.2020. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/339365149_Can_Sub-Saharan_Africa_Be_a_Manufacturing_Destination_Labor_Costs_Price_Levels_and_the_Role_of_Industrial_Policy. Acesso em 08 nov.2022.
- GHANI, E; O'CONNELL, S. **Can services be a growth escalator in low-income countries?** Jul. 2014. Policy Research Working Paper 6971. World Bank Group. Disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/19352/WPS6971.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 11 ago.2022.
- GONÇALVES, R. A teoria do comércio internacional: uma resenha. Tradução: José Deolindo Menck. **Economia Ensaios**, vol. 12, n. 1, p. 3-20, dezembro 1997. Disponível em

http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magaldi/GEO_ECONOMICA_2019/GEOECON_I_NTERNACIONAL/A%20TEORIA%20DO%20COM%9RCIO%20INTERNACIONAL_resenha.pdf. Acesso em 23 jul.2022.

GRAAFF, J; KESSLER, A; NIBBERING, J. Agriculture and food security in selected countries in Sub-Saharan Africa: diversity in trends and opportunities. **Food Security** (2011) n. 3, p. 195–213, abr. 2011. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/225759516_Agriculture_and_food_security_in_selected_countries_in_Sub-Saharan_Africa_Diversity_in_trends_and_opportunities/link/02e7e529843aaccbfc000000/download. Acesso em 01 jul.2022.

GYLFASON, T. **Natural resources, education and economic development**. Oct.2000. Discussion Paper No. 2594. Centre for Economic Policy Research. Disponível em <https://repec.cepr.org/repec/cpr/ceprdp/Dp2594.pdf>. Acesso em 03 jun.2022.

HAAS, R.; POELHEKKE S. Mining matters: natural resource extraction and firm-level constraints. **Journal of International Economics**, v. 117, p. 109-124, mar. 2019. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S002219961930008X>. Acesso em 30 mai.2022.

HAMMOUDA, H; KARINGI, S; NJUGUNA, A; JALLAB, M. Growth, productivity and diversification in Africa. **J Prod Anal** 33, p.125–146, 2010. Disponível em <https://ir-library.ku.ac.ke/bitstream/handle/123456789/12414/Growth,%20productivity%20and%20diversification%20in%20Africa.pdf?sequence=1>. Acesso em 08 nov.2022.

HAQUE, I. **Rethinking industrial policy**. Apr.2007. Discussion Papers n. 183. United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). Disponível em https://unctad.org/system/files/official-document/osgdp20072_en.pdf. Acesso em 12/02/2023.

HAUSMANN, R; HIDALGO, C; BUSTOS, S; COSCIA, M; SIMOES, A; YILDIRIM, M. **The atlas of economic complexity: mapping paths to prosperity**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology and Center for International Development, Harvard University, 2013. Disponível em https://growthlab.cid.harvard.edu/files/growthlab/files/atlas_2013_part1.pdf. Acesso em 23 jul.2022.

HAVRANEK, T; HORVATH, R; ZEYNALO, A. **Natural resources and economic growth: a meta-analysis**. Jan.2016. IES Working Paper, No. 03/2016. Institute of Economic Studies (IES). Disponível em https://www.econstor.eu/bitstream/10419/174170/1/wp_2016_03_havranek_et_al.pdf. Acesso em 29 ago.2022.

HENRY, A. Transmission channels of the resource curse in Africa: a time perspective. **Economic Modelling**, 82, p. 13-20, 2019. Disponível em <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-03488691/file/S0264999318312343.pdf>. Acesso em 17 nov.2022.

HENRY, P. Natural resources curse: A reality in Africa. **Resources Policy** 63, 101406, 2019. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0301420719300388>. Acesso em 30 mai.2022.

- HOERING, U. **Alternatives to food import dependency**. May.2013. FDCL Policy Paper. Centre for Research and Documentation Chile-Latin America – FDCL. Disponível em https://www.fdcl.org/wp-content/uploads/2013/07/Alternatives-to-Food-Import-Dependency_web2.pdf. Acesso em 13 jul.2022.
- IIMI, A. Escaping from the resource curse: evidence from Botswana and the rest of the world. **IMF Staff Papers**, v. 54, n. 4, p. 633-699, 2007. Disponível em <https://www.elibrary.imf.org/view/journals/024/2008/002/article-A002-en.xml?rskey=YtXWEX&result=4>. Acesso em 17 nov.2022.
- JACKS, D; O'ROURKE, K; WILLIAMSON, J. **Commodity price volatility and world market integration since 1700**. Feb.2009. IIIS Discussion Paper n.284. Institute for International Integration Studies. Disponível em <https://www.tcd.ie/triss/assets/PDFs/iiis/iiisdp284.pdf>. Acesso em 31 maio.2022.
- JACOBSEN, G; PARKER, D. The economic aftermath of resource booms: evidence from boomtowns in the american west. **The Economic Journal**, 126, p. 1092–1128, jun.2014. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/econj.12173>. Acesso em 08 nov.2022.
- JONES, S. **Sub-saharan africa and the “resource curse”**: limitations of the conventional wisdom. 2008. DIIS Working Paper no 2008/14. DIIS · Danish Institute for International Studies. Disponível em <https://www.files.ethz.ch/isn/92331/2008-14.pdf>. Acesso em 15 maio.2022.
- KAPLINSKY, R; MORRIS, M; KAPLAN, D. **A Conceptual overview to understand commodities, linkages and industrial development in Africa**. 2011. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/279489818_A_Conceptual_Overview_to_Understand_Commodities_Linkages_and_Industrial_Development_in_Africa. Acesso em 12 ago.2022.
- KEHO, Y. Manufacturing and economic growth in ECOWAS countries: a test of Kaldor's first law. **Modern Economy**, v.9 n.5, 2018. Disponível em <https://www.scirp.org/journal/paperinformation.aspx?paperid=84461>. Acesso em 24 nov.2022.
- KHAN, M. **Rents, rent-seeking and economic development: an introduction**. Disponível em <https://eprints.soas.ac.uk/9841/1/Introduction.pdf>. Acesso em 02 ago.2022.
- KNUTSEN, C; KOTSADAM, A; OLSEN, E; WIG, T. **Mining and local corruption in Africa**, s.d. Disponível em https://www.duo.uio.no/bitstream/handle/10852/59624/Mining_Local_Corruption_Africa.pdf?sequence=2. Acesso em 05 nov.2022.
- KROPF, A. Resource abundance vs. resource dependence in cross-country growth regressions. **OPEC Energy Review**, p. 107-130, jun.2010. Disponível em http://www.redeconomia.org.ve/redeconomia/admin_redeconomia/uploads/temas%20de%20investigacion/20107191036320a7050287.pdf. Acesso em 07 set.2022.
- KUREČIĆ, P; SEBA, M. **The resource curse in sub-saharan africa**: a reality corroborated by the empirical evidence. Jun.2016. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/303896536_THE_RESOURCE_CURSE_IN_SUB-SAHARAN_AFRICA.

[SAHARAN AFRICA A REALITY CORROBORATED BY THE EMPIRICAL EVIDENCE.](#) Acesso em 15/05/2022.

- LAY, J; MAHMOUD, T. **Bananas, oil, and development:** examining the resource curse and its transmission channels by resource type. Ago.2004. Kiel Working Paper, No. 1218, Kiel Institute for World Economics (IfW). Disponível em <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/3267/1/kap1218.pdf>. Acesso em 28 mai.2022.
- LE BILLON, P. The political ecology of war: natural resources and armed conflicts. *Political Geography* 20 (2001) p. 561–584, 2001. Disponível em <https://blogs.ubc.ca/lebillon/files/2015/01/ecowar.pdf>. Acesso em 04 set.2022.
- LE BILLON, P. Natural resource types and conflict termination initiatives. **colomb.int.**, Bogotá, n. 70, p. 9-34, jul.2009. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-56122009000200002. Acesso em 04 set.2022.
- LIMA, M. **A teoria da maldição dos recursos naturais e a nova agenda de pesquisa.**, s.d. Disponível em http://www.abri.org.br/anais/3_Encontro_Nacional_ABRI/Economia_Politica_Internacional/EPI%205_Marcelo%20Lima%20A%20TEORIA%20DA%20MALDI+%E7+%E2%20DOS%20RECURSOS%20NATURAIS%20E%20A%20NOVA.pdf. Acesso em 01 ago.2022.
- LLOYD, C. The lucky country syndrome in Australia: resources, social democracy, and regimes of development in historical political economy perspective. In: 5ª. CONFERÊNCIA DE HISTÓRIA ECONÔMICA DO URUGUAI, 2011. Disponível em <https://apebh2012.files.wordpress.com/2011/05/lloyd-lucky-country-apebhc.pdf>. Acesso em 15/02/2023.
- LOWITT, S. Current issues and debates in industrial policy – some reflections for the Southern African Customs Union (SACU). **Trade and Industrial Policy Strategies**. Jan.2011. Disponível em https://www.tips.org.za/files/current_issues_and_debates_in_industrial_policy_sandy_lowitt.pdf. Acesso em 13/02/2023.
- MANNING, A. **The resource curse revisited**. 2004. Honors Projects 36. Illinois Wesleyan University. Disponível em https://digitalcommons.iwu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1029&context=econ_honproj. Acesso em 17 nov.2022.
- MARCONI, N; REIS, C; ARAÚJO, E. **O papel da indústria de transformação e das exportações de manufaturas no processo de desenvolvimento dos países de renda média**. Set.2014.Texto para discussão 2006. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3219/1/td_2006.pdf. Acesso em 12 jul.2022.
- MCFERSON, H. Extractive industries and african democracy: can the “resource curse” be exorcised? **International Studies Perspectives**, 11, p. 335–353, 2010. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/229749137_Extractive_Industries_and_African_Democracy_Can_the_Resource_Curse_be_Exorcised. Acesso em 05 nov.2022.

- MERCAN, M; KIZILKAYA, O; OKDE, B. Are the Kaldor's laws valid? Panel data analysis under cross section dependency for NIC countries. **Procedia Economics and Finance** 23, p.140-145, 2015. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/282555150_Are_The_Kaldor's_Laws_Valid_Panel_Data_Analysis_under_Cross_Section_Dependency_for_NIC_Countries. Acesso em 25 nov.2022.
- MIAMO, C; ACHUO, E. "Can the resource curse be avoided? An empirical examination of the nexus between crude oil price and economic growth. **SN Business & Economics**, v. 2(1), p. 1-23, jan.2022. Disponível em https://ideas.repec.org/a/spr/snbeco/v2y2022i1d10.1007_s43546-021-00179-x.html. Acesso em 17 nov.2022.
- MLAMBO, V. Revisiting Africa's under-development through the lens of the dependency theory. **Innovative Issues and Approaches in Social Sciences**, v. 14, nov.2021. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/359025432_Revisiting_Africa's_Under-Development_through_the_Lens_of_the_Dependency_Theory/link/631302f6acd814437ffbaf9/download. Acesso em 13/03/2023.
- MLAMBO, C. Politics and the natural resource curse: Evidence from selected African states. **Cogent Social Sciences**, 8:1, 2035911, feb.2022. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23311886.2022.2035911>. Acesso em 31 mai.2022.
- MORATOYA, E. **Transmissão e volatilidade de preços das commodities agrícolas: soja e milho**. 2014. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014. Disponível em https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/170/o/Elsie_Estela_Moratoya.pdf. Acesso em 27 jul.2022.
- MOSCA, J. Dilemas da agricultura africana. **JANUS anuário de relações exteriores**, p. 178-179, 2010. Disponível em https://www.janusonline.pt/arquivo/popups2010/2010_3_4_12.pdf. Acesso em 09 jul.2022.
- MULWA, R; MARIARA, J. **Natural resource curse in Africa: dutch disease and institutional explanations**. Jun.2016. AGRODEP Working Paper 0029. Disponível em https://akademiya2063.org/publications/agrodep/EN/Working%20papers/Natural%20Resource%20Curse%20in%20Africa-%20Dutch%20Disease%20and%20Institutional%20Explanations_2016_ENG.pdf. Acesso em 17 nov.2022.
- MUNEMO, J. Do African resource rents promote rent-seeking at the expense of entrepreneurship? **Small Business Economics**, v. 58, p.1647–1660, 2022. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/349180090_Do_African_resource_rents_promote_rent-seeking_at_the_expense_of_entrepreneurship. Acesso em 17 nov.2022.
- NAIDOO, K; NDIKUMANA, L. **Unit labor costs and manufacturing sector performance in Africa**, 2020. Working Paper, No. 2020-10, University of Massachusetts. Disponível em <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/227901/1/1727705513.pdf>. Acesso em 25 nov.2022.
- NATH, H. Natural resources, the resource curse and sustainable development. **JOLRC**, v.1, p. 26-45, 2015. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/331260940_Natural_Resources_the_Resource_C

- [urse and Sustainable Development/link/5c6ee62d458515831f650805/download](#). Acesso em 17 nov.2022.
- NUNN, N. The long-term effects of africa's slave trades. **The Quarterly Journal of Economics**, p. 139-176, fev. 2008. Disponível em https://scholar.harvard.edu/files/nunn/files/empirical_slavery.pdf. Acesso em 13/03/2023
- O'BROCHTA, W. A meta-analysis of natural resources and conflict. **Research and Politics**, p. 1-6, jan-mar.2019. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2053168018818232>. Acesso em 25 ago.2022.
- OCAMPO, J; PARRA, M. The terms of trade for commodities in the twentieth century. **CEPAL Review** 79, p. 7-35, apr.2003. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/23746280_The_Terms_of_Trade_for_Commodities_in_the_Twentieth_Century/link/0f31753b42b87e9cd2000000/download. Acesso em 05 set.2022.
- OCAMPO, J; PARRA-LANCOURT, M. The terms of trade for commodities since the mid-19th century. **Revista de Historia Económica / Journal of Iberian and Latin American Economic History**, vol. 28, n.1, p. 11-43, mar.2010. Disponível em <https://pt.booksc.xyz/book/38249370/733f94>. Acesso em 05 set.2022.
- OCHENI, S; NWANKWO, B. Analysis of colonialism and its impact in Africa. **Cross-Cultural Communication**, v. 8, n. 3, p. 46-54, 2012. Disponível em https://www.tralac.org/images/News/Documents/Analysis_of_Colonialism_and_Its_Impact_in_Africa_Ocheni_and_Nwankwo_CSCanada_2012.pdf. Acesso em 13/03/2023.
- OLIVEIRA, J. **Corrupção e crescimento econômico**, s.d. Disponível em https://www.anpec.org.br/encontro/2017/submissao/files_I/i6-133a3e24960de788c9908449c5b7559d.pdf. Acesso em 01/08/2022.
- OYINLOLA, M; ADENIYI, O; RAHEEM, I. Natural resource abundance, institutions and economic growth in Africa. **African J. Economic and Sustainable Development**, v. 4, n. 1, p. 34-48, 2015. Disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2596522. Acesso em 17 nov.2022.
- OWUSU, S; SZIRMAI, A; FOSTER-MCGREGOR, N. **The rise of the service sector in the global economy**. Dez.2020. UNU-MERIT Working Papers. Maastricht Economic and social Research institute on Innovation and Technology (UNU-MERIT). Disponível em <https://www.semanticscholar.org/paper/The-Rise-of-the-Service-Sector-in-the-Global-Owusu-Szirmai/6d700600fc395bcb7e974ff0163f86adc631928a>. Acesso em 30 ago.2022.
- PAMPLONA, J; CACCIAMALI, M. A maldição dos recursos naturais: atualizando, organizando e interpretando o debate. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 27, n.1, p. 129-159, abr.2018. Disponível em <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3619/05Pamplona.pdf>. Acesso em 07 set.2022.
- PAMPLONA, J; FENERICH, J. Desenvolvimento e centralidade da indústria: uma atualização do debate no Brasil. **Desenvolvimento em questão**, v. 14, n. 36, p. 62-98, out-dez.2016. Disponível em <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5452>. Acesso em 05 jul.2022.

- PLOEG, F. **Natural Resources: Curse or Blessing?** Jul.2010. CESifo Working Paper, No. 3125. Center for Economic Studies and ifo Institute (CESifo). Disponível em <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/38934/1/631864989.pdf>. Acesso em 03 ago.2022.
- POWELL, J. **The sub-saharan african services economy: insights and trends.** Jul.2017. Working Paper ID-046. United States International Trade Commission. Disponível em https://www.usitc.gov/publications/332/sub-saharan_african_id-17-046_final_071217sae.pdf. Acesso em 08 ago.2022.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da américa latina e alguns de seus problemas principais. **Estudio económico de la América Latina**, 1949. Disponível em <https://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf>. Acesso em 25 mai.2022.
- ROSS, M. The political economy of the resource curse. **World Politics** 51.2, p. 297-322, jan.1999. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/235737580_The_Political_Economy_of_the_Resource_Curse/link/5411b1a00cf264cee28b50fb/download. Acesso em 10 jun.2022.
- ROSSER, A. **The Political Economy of the Resource Curse: A Literature Survey.** Apr.2006. IDS Working Paper 268. Institute of Development Studies. Disponível em <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/4061/Wp268.pdf>. Acesso em 01 jun.2022.
- SABBADINI, R. **Democracia, desigualdade de renda e crescimento econômico**, s.d. Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/162-08db80d8e57e5b724dfc2a47c2fb1d57.pdf>. Acesso em 01 ago.2022.
- SACHS, J; WARNER, A. **Natural resource abundance and economic growth.** Dec.1995. NBER Working paper 5398. National Bureau of Economic Research. Disponível em https://www.nber.org/system/files/working_papers/w5398/w5398.pdf. Acesso em 20 jun.2022.
- SARI, V; PRASETYANI, D. The impact of the institution on economic growth: an evidence from ASEAN. **Jurnal Ekonomi Pembangunan**, v. 19 (1), p. 19-28, jun.2021. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/352979064_The_Impact_of_the_Institution_on_Economic_Growth_An_Evidence_from_ASEAN/link/60e1c14f299bf1ea9edec58d/download. Acesso em 03 ago.2022.
- SAVOIA, A; SEN, K. 2020. **The political economy of the resource curse: a development perspective.** Oct.2020. WIDER Working Paper Series wp-2020-123. World Institute for Development Economic Research (UNU-WIDER). Disponível em <https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/Publications/Working-paper/PDF/wp2020-123.pdf>. Acesso em 17 nov.2022.
- SCHUMACHER, R. Deconstructing the theory of comparative advantage. **World Economic Review** 2, p. 83-105, 2013. Disponível em <http://wer.worlddeconomicsassociation.org/files/WEA-WER2-Schumacher.pdf>. Acesso em 25 jul.2022.
- SHAHBAZ, M; DESTEK, M; OKUMUSCU, I; SINHA, A. An empirical note on comparison between resource abundance and resource dependence in resource abundant countries.

- Resources Policy** 60 p. 47–55, 2019. Disponível em <https://pt.booksc.org/book/73779571/29976b>. Acesso em 08 set.2022.
- SHAXSON, N. New approaches to volatility: dealing with the ‘resource curse’ in sub-Saharan Africa. **International Affairs** 81, 2, p. 311-324, 2005. Disponível em <https://pt.booksc.org/s/?q=SHAXSON%2C+N.+New+approaches+to+volatility%3A+dealing+with+the+%E2%80%98resource+curse%E2%80%99+in+sub-Saharan+Africa>. Acesso em 12 set.2022.
- SIGNÉ, L. **The potential of manufacturing and industrialization in Africa: trends, opportunities, and strategies**, sep.2018. Disponível em <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2018/09/Manufacturing-and-Industrialization-in-Africa-Signe-20180921.pdf>. Acesso em 25 ago.2022.
- SILVA, V. **O papel da industrialização no pensamento de Raúl Prebisch**. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA & 13ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2017, Niterói. Disponível em <https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/26%20O%20papel%20da%20industrializa%C3%A7%C3%A3o%20no%20pensamento%20de%20Raul%20Prebich.pdf>. Acesso em 15 mai.2022.
- SITOE, T. A nova revolução verde Africana: de que forma ela pode contribuir para erradicar a fome e a pobreza na África? **Revista de extensão e estudos rurais**, v. 1, n.1, p. 239-273, jan-jun. 2011. Disponível em <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3283/1553>. Acesso em 06 jul.2022.
- SOBRAL, E; FERREIRA, M; BESARRIA, C. **Corrupção e os seus efeitos sobre a dinâmica do crescimento econômico regional: uma análise do caso brasileiro**, s.d. Disponível em https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_I/i6-491dee12742cac2c962bafbecf2d12aa.pdf. Acesso em 01 ago.2022.
- SOUZA, A; DA SILVA, D; DILMAN, M; GUEDES, M; LEITE, S. Guerra civil e o desenvolvimento econômico em Angola. **Revista de Economia**, Anápolis, v.7, n.2, p. 1-21, jul./dez. 2011. Disponível em <https://www.revista.ueg.br/index.php/economia/article/view/842>. Acesso em 31 jul.2022.
- STIJNS, J. **Natural resource abundance and human capital accumulation**. Disponível em https://eml.berkeley.edu/~bardhan/e271_f01/oct312.pdf. Acesso em 03 jun.2022.
- TIBA, S; FRIKHA, M. Africa is rich, africans are poor! A blessing or curse: an application of cointegration techniques. **J Knowl Econ** 11, p. 114–139, 2020. Disponível em <https://link.springer.com/article/10.1007/s13132-018-0538-9>. Acesso em 17 nov.2022.
- UNCTAD (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT). **Export diversification and employment**. Geneva, 2018. Disponível em https://unctad.org/system/files/official-document/aldc2018d3_en.pdf. Acesso em 07 ago.2022.
- UNCTAD (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT). **Unlocking the potential of Africa’s services trade for growth and development**. Geneva, 2015. Disponível em https://unctad.org/system/files/official-document/aldcafrica2015_en.pdf. Acesso em 10 ago.2022.

UNCTAD (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT).

Rethinking the foundations of export diversification in Africa: the catalytic role of business and financial services. Geneva, 2022. Disponível em https://unctad.org/system/files/official-document/aldcafrica2022_en.pdf. Acesso em 05 nov.2022.

UNIDO (UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION).

Promoting industrial diversification in resource intensive economies: the experiences of Sub-Saharan Africa and Central Asia regions, s.d. Disponível em <https://open.unido.org/api/documents/4811549/download/Promoting%20Industrial%20Diversification%20in%20Resource%20Intensive%20Economies%20-%20The%20Experiences%20of%20Sub-Saharan%20Africa%20and%20Central%20Asia%20Regio>. Acesso em 25 jul.2022.

VESCO, P; DASGUPTAC, S; DE CIAN, E; CARRARO, C. Natural resources and conflict: a meta-analysis of the empirical literature. **Ecological Economics** v. 172, 2020. Disponível em <https://pt.booksc.org/book/81373065/fec567>. Acesso em 28 ago.2022.

VAHABI, M. The resource curse literature as seen through the appropriability lens: a critical survey. **Public Choice**, Springer Verlag, 175 (3-4), p. 393-428, 2018. Disponível em <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02242454/document>. Acesso em 06 nov.2022.

WEGENAST, T; KHANNA, A; SCHNEIDER, G. **The micro-foundations of the resource curse: oil ownership and local economic well-being in sub-saharan Africa**. Jan.2018. GSDS Working Paper n .2018-02. GSDS – Graduate School of Decision Sciences - University of Konstanz. Disponível em https://kops.uni-konstanz.de/bitstream/handle/123456789/41571/Wegenast_2-fofaixjy8n8a4.pdf?sequence=3. Acesso em 17 nov.2022.

WONG, W; CHEN, F; HEE, T. Effects of ren s of rent-seeking on economic grow -seeking on economic growth in the low income economies. **Bulletin of Monetary Economics and Banking**, v. 24, n. 2, Article 5, p. 205-220, 2021. Disponível em <https://bmeb.researchcommons.org/bmeb/vol24/iss2/5>. Acesso em 02 ago.2022.

ZALLÉ, O. Natural resources and economic growth in Africa: the role of institutional quality and human capital. **Resources Policy**, v. 62, p. 616-624, aug. 2019. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2018.11.009>. Acesso em 07 set.2022.

ZILTENER, P; KÜNZLER, D. Impacts of colonialismo: a research survey. **American Sociological Association**, v. 19, n. 2, p. 290-311, 2013. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/282391695_Impacts_of_Colonialism_A_Research_Survey/link/56414d1008aeacfd89365234/download. Acesso em 13/03/2023.

ANEXOS

Anexo A - síntese da literatura sobre a maldição dos recursos naturais, citada pelas fontes

Fonte	Canal de transmissão	Relação entre recursos naturais e crescimento econômico	Artigos citados
Vahabi (2017)	-	inexistente	Herb 2005
Vahabi (2017)	-	o efeito dos recursos naturais sobre o regime é condicionado por outros fatores	Dunning 2008
Rosser (2006)	-	inexistente-positiva	Davis (1995), Sørli et al. (2005), Smith (2004), Humphreys (2005), Humphreys (2005)
Oyinlola, Adeniyi e Raheem (2015)	-	inexistente	Delacroix (1977), Davis (1995), Yang e Lam (2007), Berument e Ceylan (2007), Brunnschweiler (2008), Alexeev e Conrad (2009)
Frankel (2012)	-	inexistente	Delacroix (1977), Davis (1995), Herb (2005) e Alexeev e Conrad (2009)
Vahabi (2017)	autoritarismo	positiva	Haber e Menaldo (2011)
Badeeb, Leana e Clark (2017)	autoritarismo	negativa	Ross (2001) e McFerson (2010), Tsui, 2011; Andersen e Ross, 2013), Ross, 2012, Bhattacharyya e Hodler (2010), Haber e Menaldo, 2010; Wacziarg, 2012; Wright et al., 2015)
Rosser (2006)	autoritarismo	negativa	Wantchekon (1999), Jensen e Wantchekon (2004), Ross (2001), Lam e Wantchekon (2003), Beblawi (1987) e Luciani (1987)
Frankel (2012)	autoritarismo	negativa	Barro (2000), Ross (2001), Wantchekon (2002), Jensen e Wantchekon (2004), e Ross (2006), Smith (2004, 2007), e Ulfelder (2007).
Frankel (2012)	autoritarismo	inexistente	Karl (1997), Noland (2008), Dunning (2008), Wacziarg (2009) e Haber e Menaldo (2011)
Ploeg (2010)	autoritarismo	negativa	Mavrotas, et. al. (2006)
Erwin	autoritarismo	negativa	Ross, 2001; Werger, 2009; Tsui, 2011; Gassebner et, al., 2012; Ahmadov, 2013
Vahabi (2017)	autoritarismo e guerra civil	negativa	Wantchekon 2002; Collier e Bannon 2003; Jensen e Wantchekon 2004; Humphreys 2005; Smith 2007; Goldeberg, Wibbels, e Myukiyehe 2008; Papaioannou e Siourounis 2008; Ross 2009; Aslaksen 2010; Ahmadov 2014
Badeeb, Leana e Clark (2017)	baixa taxa de poupança	negativa	Atkinson e Hamilton, 2003; Gylfason e Zoega, 2006; Dietz et al., 2007; Boos e Holm-Müller, 2013),
Badeeb, Leana e Clark (2017)	baixo investimento e escolaridade	negativa	Papyrakis e Gerlagh, 2007)

Badeeb, Leana e Clark (2017)	boa qualidade das instituições	positiva	Mehlum et al. (2006) e Mavrotas et al. (2011), Torvik (2009), Sarmidi et al. (2014)
Rosser (2006)	boa qualidade das instituições	positiva	Atkinson e Hamilton (2003):
Ploeg (2010)	boa qualidade das instituições	positiva	Mehlum et al., 2006ab,
Badeeb, Leana e Clark (2017)	conflito civil	negativa	Ross et al., 2011
Rosser (2006)	conflito civil	negativa	Collier e Hoeffler (1998, 2000, 2002), Reynal-Querol (2002), Doyle e Sambanis (2000), Fearon (2004), Ballantine (2003), (Regan 2003; Ross (2002, 2004), Auty (2004)
Frankel (2012)	conflito civil	negativa	De Soyza (2000), Fearon e Laitin (2003), Collier e Hoeffler (2004), Humphreys (2005) e Collier (2007,
Ploeg (2010)	conflito civil	negativa	Collier e Hoeffler (2004), Fearon (2005), Lujala (2010), Fearon e Laitin (2003), Ross (2004), Humphreys (2005), Angrist e Kugler (2008), Fearon e Laitin (2004), Collier et al. (2004)
Badeeb, Leana e Clark (2017)	corrupção	recursos naturais levam à corrupção somente se o regime não for democrático	Bhattacharyya e Hodler (2010)
Rosser (2006)	corrupção	negativa	Leite e Weidmann (1999)
Oyinlola, Adeniyi e Raheem (2015)	corrupção	negativa	Auty (2001), Gylfason (2001), Sachs e Warner (1995, 1997), Sala-i-Martin e Subramanian (2003)
Frankel (2012)	corrupção	negativa	Leite e Weidmann (1999), Gylfason (2000) e Papyrakis e Gerlach (2004). Arezki e Brückner (2009)
Ploeg (2010)	corrupção	negativa	Mauro (1995), Ades e Di Tella (1999), Bhattacharyya e Hodler (2009), Brollo et al. (2010)
Badeeb, Leana e Clark (2017)	corrupção e má qualidade das instituições	negativa	Hodler, 2006; Iimi, 2007; Frankel, 2012; Eregha e Mesagan, 2016, rezki e Brückner (2011), Sala-i-Martin e Subermanian (2003), Sala-i-Martin e Subermanian (2003), Sala-i-Martin e Subermanian (2003) Sala-i-Martin e Subermanian (2003), Similarly, Sala-i-Martin e Subermanian (2003),
Vahabi (2017)	corrupção e rent-seeking	negativa	Acemoglu 1995; Lane e Tornell 1996; Tornell e Lane 1999; Baland & Francois 2000; Mehlum et al. 2006; Deacon e Rode 2015
Rosser (2006)	democracia	positiva	Eifert et al. (2003),
Erwin	democracia	positiva	(Herb, 2005; Haber, Menaldo, 2011; Gurses, 2009). Herb (2005, Gurses, 2009
Vahabi (2017)	doença holandesa	negativa	Neary et van Wijnbergen 1986; Gelb 1988; Matsuyama 1992; Torvik 2001; Auty 2001a,b; Leite & Weidmann 2002; Sala-I-Martin & Subramanian 2003
Badeeb, Leana e	doença holandesa	negativa	Sachs e Warner (1995), Gylfason (2001), Papyrakis e Gerlagh (2004) e Frankel (2010),

Clark (2017)			
Frankel (2012)	doença holandesa	negativa	Van Wijnbergen (1984), Matsuyama (1992) e Gylfason, Herbertsson e Zoega (1999)
Ploeg (2010)	doença holandesa	negativa	Harding e Venables (2010), Ismail (2010), Brahmabhatt, et al. (2010), Caselli e Michaels (2009), Gylfason et al. (1999), Aghion et al. (2009)
Erwin	doença holandesa	negativa	Corden, Neary 1982; Bruno, Sachs, 1982; Corden, 1984, Edwards, 1986; Looney, 1989; Feltenstein, 1992; Ismail, 2010)
Erwin	doença holandesa	inexistente	Hutchison, 1994; Lasen (2006), Usui (1996)
Badeeb, Leana e Clark (2017)	má gestão econômica	negativa	Ross (2007)
Vahabi (2017)	má qualidade das instituições	negativa	Atkinson e Hamilton 2003; Auty 2004; Snyder et Bhavnani 2005; Hodler 2006; Boschini et al. 2007; Deacon 2011; Wiens 2014
Ploeg (2010)	má qualidade das instituições	negativa	Sala-i-Martin e Subramanian (2003), Bulte, et. al. (2005), Arezki e van der Ploeg, 2010
Badeeb, Leana e Clark (2017)	má qualidade institucional	negativa	(Mehlum, 2006; Boschini et al., 2013).
Oyinlola, Adeniyi e Raheem (2015)	má qualidade institucional	negativa	Sala-i-Martin e Subramanian (2003), Isham et al. (2005), Johnson (2003), Carmignani e Chowdhury (2007) e McKay (2012)
Frankel (2012)	má qualidade institucional	negativa	Barro (1991), Acemoglu et al (2002), Easterly e Levine (2002) Hall e Jones (1999) e Rodrik, Subramanian, e Trebbi (2003).
Badeeb, Leana e Clark (2017)	política fiscal inadequada	negativa	(Bornhorst et al., 2008)
Manning (2004)	reduzido capital humano	negativa	Birdsall (1997)
Badeeb, Leana e Clark (2017)	reduzido capital humano	negativa	Gylfason et al., 1999, (Gylfason, 2001)
Badeeb, Leana e Clark (2017)	reduzido capital humano	negativa	(Gylfason, 2001; Stijns, 2006; Daniele, 2011; Blanco e Grier, 2012; Shao e Yang, 2014),
Badeeb, Leana e Clark (2017)	reduzido crescimento das exportações de manufaturados	negativa	Wood e Berge, 1997),
Badeeb, Leana e Clark (2017)	rent-seeking	negativa	Gylfason (2001), Hodler (2006), Iimi (2007), Deacon e Rode (2012)

Rosser (2006)	rent-seeking	negativa	Ross (2001), Ascher (1999), Robinson et al. (2002),
Ploeg (2010)	sobre-endividamento do governo	negativa	Mansoorian, 1991, Manzano e Rigobon, 2001
Ploeg (2010)	volatilidade dos preços das commodities	negativa	Knack e Keefer (1995), Mansano e Rigobon (2001), van der Ploeg e Poelhekke (2009)
Erwin	volatilidade dos preços das commodities	negativa	Levin, 1960; Van der Pleog e Poelhekke, 2009, Ross (1999, Hausmann e Rigobon (2003), Blattman et al. (2007), Davis et al., 2001; Atkinson, Hamilton, 2003; Bleaney, Halland, 2009
Badeeb, Leana e Clark (2017)	volatilidade dos preços de commodities	negativa	Davis e Tilton, 2005; Frankel, 2010, Van der Ploeg e Poelhekke (2009)
Frankel (2012)	volatilidade dos preços de commodities	negativa	Blattman, Hwang, e Williamson (2007), Hausmann e Rigobon (2003) e Poelhekke e van der Ploeg (2007).

Fonte: elaboração própria

Anexo B - trabalhos empíricos sobre maldição dos recursos naturais na África subsaariana

Autor	Países	Período	Conclusão
Blomberg, Broussard e Hess (2011)	46 países da África subsaariana	1968-2004	O impacto negativo do terrorismo sobre a economia dos países dependentes de petróleo da África subsaariana (tendo em vista a menor diversificação econômica e pior qualidade institucional nesses países) é maior, e tais países não adotam medidas para eliminar ou evitar o terrorismo.
Carmignani e Chowdhury	109 países	1975-2004	A abundância/dependência de recursos naturais afeta negativamente o crescimento na África subsaariana, mas tem efeito positivo no resto do mundo. A relação negativa entre má qualidade das instituições, abundância/dependência de recursos naturais e crescimento está presente na África subsaariana, mas não em outras regiões, e, conforme as instituições melhoram, a maldição se torna uma benção, especialmente na África subsaariana. Apenas poucas commodities exportadas pela região são intrinsicamente prejudiciais ao crescimento.
Frynas e Buur (2020)	3 países da África subsaariana		A antecipação de receitas futuras de recursos naturais pode afetar os cálculos políticos e econômicos, gerando volatilidade do crescimento econômico, elevado endividamento dos Estados, erosão da governança e conflitos civis.
Henry (2019)	23 países da África subsaariana	1970-2014	A dependência de recursos naturais causa baixo crescimento econômico no longo prazo, independentemente da qualidade das instituições. No entanto, no curto prazo, boas instituições e reduzida corrupção evitam a maldição.

Iime (2008)	89 países (10 da África subsaariana)	1998-2002	Boa governança faz com que os recursos naturais levem ao crescimento econômico
Knutsen, Kotsadam, Hammersmark e Wig	496 minas em 33 países africanos		A abertura de minas aumenta a exigência de propina.
Kurečić e Seba	4 países da África subsaariana	1988-2012	A alta dependência das receitas dos recursos naturais (e falta de diversificação produtiva), as flutuações do preço do petróleo, a doença holandesa, a má qualidade das instituições e das políticas econômicas, a corrupção e a falta de democracia reduzem o crescimento econômico.
Miamo e Achuo (2022)	32 países da África subsaariana	1980-2017	Para países exportadores de petróleo, o aumento do preço impacta positivamente o crescimento no curto prazo, mas negativamente no longo (em razão de corrupção, mau gerenciamento econômico, desvio das receitas dos recursos naturais e má qualidade institucional. Para evitar a maldição, o Estado deve administrar de forma eficiente as receitas de recursos naturais, aumentar investimento em capital humano, coibir corrupção e diversificar a economia.
Mlambo (2022)	10 países da África subsaariana	2000-2019	Países ricos em recursos naturais com instituições fracas têm baixo crescimento econômico, em razão de corrupção e mau gerenciamento das receitas. Se as instituições forem boas, os recursos naturais não conduzem a baixo desempenho econômico
Mulwa e Mariara (2016)	47 países africanos		A doença holandesa se manifesta e é agravada por instituições de má qualidade, baixa governança e corrupção. A produção de bens primários e minerais reduzem o crescimento econômico, mas a produção de petróleo o aumenta.
Munemo (2022)	28 países africanos	2002-2014	Instituições fracas, que levam ao rent-seeking, inibe o empreendedorismo (medido pela criação de novas empresas) e, assim, o crescimento econômico, gerando a maldição.
Nath (2015)		1995 e 2005	Se as receitas dos recursos naturais forem aplicadas em capital físico e humano, e não consumidas, gera-se crescimento. Contudo, na África subsaariana, a poupança líquida ajustada (poupança líquida ajustada pelo valor do esgotamento de recursos e degradação ambiental e creditada por gastos em educação tem sido negativa, tendo em vista o esgotamento dos recursos naturais.
Oyinlola, Adeniyi e Raheem (2015)	47 países africanos	1996-2010	A abundância de recursos naturais, desde que sob boas instituições e governança, está positivamente correlacionada com crescimento econômico. A abertura comercial e os investimentos também favorecem o crescimento. Não há diferença, em relação à maldição dos recursos naturais, entre petróleo e outros tipos de riquezas naturais.
Tiba e Frikha (2020)	22 países africanos	1990-2013	Investimento em capital humano (saúde e educação) e melhora das instituições mitigam a maldição de recursos naturais. A transparência gera uma alocação das receitas dos recursos naturais que favorece o desenvolvimento sustentável (crescimento, meio ambiente e desenvolvimento humano).
Wegenast, Khanna e Schneider (2018)	38 países da África subsaariana	1997-20014	Empresas estatais exploradoras de recursos naturais, sob democracia, boa governança e baixa corrupção, geram maior crescimento e bem estar do que empresas estrangeiras, em razão de maiores ligações a montante e a jusante (dadas políticas de conteúdo local) e do fato de mais recursos alimentarem os cofres do Estado, permitindo investimentos em bens públicos e infraestrutura.

Fonte: elaboração própria